

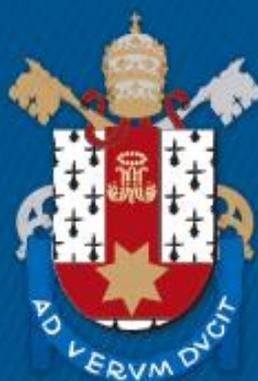
ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA
MESTRADO EM FILOSOFIA

CÁSSIA ZIMMERMANN FIEDLER

A ONTOLOGIA PLURAL DA POLÍTICA NO PENSAMENTO DE ANTONIO NEGRI

Porto Alegre
2022

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

CÁSSIA ZIMMERMANN FIEDLER

A ONTOLOGIA PLURAL DA POLÍTICA NO PENSAMENTO DE ANTONIO NEGRI

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestra em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Augusto Jobim do Amaral

Porto Alegre
2022

Ficha Catalográfica

F452o Fiedler, Cássia Zimmermann

A ontologia plural da política no pensamento de Antonio Negri /
Cássia Zimmermann Fiedler. – 2022.

127 f.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em
Filosofia, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Augusto Jobim do Amaral.

1. Antonio Negri. 2. Império. 3. Multidão. 4. Comum. 5. Assembleia.
I. Amaral, Augusto Jobim do. II. Título.

CÁSSIA ZIMMERMANN FIEDLER

A ONTOLOGIA PLURAL DA POLÍTICA NO PENSAMENTO DE ANTONIO NEGRI

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestra em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Augusto Jobim do Amaral – PUCRS

Prof. Dr. Ricardo Timm de Souza – PUCRS

Prof. Dr. Jean Tible – USP

Porto Alegre
2022

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à minha mãe, Marlene Zimmermann, e meu pai, Amândio Juarez Fiedler.

Agradeço à minha irmã, Anna Fiedler, e aos meus irmãos, Leonardo Fiedler e Vinicius Fiedler.

Agradeço à Veronica Patrícia Miranda Sobrinho.

Agradeço ao CNPq pela bolsa de mestrado que possibilitou esta pesquisa.

Agradeço ao meu orientador, Augusto Jobim do Amaral.

Agradeço aos professores que aceitaram participar de minha banca de mestrado e ler meu trabalho, Jean Tible e Ricardo Timm de Souza.

Agradeço às minhas amigas e colegas de pesquisa, Ana Clara Elesbão, Fernanda Martins e Roberta da Silva Medina.

Agradeço aos meus colegas de mestrado, Daniel Peres, Felipe Fortes e Matheus Hein.

Agradeço à minha amiga e amigo, os quais conheci na graduação em Direito, mas que permanecem marcando minha existência, Geovana Scavoni e Leonardo Dutra.

Agradeço à minha amiga Juliana Rollof, sendo ela uma inabalável companhia na graduação em Filosofia.

Agradeço às minhas amigas que me acompanham desde a infância, Carolina Colombo Reis, Catherine Sudbrack Rothbarth, Gabriela Colombo dos Reis, Giulia Campagna Teixeira, Luiza Rey Amaral e Manuela Bolsinha Rodrigues.

Agradeço às minhas amigas e meus amigos que advém de encontros não prováveis, Henrique Koppe, Marcelo Ruver, Mariana Cirino e Michelle Monteiro.

Agradeço também aos não-humanos que atravessaram minha trajetória, Arsus, Ayla, Aysha, Bani, Éris, Goshi, Jack, Lupi, Nani, Rusha e Sheep.

“Estou cansado de ver *O Sol* permanecer no céu,
não vejo a hora em que se desfará a sintaxe do *Mundo*.”

- Italo Calvino, *O castelo dos destinos cruzados*

RESUMO

A presente dissertação, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Filosofia da PUCRS, especificamente, na Área de Concentração denominada Ética e Filosofia Política e Linha de Pesquisa designada como Estado e Teorias da Justiça, teve por objetivo apresentar, através de análises críticas e levantamentos bibliográficos, a ontologia plural da política externalizada por Antonio Negri. Para tanto, foram expostos, delimitados e entrelaçados, os quatro principais conceitos desenvolvidos pelo autor nos últimos anos, tanto como seus entretens, sendo eles o Império, a multidão, o comum e a assembleia, os quais estão divididos, correspondentemente, nos três diferentes capítulos que compõe esse trabalho. No direcionado limiar, é dentro da dinâmica existente entre a biopolítica e o biopoder, que interliga o Império e a multidão, que as primeiras investigações da pesquisa foram concretizadas. Após sinalizar a novíssima inclinação que traduz uma diferente ordem política e social, a qual contempla o absoluto em seu espectro de influência, objetivou-se explicitar a alternativa monstruosa que faz frente aos poderes imperiais: a multidão, sendo ela estruturada pela interação entre o modo de produção comum e seus respectivos frutos. Por último, foi assinalada a assembleia e suas dinâmicas plurais, indicando, em últimas instâncias, os processos de constituição relacionados ao espectro da produtividade comum, sendo nesse caminho iluminados os substratos para a concretização de resistências que se realizam em níveis sociais mais amplos.

Palavras-chave: Antonio Negri. Império. Multidão. Comum. Assembleia.

ABSTRACT

The presente dissertation, carried out in the Postgraduate Program in Philosophy at PUCRS, specifically, in the Area of Concentration called Ethics and Political Philosophy integrated to the Research Line designated as State and Theories of Justice, aimed to presente, through critical analysis and bibliographic surveys, the plural ontology of politics externalized by Antonio Negri. To this end, the four main concepts developed by the author in recent years were exposed, delimited and intertwined, as well as their intertones, namely the Empire, the multitude, the common and the assembly, which are correspondingly divided into the three different chapters that make up this work. On this threshold, it is within the existing dynamic between biopolitics and biopower, which interconnects the Empire and the multitude, that the first investigations of this research were carried out. After signaling the brand new inclination that translates a different political and social order, which contemplates the absolute in its spectrum of influence, the objective was to clarify the monstrous alternative that confronts the imperial powers: the multitude, which is structured by the interaction between the mode common production and its respective fruits. Finally, the assembly and its plural dynamics were highlighted, indicating, in the last instance, the constitution processes related to the spectrum of common productivity, being illuminated in this way the substrates for the realization of resistances that take place at broader social levels.

Keywords: Antonio Negri. Empire. Multitude. Common. Assembly.

RIASSUNTO

La presente tesi, svolta nel Corso di Laurea Magistrale in Filosofia presso la PUCRS, nello specifico, nell'Area di Concentrazione denominata Etica e Filosofia Politica integrata alla Linea di Ricerca designata come Stato e Teorie della Giustizia, mirava a presentare, attraverso analisi critiche e rilievi bibliografici l'ontologia plurale della politica esternalizzata da Antonio Negri. A tal fine sono stati esposti, delimitati e intrecciati i quattro concetti principali sviluppati dall'autore negli ultimi anni, nonché i loro intertoni, ovvero l'Impero, la moltitudine, il comune e l'assemblea, che sono corrispondentemente divisi nei tre diversi capitoli che compongono questo lavoro. Su questa soglia, è all'interno della dinamica esistente tra biopolitica e biopotere, che unisce l'Impero e la moltitudine, che si sono svolte le prime indagini di questa ricerca. Dopo aver segnalato la nuovissima inclinazione che traduce un diverso ordine politico e sociale, che contempla l'assoluto nel suo spettro di influenza, l'obiettivo è stato quello di chiarire la mostruosa alternativa con cui si confrontano le potenze imperiali: la moltitudine, che è strutturata dall'interazione tra le modalità di produzione comune e dei suoi rispettivi frutti. Infine, è stata evidenziata l'assemblea e le sue dinamiche plurali, indicando, in ultima istanza, i processi di costituzione relativi allo spettro della produttività comune, illuminando così i substrati per la realizzazione delle resistenze che avvengono a più ampi livelli sociali.

Parole-chiave: Antonio Negri. Impero. Moltitudine. Comune. Assemblea.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. O BIOPODER IMPERIAL	19
1.1. Esferas fora de sincronia: a governança transnacional.....	20
1.2. Constituição mista imperial: do imperialismo à globalização.....	26
1.3. A soberania do Império: entre a guerra-civil e a questão policial.....	35
1.4. Sedimentação imperial: financeirização e extração comum.....	40
1.5. A virada operaísta nas sociedades de comunicação.....	46
2. MULTIDÃO E BIOPOLÍTICA DO COMUM	54
2.1. As transformações do trabalho: produção imaterial e subjetividade.....	55
2.2. Do imaterial ao comum: desestabilização da dicotomia público/privado...	65
2.3. Realismo político: a monstruosidade da carne biopolítica.....	72
2.4. Entre a classe e a multidão: classe multitudinária.....	78
2.5. Organização política e o problema da multidão enquanto sujeito.....	85
3. ASSEMBLEIA	92
3.1. O devir-príncipe da multidão: propriedade e pobreza.....	93
3.2. Entre a reforma e a revolução: pela instituição de contrapoderes.....	98
3.3. O Príncipe e suas capacidades estratégicas: Hermes, Dioniso e Hefesto.....	102
3.4. Empreendedorismo: liderança tática e a estratégia multitudinária.....	108
3.5. Assembleia: a liberdade de reunião da multidão.....	112
CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	121

INTRODUÇÃO

Antonio Negri, escreve, conjuntamente com Guattari, que “o sonho de liberação se tornou um pesadelo. Todas as revoluções foram traídas e nosso futuro parece carregado de uma inércia histórica insuperável”¹. O contexto dessa colocação, como bem expressam Mario Marino e Jefferson Viel, é caracterizado pelas derrotas dos movimentos que se estenderam ao longo dos anos 60, os quais foram prologados através dos anos 70 na Itália. Poderíamos dizer, em especial, que a perspectiva que foi perpetrada pela emergência do maio de 68, em seu declínio, acabou por deixar uma geração inteira de militantes e intelectuais investidos por um luto profundo. É possível visualizar um incremento desse sentimento letárgico, na medida em que a reestruturação do capitalismo caminhou em passos largos, sendo concretizada na década seguinte². No decorrer do cenário que se estabeleceu, Negri, por ser um dos expressivos teóricos e militantes que se vinculavam ao desenvolvimento do descrito panorama subversivo, foi violentamente atormentado e perseguido, sendo preso sob falsas acusações em 79 na Itália. Em 84, após sair da prisão e ficar exilado na França, o filósofo descreve a indicada conjuntura, mas vai além, uma vez que instiga o pensar de maneira à frente com relação a derrota:

Fomos vencidos. A cultura e as lutas dos anos 60 foram derrotadas nos anos 70. Os anos 80 veem a vitória do capitalismo consolidada. É então provável que eu seja um resíduo arqueológico, que a derrota seja mais importante eu a transformação que vivemos. Exceto que... exceto que não podia ter existido modernização que evitasse os lugares nos quais estávamos presentes, pois para o inimigo a nossa derrota era anterior ao seu projeto, era a causa formal de sua modernização³.

A empreitada não concretizou os objetivos que almejava, sendo amplamente reconhecido que a batalha, de fato, foi perdida. Apesar disso, como Negri precisamente sinaliza, no mesmo teor com o qual será generosamente discorrido em seus trabalhos realizados nos anos subsequentes, as novíssimas articulações do

¹ NEGRI, Antonio; GUATTARI, Félix. As verdades nômades: por novos espaços de liberdade. Tradução: Mario Antunes Marino e Jefferson Viel. São Paulo: Autonomia Literária e Editora Filosófica Politeia, 2017, p. 7.

² ANTUNES, Mario; VIEL, Jefferson. Apresentação. In: NEGRI, Antonio; GUATTARI, Félix. As verdades nômades: por novos espaços de liberdade. Tradução: Mario Antunes Marino e Jefferson Viel. São Paulo: Autonomia Literária e Editora Filosófica Politeia, 2017, p. x.

³ NEGRI, Antonio. Carta arqueológica. In: NEGRI, Antonio; GUATTARI, Félix. As verdades nômades: por novos espaços de liberdade. Tradução: Mario Antunes Marino e Jefferson Viel. São Paulo: Autonomia Literária e Editora Filosófica Politeia, 2017, p. 152.

sistema capitalista, as quais acabam por representar um renovado paradigma de exploração são, antes de tudo, uma resposta de caráter raquítico - a “modernização é somente repetição e mistificação potente daquilo que éramos, do saber que possuímos”⁴, complementa Negri. O elegido limiar representativo do relacionamento que se estabelece entre a produtividade de vida e os engendramentos capitalistas, retrata uma introdução possível para delinear alternativas descrições que são realizadas com o intuito de analisar a conjuntura que se estabeleceu após os anos 80.

Nesse caminho, um dos pontos de enfoque da filosofia de Negri transparece enquanto variação que se estabeleceu com relação a produção social, a qual, em seus desenrolares, acaba por exigir que a concepção de classe seja ponderada sob novas bases. O autor, atravessado por uma tradição explicitamente operáista⁵, a qual propôs entrelaçar renovadas abordagens marxistas e o desenvolvimento das lutas políticas, incrementou seu aporte teórico no decorrer dos anos 70, sinalizando até a nevrálgica dinâmica concretizada entre dois conceitos, sendo ela posteriormente visualizada enquanto um dos substratos sob o qual apoiam-se suas singulares pesquisas. Nesse contexto, reluz as concepções de operário-massa e operário-social. O operário massa é interligado ao que César Altamira reconhece enquanto uma primeira fase do operaísmo, sendo ela traduzida por análises que sinalizavam a fábrica como espaço fulcral de luta do proletariado. Já o operário-social, é indicado enquanto emerso no segundo momento que caracteriza o operaísmo, estágio no qual a luta seria estendida pela amplitude das sociedades, sendo essa movimentação realizada, sobretudo, pela integração de novos termos, por exemplo, a concepção de fábrica social⁶. Nas palavras de Altamira:

O surgimento de um novo proletariado disseminado na sociedade e intimamente relacionado às esferas de produção e reprodução do capital, o denominado operário-social, constituiu o aporte substantivo de Negri. Na realidade, o desenvolvimento da Autonomia Operária como tendência política do campo do operaísmo encontra-se indissociavelmente ligado à elaboração negriana dessa nova figura operária da época: o operário social⁷.

⁴ NEGRI, Antonio. Carta arqueológica. In: As verdades nômades: por novos espaços de liberdade, p. 152.

⁵ Negri foi integrante de uma série de revistas que marcaram o desenvolvimento do operaísmo italiano, como Quaderni Rossi e Classe Operaia, como também foi partícipe do movimento denominado Autonomia Operária ou Autonomismo. (ALTAMIRA, César. Os marxismos do novo século. Tradução: Leonora Corsini. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008).

⁶ ALTAMIRA, César. Os marxismos do novo século, pp. 121-136.

⁷ ALTAMIRA, César. Os marxismos do novo século, p. 189.

Negri já há muitos anos explicitamente exercitava deslocamentos que objetivavam ler a classe operária através de alternativos vieses, sendo tal movimentação sintomática daquilo que já foi previamente mencionado e que agora é passível de ser sublinhado enquanto a principal tese operaísta: a classe é o motor do capital e, conseqüentemente, o capital é dependente da classe⁸. A ótica através da qual o autor lê o desenvolvimento das sociedades e busca respostas é, portanto, bastante transparente. No momento em que é indicada uma reestruturação do poder e o surgimento daquilo que pode ser chamado preliminarmente de um estágio de subsunção real do capital, ocasião na qual não é mais possível postular um exterior com relação ao contexto capitalista⁹, também é necessário apontar até uma transfiguração, que se realiza de maneira anterior, com relação à tradicional concepção de classe e sua suposta composição, a qual acaba por ser radicalmente relacionada até uma perspectiva ontológica. Em outras palavras, a trajetória do autor implica, conforme apontam Giuseppe Cocco e Adriano Pilatti, um passo mais adiante: de um lado é possível afirmar que “os operaístas acabam presos pela visão dialética que colocava o desenvolvimento do capital como síntese”¹⁰, já Negri pleiteava o visualizar da subjetividade enquanto expressiva da construção da história, ou seja, de operações sempre insólitas, as quais se realizam de maneira contínua – um processo de metamorfose que não se fecha, portanto. O alargamento dessa iniciativa se perpetua ao longo dos anos 2000, em especial, através da prestigiada tetralogia de Negri, realizada conjuntamente com seu aluno Michael Hardt.

Nesse sentido, a presente dissertação detém enquanto plano de fundo a problemática concernente a possibilidade de apresentação da ontologia plural da política desenvolvida por Antonio Negri, sendo a justificativa do trabalho expressada pela necessidade de explanar e investigar o conceito de comum, isto é, a produção de formas alternativas de vida que se realiza em um momento contemporâneo. Esse exercício de esmiuçamento é capaz de fornecer os substratos através dos quais é possível expressar os outros três principais prosseguimentos teóricos realizados por Negri: o Império, a multidão e a assembleia, sendo suas exposições os ademais

⁸ ALTAMIRA, César. Os marxismos do novo século, p. 149.

⁹ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Império. Tradução Berilo Vargas. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001, pp. 386-387.

¹⁰ NEGRI, Antonio. O poder constituinte: ensaio sobre as alternativas da modernidade. Tradução: Adriano Pilatti. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015, p. xix.

objetivos específicos a serem concretizados nesse trabalho. Seguindo através dessa perspectiva, a qual se desenvolve em um limiar que propõe o emaranhamento de conceitos, é possível concretizar o proposto objetivo geral da dissertação: elucidar a chamada ontologia plural da política externalizada pelo autor.

Para tanto, no segundo capítulo que compõe essa pesquisa, o qual foi denominado de “Multidão e biopolítica do comum”, serão apresentadas determinadas abordagens concretizadas por Negri, sendo elas dispostas no intuito geral de concretizar um afastamento de concepções marxistas proeminentes do século XX, isto é, da descrição de uma classe proletária unitária e homogênea, que se relaciona intimamente com o ambiente fordista caracterizado pelo espaço de trabalho limitado pela concepção de fábrica. Dessa maneira, a primeira subseção, “As transformações do trabalho: produção imaterial e subjetividade”, conjuntamente com a segunda subseção, “Do imaterial ao comum: desestabilização da dicotomia público/privado”, buscam apresentar as abordagens de Negri enquanto baseadas no enunciar de uma etapa caracterizada pela hegemonia do trabalho imaterial, tanto quanto a incrementação dessa concepção através do enunciar de um novo modo de produção entendido como comum. O trabalho imaterial será sublinhado enquanto concebido através da flexibilidade, mobilidade e, até mesmo, instabilidade que configuram a composição do trabalho contemporâneo, particularidades essas que, ao serem emaranhadas com a concepção de produção comum, enunciam a presença de um trabalho que é biopolítico, sendo ele indistinguível da produtividade geral da vida. O prosseguimento dessa análise, isto é, o último estágio percorrido com intuito de preparar o terreno para a apresentação definitiva do conceito de multidão, é enunciado na terceira subseção, “Realismo político: a monstruosidade da carne biopolítica”, a qual busca sublinhar que as descritas modificações das formas de trabalho são visualizadas pelo autor, em últimas instâncias, como a apresentação de um cenário político que é determinado, sobretudo, pela primazia dos poderes sociais de produção com relação às estruturas imperiais, sendo o monstro biopolítico – as transfigurações ontológicas que demarcam a produtividade -, entendido enquanto a própria definição de política desenvolvida pelo autor.

Nesse caminho, o capítulo prossegue com a apresentação de mais duas subseções as quais são denominadas, respectivamente, como: “Entre a classe e a multidão: classe multitudinária” e “Organização política e o problema da multidão enquanto sujeito”. A multidão, concebida no limiar de uma descrição habitual de

classe, é destacada como a tentativa de demonstrar as transformações que atravessaram a teorização concernente às diferentes formas de trabalho, até o ponto em que não é possível descrever “diferenças de espécie ou natureza”¹¹ que as representem, mas sim inúmeros acoplamentos de definição mútua. Em vista disso, será exposto o exercício realizado pelo autor, o qual busca apresentar, primeiramente, a passagem da concepção de classe até a ideia da multidão, através de uma abordagem tradicional relacionada às variações do trabalho visualizadas em um momento pós-fordista. Posteriormente, com o alavancar de uma via interseccional, a qual escapa de leituras estritamente econômicas, tal procedimento é perpetuado pelo resgate da composição de classe atrelada ao conceito de multidão, desembocando, dessa maneira, na apresentação de uma classe multitudinária. Já na última subseção desse capítulo, é retomado o horizonte da produção comum, tanto como a sua incrementação pelo delimitar de um cenário biopolítico, no intuito de apresentar outras abordagens possíveis com relação à caracterização da multidão. Em termos gerais, a multidão é destacada pela expressão de uma multiplicidade irreduzível que caracteriza sua disposição, sendo seus elementos capazes de agir em comum, justamente, porque todas as formas do trabalho passam a serem visualizadas como expressivas de uma semelhante produtividade, não podendo tal conceituação ser limitada pela homogeneidade que caracteriza um corpo de maneira tradicional, seja ele coletivo ou individual: a comunicação contínua entre as singularidades demonstra uma produção que é social, isto é, que cria e transforma os termos da vida social, mas também é capaz de conceber “*a própria vida social*”¹², sendo essa a baliza multitudinária que indica também a existência de um espectro organizativo e capacidades decisórias.

O outro lado do cenário biopolítico, ou poder-se-ia dizer, a forma do poder antagonista com relação à multidão, externa-se como aquilo que é denominado de Império, o qual será amplamente trabalhado no primeiro capítulo desse trabalho, “O biopoder imperial”. A primeira subseção desse capítulo, denominada de “Esferas fora de sincronia: a governança transnacional”, busca proporcionar iniciais vislumbres concernentes ao funcionamento do Império, tanto como pretende fornecer a descrição do relacionamento que se estabeleceu com relação aos arranjos multitudinários. Em outras palavras, objetivou-se apresentar o conceito de Imperio, o qual é forjado por

¹¹ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Multidão: guerra e democracia na era do Império. Tradução: Clóvis Marques. 4ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2014, p. 146.

¹² HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Multidão: guerra e democracia na era do Império, p. 196.

Negri através de anteriores trabalhos de Guattari que preliminarmente descrevem a existência de um “Capitalismo Mundial Integrado (CMI)”¹³, enquanto sinalizador de série de mudanças que são realizadas com relação ao desenvolvimento das estruturas e atividades capitalistas, as quais objetivam acompanhar e, conseqüentemente, controlar a potência emanada pela multidão. As próximas duas subseções, “Constituição mista imperial: do imperialismo à globalização” e “A soberania do Império: entre a guerra-civil e a questão policial”, pretendem propiciar a progressão de uma análise imperial enquanto relacionada ao anúncio de um novo estágio da organização dos fluxos globais, momento que se relaciona à superação de perspectivas imperialistas, como também sublinha o declínio drástico das forças que anteriormente caracterizavam os Estados-nação, em favor da propulsão de uma série de organismos heterogêneos, os quais, estejam em conflito ou em um instante de conciliação de interesses, emergem como atravessados por uma mesma “lógica ou regra única”¹⁴, isto é, a disseminação do controle capitalista. Basicamente, trata-se de relacionar intimamente os movimentos do Império ao desenvolvimento capitalista, sendo possível visualizar suas chamadas técnicas de guerra: observa-se a progressão imperial, a qual em seu incrementar apresenta intervenções que não se limitam ao âmbito militar, mas sim se entranham através do contexto social.

A próxima subseção desse capítulo, “Sedimentação imperial: financeirização e extração comum”, busca iluminar que o presente ponto do relacionamento entre a multidão e o Império o qual, quando visualizado de cima para baixo, é indicado pela estruturação de um cenário que se baseia na exploração extrativa financeira. Com a nova articulação das forças de produção, isto é, no assinalar do desenvolvimento do trabalho imaterial ou biopolítico, tanto como o sublinhar da existência de um modo de produção comum, o capital passa a ser percebido enquanto cada vez mais distante da organização dos circuitos internos de produção. O contexto capitalista, dessa maneira, acaba por se engendrar dentro de uma perspectiva financeira, visto que a finança “como toda atividade que gera renda, é caracterizada por sua abstração da produção e sua capacidade de comandar à distância”¹⁵. Essas são as condições as

¹³ NEGRI, Antonio; GUATTARI, Félix. *As verdades nômade: por novos espaços de liberdade*, p. 39. Para uma exposição mais aprofundada concernente ao conceito, ver: GUATTARI, Félix. *Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987, pp. 211-226.

¹⁴ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*, p.12.

¹⁵ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Assembly*. Tradução: Lucas Carpinelli e Jefferson Viel. 1ª ed. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2018, p. 220.

quais permitiram a estabilização de um aparelho de captura dominante, o qual tem intuito de controlar, dentro do possível, a produção social, mas principalmente objetiva extrair, na medida em se quantifica o imensurável, o valor que é passível de ser gerado através dos resultados que a produtividade social expressa. Por último, a subseção “A virada operaista nas sociedades de comunicação”, apresenta abrangentemente as transformações do capitalismo, através de diferentes autores basilares no desenvolvimento teórico de Negri, até a chegada ao Império, contudo, objetivando um sentido final inverso, o qual se perpetua através de um olhar de baixo para cima, apresentando um viés capaz de circunscrever uma perspectiva qualificada pela abertura de novas possibilidades. É sublinhada, em últimas instâncias, um realojamento das forças de vida que sustentam o capital até uma posição predominante, abrindo assim o pensar de novas alternativas de resistência, as quais são evidenciadas rigorosamente por Negri e Hardt:

O capital, hoje, precisa de subjetividades, depende delas. Está acorrentado, portanto e paradoxalmente, àquilo que o solapa, já que qualquer forma de resistência e de afirmação da liberdade do povo dependem inteiramente do poder da inventividade subjetiva, sua multiplicidade singular, sua capacidade de (por meio das diferenças) de produzir o comum. Sem o comum, o capital não pode existir e, no entanto, o comum multiplica infinitamente as possibilidades de conflito, resistência e reapropriação – um paradoxo delicioso de uma era finalmente capaz de se desvencilhar dos andrajos da modernidade¹⁶.

No terceiro capítulo “Assembleia” a empreitada passa a se realizar em outro nível: não se trata mais de analisar as forças multitudinárias e suas capacidades ontológicas de demarcar o desenvolvimento das sociedades. Essas capacidades são como dados de realidade, sendo, para os autores, como foi observado, uma questão de “realismo político”¹⁷. Entretanto, o realismo político também demanda o reconhecimento de que a multidão está dentro de um enquadramento capitalista e, sendo assim, precisa se posicionar efetivamente contra as formas de comando que bloqueiam o entrecruzar autônomo das forças que emergem caracterizadas pelo comum – produzem o comum e nele residem, sendo essa a proposta da primeira subseção, “O devir-príncipe da multidão: propriedade e pobreza”. Dizendo de outro modo, para além de uma retomada dos principais tópicos desenvolvidos no trabalho, através da relação entre a propriedade e a pobreza, aquilo que buscou-se iluminar

¹⁶ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Assembly, p. 42.

¹⁷ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Assembly, p. 307.

preliminarmente é, justamente, a necessidade de desenvolvimento de um processo através do qual a multidão torna-se capaz de agir politicamente, inventando formas democráticas e duradouras de organização que façam frente às estruturas capitalistas, sendo a subjetividade, nesse sentido, compreendida enquanto um terreno de luta, isto é, um espaço que é compreendido, sobretudo, como passível de ser disputado através de um “projeto constituinte de subjetivação”¹⁸.

As três próximas subseções, “Entre a reforma e a revolução: pela instituição de contrapoderes”, “O Príncipe e suas capacidades estratégicas: Hermes, Dioniso e Hefesto” e “Empreendedorismo: estratégia multitudinária e a liderança tática”, aparecem enquanto propostas alternativas de caminhos a serem percorridos para que o devir-Príncipe se concretize. Perpassa-se a apresentação da altermodernidade enquanto substrato para inéditas concepções que superam a dicotomia entre revolução e reforma, adentrando o entrelaçamento entre táticas que inovam no agir conjunto por uma renda multitudinária, armas que empunham o poder social e propostas de movimentação que combinam a reforma, a tomada do poder e a fuga, e, por último, a subversão da concepção de liderança e estratégia até a apresentação da concepção de lideranças táticas e movimentos estratégicos. É dessa maneira que propõe-se travar as batalhas da subjetivação: pelo viés de reconhecimento da produtividade contemporânea como cooperativa e socializada, o qual pressupõe que o cenário da disputa é visualizado especialmente enquanto propulsor da criação de formas de vida alternativa, visto que “o capital não pode chegar muito perto ou estrangulará a força vital de que sua própria sobrevivência depende”¹⁹. Por fim, após serem expostas as interpelações realizadas pelos autores para adentrar nas particularidades que demarcam os conceitos de Império, multidão e comum, como também os seus respectivos entrelaçamentos, a última subseção do presente trabalho, “Assembleia: a liberdade de reunião da multidão”, busca, objetivando reproduzir o mesmo caminho traçado até então por Negri e Hardt, apresentar o conceito de assembleia como a tradução geral de maneiras através das quais é possível, de fato, vencer a disputa que é colocada entre a produção social e a mediação capitalista, concebendo assim novas formas de se relacionar através de um emaranhado de linhas de ação, as quais, se visualizadas e empregadas em conjunto, são capazes de fornecer o vislumbrar de um outro mundo possível.

¹⁸ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Assembly, p. 298.

¹⁹ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Assembly, p. 297.

1. O BIOPODER IMPERIAL

Inicialmente, o presente capítulo objetiva apresentar as bases sob as quais a noção de Império é construída. Perpassando a despontecialização dos Estados-nação e, conseqüentemente, adentrando a emersão de uma administração que se realizada em instâncias transnacionais, apresentar-se-á a heterogeneidade das fronteiras e hierarquias que compõe o espectro imperial, tanto como a coerência através da qual o modo de operação que as enlaça acaba por expressar. Posteriormente, para aprofundar a descrição a respeito da maneira através da qual a gestão imperial se revela, serão defrontados os conceitos de Império e imperialismo, sendo suas contraposições capazes de sublinhar as mudanças que ocorrem no desenvolvimento da novíssima governança global, as quais acabam por revelar a chamada constituição mista imperial, reformulada a partir do modelo apresentado por Políbio.

Através desses pressupostos, o desenvolvimento prossegue pela apresentação da noção de guerra civil, como também a introdução da perspectiva policial, enquanto tópicos latentes do paradigma. Na medida em não será mais possível postular um exterior com relação ao Império, as guerras passam a serem visualizadas como guerras civis, sendo suas atividades entendidas cada vez mais nos limiares das ações de polícia, acabando por desembocar na incrementação da noção de destruição pelo estabelecimento da produção, ordem e controle com relação as subjetividades. Nesse sentido, a financeirização e extração do comum também acabam por revelar-se. Os mercados financeiros serão descritos enquanto capazes de homogeneizar e quantificar a produtividade comum, transformando-a em passível de extração, tanto em seu sentido elementar, enquanto matéria prima que compõe o planeta, como também em sua faceta de produção e reprodução do mundo social.

Por último, com o intuito de abrir caminho até o próximo capítulo, apresentar-se-á, de maneira ampla, as transformações do capitalismo global, através de diferentes autores, até a chegada ao Império, sendo sublinhada uma movimentação que acaba por concretizar uma realocação das forças as quais sustentam o capital até uma posição de primordialidade produtiva e, dessa maneira, passa a ser possível vislumbrar a autonomia e primazia que advém de uma nova concepção de trabalho e da apresentação de inédito sujeito histórico, abrindo assim as perspectivas através das quais é possível pensar em alternativas de resistência.

1.1. Esferas fora de sincronia: a governança transnacional

A passagem da modernidade, caracterizada pela centralidade e vigor dos Estados-nação, até a chamada pós-modernidade, sublinhada enquanto a descrição de um cenário flexível e de suscetível modelagem, frequentemente é indicada através da designação de um anterior cenário conflituoso entre corporações e Estados, o qual em seu manifestar relevou a flagrante vitória dos desenrolares mercadológicos. De maneira conseqüente, a nova conjuntura passaria a ser iluminada, cada vez mais, pelo detrimento massivo dos poderes emanados pelas estruturas estatais, supostamente, bloqueadoras dos fluxos naturais comerciais. Por outro lado, transcorrendo uma linha de explanação alternativa, a qual é desenhada por Negri e Hardt, mesmo que se continue apontando para a existência de um estágio de desgaste das forças de atuação dos Estados-nação - na medida em que é possível visualizar a proliferações de redes conectivas que se alavancam até um patamar global - é enfatizado um novíssimo emaranhado societário que não se relaciona com argumentações que profetizam o aniquilamento ou substituição de tais arcabouços, mas sim que sinalizam uma passagem através da qual se estabelecem suas diferentes formas e níveis de atuação. Nesse sentido, os Estados continuam a serem identificados enquanto componentes fundamentais para a composição e exercício de desiguais formas de domínio, contudo, dentro de um horizonte pós-moderno, torna-se factível a descrição da movimentação de estruturas soberanas nacionais em sintonia com relação ao agenciamento que advém do comando imperial, ou seja, é referida uma consonância que expressa o poder em um processo de constituição permanente e que se realiza em instâncias transnacionais²⁰.

É a partir desse limiar que passa a ser destacável um novíssimo estilo de administração, o qual é exposto enquanto um conjunto de práticas que não objetiva o estabelecimento de isenções estatais com relação ao comércio ou o desmantelamento da regulamentação imposta ao mercado, visto que expressa um deslocamento que não reivindica “*menos controle político, mas um tipo diferente de controle político*”²¹, sendo tal condução passível de ser repartida em três categorias, as quais apontam para as distintas ações que integram a gerência do descrito

²⁰ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Império, pp. 328-330.

²¹ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Multidão, p. 219.

panorama: acordos privados geridos pelas próprias corporações, que acabam por consolidar um regime jurídico que protege os entrecruzamentos que se estabelecem entre elas. Da mesma forma, são sinalizados determinados mecanismos de regulamentação, que se estabelecem no âmbito comercial entre os Estados-nação, sendo representados, por exemplo, através da Organização Mundial do Comércio. Por último, são assinaladas normas gerais que se perpetuam no nível internacional e sustentam-se através de agências supranacionais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional²². Paolo Scanga introduz o indicado cenário explicitando que: “A nova ordem global [...] não é apenas um estado de coisas, mas uma fonte de definições jurídicas que tende a determinar uma configuração única do poder político supranacional. A mudança jurídica em curso é um dos sintomas das transformações [...]”²³. Dessa maneira, a descrição do entrecruzamento entre esses dissemelhantes mecanismos é capaz de assinalar, na medida em que revela a primordialidade diretiva de uma governança transnacional, a qual engrenha atividades de diferentes autoridades, a concepção de não-lugar imperial²⁴:

Não se trata de um modelo de gestão baseado na unidade de comando e legitimação, derivando de um único centro de poder. É, antes, um processo de negociação contínua, um acerto de instrumentos para o planejamento de coordenação consensuais, no qual uma multiplicidade de atores estatais e não estatais com poderes muito desiguais trabalham juntos. E só a colaboração entre esses atores pode determinar os processos de adoção de política no terreno global. A ordem global hoje é definida por um variado conjunto de normas, costumes, estatutos e leis que constituem um conjunto heterogêneo de exigências e poderes no horizonte global²⁵.

A existência de particularidades inusitadas demanda uma abordagem que descreva a forma através da qual essas elaborações acabam por se ordenar entre si até a visualização, de maneira mais nítida, da existência e delineamento do Império. Partindo da premissa de que trata-se de um “de um tecido durável, tramado de

²² HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Multidão: guerra e democracia na era do Império*, pp. 220-227.

²³ SCANGA, Paolo. *Dallo Stato piano al nuovo ordine della globalizzazione. La sovranità in Antonio Negri*. *Ética & Política / Ethics & Politics*. v. 20, n. 1, Itália, 2018, p. 178. (Tradução livre).

²⁴ Negri e Hardt, ao explicarem o conceito de não-lugar imperial, o descrevem enquanto a expressão da expansão imperial até o englobamento integral do mundo, como também o sublinham enquanto detentor de determinadas partes de um corpo delimitado. Nesse sentido, o indicam como caracterizado por fronteiras e hierarquias de poder, sendo o oposto da atividade biopolítica, que será explorada no desenvolvimento do próximo capítulo, sinalizada como uma monstruosidade produtiva. Nas palavras dos autores: “O império é o não-lugar de produção mundial, onde o trabalho é explorado. [...] O não-lugar tem um cérebro, um coração, um torso, e membros, globalmente”. (HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*, p. 230).

²⁵ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Bem-estar comum*. Tradução: Clóvis Marques. 4ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2016, p. 251.

conexões díspares e desordenadas efetivamente alinhadas na direção de um projeto unificado: esvaziar os poderes públicos e impor lógicas econômicas às funções administrativas”²⁶, os mais diversos aparatos acabam por serem sublinhados enquanto expressivos de uma mesma tendência, isto é, funcionam em conjunto, entrelaçando o mercado global e sistemas jurídicos, como também líderes corporativos e burocracias supranacionais, enquanto um assinalamento que atua em nome da proteção do lucro, do consenso internacional e da criação de uma competência caracterizada enquanto total, garantindo e preservando as hierarquias e divisões globais de poder, sendo “[...] todos cavaleiros que, apesar das batalhas que conduzem entre si, vivem a serviço de um código de cavalaria compartilhado e da ordem social que ele corresponde”²⁷. Em outras palavras, observa-se uma descrição realizada através da iluminação de uma dinâmica que se realiza entre a concepção de polarização e a de conformidade: observa-se uma faceta heterógena, composta por diferentes fronteiras e hierarquias que se dividem em variadas regiões e graus, ao mesmo tempo em que tais pluralidades podem ser observadas a partir de determinada coerência, revelando assim um modo de operação que é animado através de uma ordem política e social que relaciona-se de maneira íntima ao enaltecimento da globalização, como também do capitalismo financeirizado. Esse é o desenvolvimento constitutivo do biopoder imperial, uma efervescência que é identificada através de atores estatais e não estatais, estabelecendo e reestabelecendo normas de regulamentação e autoridade que atuam em uma variedade de cenários, propagando suas influências até o encobrimento multifacetado da integralidade do globo²⁸.

As novas configurações do espaço planetário serão caracterizadas também pela perpetuação e proliferação de divisões e hierarquias, realizadas através de diferentes estratégias e práticas no contexto do capitalismo global, as quais serão corroboradas através da perseverança de um imperativo triplo imperial: o primeiro momento é o de integração universal, que observa as potencialidades de todas as subjetividades, performando seu agir a partir de uma indiferenciação. Posteriormente, sua atitude é de afirmação de diferenças ligeiramente designadas como culturais, mas não políticas. Isto é, celebram-se determinadas dissemelhanças que consideradas

²⁶ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Assembly*, p. 219.

²⁷ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Empire, Twenty Years On: Rethinking Empire in the Age of Trump*. *New Left Review*. v. 120, Londres, novembro/dezembro de 2019. (Tradução livre).

²⁸ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Bem-estar comum*, p. 253.

aceitáveis, visto que não desembocam em conflitos e podem ser utilizadas como estratégia da pacificação. Por último, existe o momento entendido enquanto diferencial, sendo expresso através de uma economia geral de comando imperial, que se revela através do impulsionamento, administração e gestão das indicadas diferenças²⁹. Nesse limiar, é possível visualizar a regência de um sistema que se sustenta através da constante divisão de formas produtivas e subjetividades até a emersão de inúmeras dimensões, as quais passam a serem compreendidas enquanto o substrato do aumento qualitativo e quantitativo dos alicerces fronteiriços que compõe o Império, sendo essa a base sob a qual as novas estratégias de controle passam a se articular. Tal perspectiva acaba por representar uma contestação a respeito de estudos que interligam o capitalismo e a globalização em um cenário no qual é inevitável a desintegração dos bloqueios em favor da defesa de afluências irrefreáveis, como também frustra expectativas que relacionam a criação de fronteiras com a articulação de dispositivos de exclusão, sendo apresentadas, antes de tudo, como modeladoras de um arrebate que alcança, filtra e estratifica os sujeitos³⁰.

Negri e Hardt incrementam a descrição concernente ao funcionamento da dinâmica imperial através da noção de duas esferas independentes, elas giram uma dentro da outra, sendo a mais interna delas indicativa das redes de produção e reprodução social. Já aquela que se encontra em uma posição externa é descrita como representativa da governança global. No avanço da contra-revolução neoliberal as esferas tornaram-se cada vez mais desarticuladas, eventualmente acabando por se colidirem, visto que o movimento da segunda esfera se revela enquanto constitutivo de um tipo de governo que não se relaciona de maneira profunda com a esfera produtiva. Essa desconexão não impossibilitou que a governança neoliberal imperial progredisse através de novos processos de extração, por exemplo, incrementando instrumentos financeiros e mecanismos monetários, sendo possível, inclusive,

²⁹ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Império, p. 215.

³⁰ Essa abordagem é apresentada em diálogo com Sandro Mezzadra e Brett Neilson que descrevem, através da crítica do conceito de divisão internacional do trabalho e fragmentações que se baseiam na noção de centro-periferia, a questão do funcionamento de dispositivos contemporâneos que realizam intervenções com objetivo de organizar a exploração e, dessa maneira, acabam por modular a geografia de produção, sendo a indicação de seus movimentos visualizadas de maneira mais nítida através da crescente multiplicação das formas de trabalho, concluindo que “a inclusão, nessa perspectiva, não é um bem social inequívoco, mas um sistema diferencial de filtragem e estratificação, que funciona como meio de hierarquização e controle”. (Tradução livre) (MEZZADRA, Sandro; NEILSON, Brett. Border as Method, or, the Multiplication of Labor. Transversal.at. Março de 2008. Disponível em: https://transversal.at/transversal/0608/mezzadra-neilson/en#_ftnref1. Acessado em: 15/01/2021).

observar o deslocamento do âmago do comando capitalista até os bancos e mercados financeiros globais, afastamento esse que os move para longe dos processos produtivos, sendo sintomático da indicada desconexão³¹. Dessa maneira, mesmo que exista um desencaixe, sendo observável crises que são resultantes das colisões entre as esferas, o colapso não é eminente. Esse seria justamente o atributo de consistência do indicado estilo de administração: a existência de pontos de crise permanente e sua capacidade de extrair valor mesmo quando se mostra incapaz de controlar o campo de reprodução que sustenta o novo modelo de sua operação³².

Nesse caminho, o sublinhar de esferas que estão fora de sincronia, em um olhar que é conduzido de cima para baixo, é primeiramente o apontar para uma crise que se dá com relação a capacidade de quantificar aquilo que é produzido dentro do campo social: imagens, ideias, códigos, saberes, acabam por sempre resistir às tentativas de cálculo, fazendo com que o exercício do capital consolide tecnologias que tenham capacidade de domesticação e compactação daquilo que provém dos processos criativos, desembocando na possibilidade de efetuação de sua respectiva comercialização. O segundo ponto de instabilidade se relaciona com a incapacidade de governos consolidarem práticas de obstrução frente à ampla comunicação que se estabeleceu, sendo cada vez mais dificultoso a restrição de conteúdo, sejam eles considerados impróprios ou até mesmo bloqueados quando relacionados às questões estatais. Apesar disso, a administração neoliberal também é formatada com o intuito de gerir as flutuações que se relacionam ao vazamento de informações ou exposição da censura e, dessa maneira, as estruturas governamentais que se opõe à liberdade de expressão e transparência mantêm-se duradouras frente à tais problemáticas. Por último, a questão das crises migratórias, abalando fronteiras demograficamente localizadas e apresentando a irregularidade que compõe as subjetividades alternativas frente ao *status quo*, são uma das principais questões do atual paradigma, emergindo enquanto um emaranhado de acontecimentos que se perpetuam independentemente dos esforços dos governos nacionais e estruturas de governo internacionais, contudo, em um olhar macroscópico acabam apenas por provocar um processo de redefinição já previsto na composição do sistema vigente³³. Aquilo que é

³¹ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Assembly, p. 309. Esse ponto será exposto com maior ênfase nas próximas subseções.

³² HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Assembly, p. 184.

³³ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Assembly, pp. 285-290.

designado enquanto neoliberalismo, nesse limiar, acaba por estabelecer um modo de regime individualista que se dá através da crise, mantendo-se em meio a situações embaraçadas, nas quais apresenta a reforma enquanto estratégia de readaptação.

Visualizar o cenário de maneira inversa, pressupõe que o desenvolvimento de uma crise é essencialmente um processo que está ancorado em uma paisagem biopolítica, através da qual é possível descrever que “a crise é constitutiva da relação do capital”³⁴, sendo o sublinhar do surgimento de instabilidades regulares a tradução de um embate entre forças que querem dominar e forças que recusam ser dominadas e, sendo dessa maneira, a crise será “tanto mais incidente quanto mais disseminada e aprofundada ela estiver no corpo social”³⁵. Os desdobramentos históricos que forjam o desenvolvimento imperial são, portanto, diretamente relacionados às lutas pela libertação e as conseqüentes tentativas de segmentarização desenvolvidas pelo domínio capitalista. De fato, o descrito horizonte é sinalizador de mudanças que ocorrem no campo da produção social e que são respondidas pelo aparecimento das mais diversas estratégias do controle capitalista³⁶, sendo o extrapolamento do social frente aos mecanismos de regulação uma mobilidade provocativa que é ininterruptamente aguardada pelos tentáculos do Império. O indicado excedente – o surgimento da produção biopolítica e uma nova figura do trabalhador designada como monstruosa³⁷ - aflora como aquilo provoca a mobilização imperial e sua conseqüente e atuação enquanto biopoder. Conforme Emrah Karakilic, o Império necessita “[...] expressar-se como biopoder para comandar a modalidade emergente de produção social [...] na qual o trabalho tende a criar não só os meios de vida social, mas a própria vida social.”³⁸. Entretanto, Hardt e Negri enfatizam que: “a crise pode ser a norma da administração neoliberal, mas isso não significa um funcionamento tranquilo e bem-sucedido”³⁹. A incomensurabilidade da produção, a incontrollabilidade de informação e a questão migratória são apenas alguns dos deslocamentos que contemplam situações nas quais o tecido social, ou seja, a força comum, viola as barreiras de

³⁴ MENDES, Alexandre; CAVA, Bruno. A constituição do comum: antagonismo, produção de subjetividade e crise no capitalismo. Rio de Janeiro: Revan, 2017, p. 232.

³⁵ MENDES, Alexandre; CAVA, Bruno. A constituição do comum: antagonismo, produção de subjetividade e crise no capitalismo, p. 232.

³⁶ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Bem-estar comum, pp. 166-167. Esse ponto será trabalho com maior ênfase no próximo capítulo.

³⁷ Esse ponto será explorado com maior ênfase no próximo capítulo.

³⁸ KARAKILIC, Emrah. Acting up with Hardt and Negri: capitalism in the biopolitical context. CAIRN.INFO Matières à Réflexion. v. 22, França, março de 2019, p. 500. (Tradução livre).

³⁹ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Assembly, p. 290.

controle e, através do sinalizar das novas características da produção, tais atividades são passíveis de serem compreendidas enquanto cada vez mais perigosas para controle capitalista. A dessincronia entre a esfera de produção e de governança comunica uma impossibilidade de previsão integral dos fluxos que emergirão no âmbito social, ao mesmo tempo em que tentar sedar tal espectro de produtivo transparece como uma movimentação prejudicial para desdobramento capitalista⁴⁰. As crises, nesse sentido, se tornam verdadeiros riscos ao Império⁴¹.

1.2. Constituição mista imperial: do imperialismo à globalização

Uma das primeiras premissas para a compreensão do pensamento de Negri é destacada através da distinção elaborada entre a ideia de imperialismo e o conceito apresentado e substancializado, conjuntamente com Hardt, enquanto Império⁴². Conforme foi observado na subseção anterior, a noção de Império irá se fundamentar através da caracterização de um mundo que está em um processo de globalização, como também irá se apoiar majoritariamente na incapacidade dos Estados-nação de regular, de maneira isolada, as novas formatações dos acervos produtivos, acabando por serem articulados enquanto peças na ampla jogatina dos organismos posicionados nos âmbitos nacionais e supranacionais. Nesse mesmo sentido, o Império é definido como uma nova forma global que se caracteriza essencialmente pela ausência de fronteiras, contemplando a totalidade dos espaços, inclusive, se manifestando nas profundezas do mundo relacional, sendo aquilo que faz parte de sua administração e gerência não apenas determinados territórios e grupos, mas sim a vida social em toda sua complexidade. Dessa maneira, no atravessar da linha na qual os desenvolvimentos sociais, visualizados como cada vez mais conectivos e cooperativos, acabam por indicar os caminhos que serão percorrido pelo sistema reformativo que atravessa a estruturação imperial, passa a existir uma impossibilidade de persistência de concepções concernentes ao imperialismo, visto que elas se baseavam, fundamentalmente, em estratificações territoriais e centros de poder, os

⁴⁰ Esse ponto será desenvolvido com maior ênfase no próximo capítulo.

⁴¹ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Assembly, p. 291.

⁴² HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Império.

quais se alargavam através do colonialismo, com o fim de estender a soberania dos Estados para além de suas barreiras solidificadas⁴³.

No início dos anos 90, após a dissolução da União Soviética e o término da Guerra Fria, emergem duas vias interpretativas que se relacionavam com o *status* dos Estados Unidos frente às descritas reconfigurações: primeiramente, a noção de que o país se estabeleceria enquanto uma autoridade definitiva, sendo a única superpotência global capaz de conduzir o processo de globalização e garantir o estabelecimento de algo como uma nova ordem mundial⁴⁴. Do outro lado, os Estados Unidos são sublinhados enquanto perpetuador de antigas práticas, já que sua hegemonia seria representativa da continuação das práticas imperialistas na passagem da modernidade até a pós-modernidade⁴⁵. Ambas abordagens não encontram alinhamento com relação às ponderações de Negri e Hardt relacionadas ao Império. A convicção de que os Estados Unidos saíram da Segunda Guerra Mundial assumindo cada vez mais responsabilidades e exercendo uma posição de controle unilateral frente as questões globais é amplamente atacada pelos autores. Isto é, a própria ideia de um poder que se desenvolve unilateralmente perde forças em um cenário imperial, sendo uma de suas principais características a desestruturação de um centro territorial de poder, a qual é argumentada através da fragilidade atribuída à noção de barreiras imóveis. Em síntese, nas palavras de Negri e Hardt: “as distintas cores nacionais do mapa imperialista do mundo se uniram e mesclaram, num arco-íris imperial global”⁴⁶.

Tais indicativos conduzem até o próximo ponto: a concepção de continuação do imperialismo sob uma nova formatação. Dentro das novas referências, um projeto imperialista inédito, que objetive ocupar a posição de liderança que as velhas potências europeias ocuparam, está fadado ao fracasso, visto que se apresenta enquanto inverossímil, não apenas para os Estados Unidos, mas para qualquer país que se proponha a realizar tanto. Dentro do espectro apresentado, diversos autores, por exemplo, Marcelo Valença e Bruno de Seixas, contestam amplamente a

⁴³ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Império, pp. 11-12.

⁴⁴ Segundo Alexandre Costa, “a expressão Nova Ordem Mundial, foi usada pela primeira vez, pelo então presidente norte-americano Ronald Reagan, no fim da década de 1980, quando fez citação ao processo de queda da União Soviética e à reorganização geopolítica das potências mundiais”. (COSTA, Alexandre. A nova ordem mundial e a globalização da economia. RH Portal. 2 de setembro de 2015. Disponível em: <https://www.rhportal.com.br/artigos-rh/a-nova-ordem-mundial-e-a-globalizacao-da-economia/>. Acessado em: 21/01/2021).

⁴⁵ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Império, pp. 13-14.

⁴⁶ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Império, p. 13.

substituição total de práticas imperialista no desembocar do surgimento do Império⁴⁷. Para afrontar essa afirmação, sublinha-se que a argumentação de Negri e Hardt se colocam em outro plano, isto é, não se trata de afirmar que práticas imperialistas - aquelas que agem na relação íntima entre as fronteiras e no respaldo dos Estados soberanos – não poderão mais ser encontradas, visto que diferentes abordagens através das quais se analisam os fatos podem fornecer esse tipo de respaldo, mas sim objetiva-se indicar que no atual cenário a perpetuação de soberbos projetos imperialistas está impossibilitada, visto que o almejo de posições estáveis e ponderadas não passaram de aspirações estéreis⁴⁸. Dessa maneira, supostas disputas pela posição de superpotência global⁴⁹, ao mesmo tempo em que existe uma impossibilidade de hegemonia unipolar, se revelam enquanto movimentações sintomáticas da nova estrutura de governança que se constituiu, podendo essa ser apresentada através da concatenação existente entre três tipos distintos de formas de comando que se realizam na amplitude do plano imperial⁵⁰. Em últimas análises, perseguindo uma específica abordagem do Império Romano, através de Políbio, Hardt e Negri executam a descrição do exercício de poder imperial através do enlace entre práticas monárquicas, aristocráticas e democráticas, que conjuntamente revelam a chamada constituição mista do Império⁵¹:

⁴⁷ VALENÇA, Marcelo; SEIXAS, Bruno. A pele do leviatã e a geopolítica do vírus: a noosfera como território político dos afetos. *Sul Global*. v. 2, n. 1, Rio de Janeiro, 2021, p. 118.

⁴⁸ Michael Hardt, em uma conferência conjunta com Verónica Gago, Sandro Mezzadra e Étienne Balibar, designa que os dizeres, realizados em parceria com Negri, concernentes ao desmantelamento do imperialismo e a conseqüente ascensão do Império, não são necessariamente indicativos de uma teoria do final do imperialismo, mas, sobretudo, a sinalização de uma necessidade de revisão do conceito de imperialismo frente à nova configuração global. (HARDT, Michael. *Empire: twenty years on*. Youtube, 28 de maio de 2021. Acessado em: 9/06/2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fsLnNbPRvOo>).

⁴⁹ Muitos designam a China como a nova superpotência que será detentora da hegemonia global. Nas palavras de Giovanni Arrighi: “Na realidade, o dólar em queda na década de 2000 é a expressão de uma crise muito mais séria da hegemonia norte-americana do que o naufrágio do dólar na década de 1970. Seja gradual ou brutal, é a expressão (e um fator) de uma perda relativa e absoluta da capacidade da nação de reter sua centralidade na economia política global. Afim de avaliar plenamente a extensão e a natureza dessa perda, devemos mudar nosso foco para o que, em retrospecto, pode muito bem parecer ter sido o maior fracasso do projeto imperial neoconservador: o fracasso em impedir a China de tornar-se um potencial novo centro da economia política global”. (Tradução livre) (ARRIGHI, Giovanni. *Adam Smith in Beijing: lineages of the twent-first century*. Londres: Verso, 2007, p. 203).

⁵⁰ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Empire, Twenty Years On: Rethinking Empire in the Age of Trump*.

⁵¹ Vale ressaltar que a análise através do modelo Políbio é constante nos escritos de Negri e Hardt, contudo, em alguns momentos adquire novas expressões. Isto é, o Império não é descrito em termos modernos, mas sim enquanto um arranjo contemporâneo que se realiza a partir de sedimentos que são pós-modernos, sendo a noção de uma constituição mista, apesar de central, apresentada ocasionalmente de maneira conjunta com a ideia de uma constituição híbrida. Nas palavras dos autores: “O não-lugar é o sítio onde as funções de controle híbridas do Império são exercitadas. Nesse não-lugar imperial, no espaço híbrido que os processos constitucionais constroem, ainda encontramos

A monarquia serve de ancora à unidade e continuidade do poder. É o alicerce e a última instância da autoridade imperial. A aristocracia define justiça, medida e virtude, e articula suas redes na esfera social. Inspetora a reprodução e circulação da autoridade imperial. Finalmente, a democracia organiza a multidão segundo um esquema representativo, de modo que o Povo possa ser submetido às normas do regime, e o regime possa ser coagido a satisfazer as necessidades do Povo. A democracia assegura a disciplina e a redistribuição⁵².

Partido dessa descrição, aparentemente haveria um equilíbrio funcional entre as três formas de poder: a unidade monárquica, que realiza a função de tradução do monopólio da força global, muitas vezes sendo relacionada aos Estados Unidos, como também instituições econômicas supranacionais, como o FMI e o Banco Mundial, sendo visualizada em sua maneira negativa enquanto um regime tirânico. Ademais, a aristocracia, que em tempos contemporâneos se concretiza através da relação entre corporações e empresas transnacionais e os Estados-nação dominantes, e em seu avesso emerge enquanto a constituição de oligarquias. Por último, a democracia, relacionada em sua forma decadente às oclocracias, é sublinhada como o governo de muitos e indicada pela amplitude dos Estados-nação, agora designados de maneira dessemelhante, na medida em que são associados às entidades reconhecidas enquanto populares e contemplativas de uma suposta solidariedade como, por exemplo, determinadas organizações não governamentais (ONGs)⁵³.

A explanação realizada por Giuseppe Cocco e Jeudiel Martinez é capaz de fornecer alguns indícios interessantes sob os quais é possível apoiar a exposição da atuação da constituição mista do Império. Para os autores, ao mesmo tempo em que descrevem a incapacidade de hegemonia e estabelecimento de qualquer tipo de centralidade por parte dos Estados Unidos, como também da emergente China, buscam apresentar o conceito de Dinastia. Esses países dinásticos transpareceriam enquanto componentes primordiais do Império, sendo portadores de características que se relacionam até o passado imperialista, mas, sobretudo, que agora atuam através de novas forças, sendo aptos a produzir e difundir suas práticas dentro da amplitude do espectro imperial. Nas palavras dos autores: “Imaginemos o Império como uma pirâmide e os Estados nacionais como linhas: as Dinastias são triângulos

a contínua e irreprimível presença de movimentos subjetivos. Nossa problemática continua sendo algo parecido com a constituição mista, mas agora infundida com a plena intensidade dos deslocamentos, modulações e hibridizações envolvidos na passagem da pós-modernidade”. (HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Império, p. 340).

⁵² HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Império, p. 315.

⁵³ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Empire, Twenty Years On: Rethinking Empire in the Age of Trump.

com dimensões comuns a uma e outra⁵⁴. A discussão passa a contemplar uma problemática vultosa no momento em que é sublinhada uma situação paradoxal, na qual o Império necessita dessas grandes Dinastias para perpetuar-se, ao mesmo tempo em que esses países não denotam submissão à soberania imperial, como se fossem participantes da constituição global, mas não se curvassem às suas demandas⁵⁵ - ao mesmo tempo em que são necessárias para que o Império exista, são elas que minam sua soberania, sendo a ressaltada constituição imperial não mais passível de ser caracterizada enquanto uma mistura entre as formas de governo, visto que passa a apresentar uma tendência majoritariamente monárquica⁵⁶.

Essa perspectiva não encontra assistência quando posicionada em relação à conjunta reflexão de Negri e Hardt, realizada 20 anos após a escrita do livro “Império”⁵⁷, na qual os autores também indicam mudanças drásticas com relação ao desenvolvimento da constituição imperial: primeiramente, o governo de um, ou a hegemonia dos Estados Unidos, foi lentamente solapada em uma movimentação que representou um esvaziamento de seu centro de poder, sendo sua influência cada vez mais flagrantemente limitada. Em outras palavras, na primeira frente argumentativa, é designado que o significante poder militar americano, demarcado pela existência de armas nucleares, drones e os mais diversos dispositivos tecnológicos, sendo um espectro armamentista considerado superior com relação ao de outros países, como também defendido amplamente através de propagandas militares e estratégias de propagação e controle, não é mais visualizado enquanto suficiente para garantir suas anteriores capacidades monárquicas, o que fica explícito através da análise das derrotas sofridas pelo país, por exemplo, no Vietnã, Afeganistão e Iraque⁵⁸. Por outro

⁵⁴ COCCO, Giuseppe; MARTINEZ, Jeudiel. “...A nombre de la libertad...”: latinoamérica ante la dinastía Jeffersoniana. *Sul Global*. v. 2, n. 1, Rio de Janeiro, 2021, p. 72, 2021. (Tradução livre).

⁵⁵ Os autores chegam a afirmar que o sistema interamericano é como um espelho de menor escala em relação ao Império, sendo, nessa perspectiva, os Estados Unidos detentores de uma soberania semelhante a aquela que o Império expressa em uma escala planetária. (COCCO, Giuseppe; MARTINEZ, Jeudiel. “...A nombre de la libertad...”: latinoamérica ante la dinastía Jeffersoniana, p. 98

⁵⁶ COCCO, Giuseppe; MARTINEZ, Jeudiel. “...A nombre de la libertad...”: latinoamérica ante la dinastía Jeffersoniana, p. 76.

⁵⁷ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*, 2001.

⁵⁸ Negri e Hardt argumentam que a tentativa de criação de uma ordem unilateral comandada pelos Estados Unidos pode ser traduzida como um empreendimento que visava um golpe de Estado dentro do sistema global, tendo por objetivo subordinar outros Estados-nação dominantes e instituições supranacionais. Também, segundo os autores, a retórica de “guerra ao terrorismo”, após os ataques de 11 de setembro de 2001, foi utilizada enquanto uma justificativa para sedimentar a sua posição de autoridade central. Frente ao fracasso, por exemplo, das empreitadas militares que foram realizadas após a anunciação de um estado de emergência, é possível visualizar o colapso do descrito golpe que passa a ser interpretado enquanto um estágio na formação do Império. (HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Bem-estar comum*, p. 230).

lado, a monarquia dos Estados Unidos, descrita em sua faceta de hegemonia monetária, enfraqueceu-se consideravelmente através da financeirização do capitalismo em uma escala global, sendo o amplo conjunto de normas que englobam a vida social, política e economia, visualizados enquanto ofensivos frente à qualquer tipo de base unipolar, na medida em que passam a se formatar através de uma rede mundial, conforme foi confirmado após a crise financeira de 2008⁵⁹. Por último, é indicado que a influência no âmbito da indústria cultural e de tecnologia digital dos Estados Unidos também acabou por ser esvaziada consideravelmente. Isto é, não se trata de argumentar que o país não é detentor de uma ampla parcela de prestígio dentro desse âmbito, ou que empresas americanas não se mantêm ocupando um significativo espaço no cenário mundial, mas sim que as corporações se baseiam cada vez mais em uma maneira de operar que se caracteriza pelas conexões globais⁶⁰. Dessa forma, o poder monárquico dos Estados Unidos estaria em declínio, mas essa movimentação não é a expressão, conforme indicado anteriormente, do aparecimento de um novo país que iria ocupar o seu lugar, mas sim é sintomática da criação de um vazio cada vez maior que passa a caracterizar o espectro monárquico, sendo esse um dos elementos que explicitam não apenas a concretude do Império, mas também indica as atuais instâncias através das quais a constituição imperial opera.

Hoje deixou de ser polêmico, tornando-se mesmo um lugar-comum, afirmar que a ordem global contemporânea, que na verdade vem-se formando desde o fim da Guerra fria, caracteriza-se por uma distribuição de poderes, ou mais precisamente, por uma forma de poder em rede que requer ampla colaboração de Estados-nação dominantes, grandes corporações, instituições econômicas e políticas supranacionais, várias ONGs, conglomerados de comunicações e uma série de outros poderes. Em outras palavras, torna-se rapidamente uma questão de senso comum que o problema do século XX é o problema do Império⁶¹.

Já na passagem de abordagem até a contemplação do nível aristocrático imperial, sendo exercido por corporações, Estados-nação e instituições supranacionais, aborda-se um cenário que se caracteriza pela estabilidade dos conflitos. A competição existente não se dá apenas, por exemplo, entre determinadas corporações, mas também entre corporações e os Estados-nação em posições dominantes. Marcelo Valença e Bruno de Seixas, ao analisarem as descrições sobre

⁵⁹ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Empire, Twenty Years On: Rethinking Empire in the Age of Trump. New Left Review.

⁶⁰ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Empire, Twenty Years On: Rethinking Empire in the Age of Trump. New Left Review.

⁶¹ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Bem-estar comum, p. 229.

o Império, fazem também uma crítica que contribui para a análise dos novos desdobramentos da camada aristocrática imperial, na medida em que colocam enquanto duvidoso e até mesmo desconectado da realidade política contemporânea a afirmação sobre a existência de uma espécie imperial na qual modelos modernos estivessem em processo de esvaziamento. Nas palavras dos autores: “Se Negri e Hardt jamais poderiam prever a crise de 2008 e a saturação do modelo imperial que sugerem, de dentro do próprio sistema - em vez de impulsionado pela multidão – menos ainda vislumbrariam a eleição de Trump em 2016”⁶². Essa afirmação é realizada conjuntamente com a defesa de que o trumpismo está de acordo com as anteriores formatações sob a qual era visualizada a questão da soberania, na medida em que é um argumento se consolida na iluminação das propostas de fortalecimento das fronteiras dos Estados Unidos, em especial com México.

Para Negri e Hardt, a dinâmica de disputa que se perpetua entre os agentes, não traduz, em últimas instâncias, a defesa de diferentes rudimentos que caracterizam a base da movimentação desses países, ao contrário, expressa que estão todos emersos na mesma lógica, batalhando entre si e pleiteando uma posição de falsa hegemonia dentro da ordem social imperial na qual estão imersos⁶³. Dizendo de outro modo, uma das táticas utilizadas pelas potências aristocráticas é o tradicional desenrolar que propõe um retorno, através de retóricas nacionalistas, à noção dos Estados-nação fortes, sendo essa uma atividade que demonstra o receio daqueles que sentem suas posições ameaçadas dentro do sistema global. Esses países não buscam, de fato, um retorno aos Estados que se fecham em detrimento das relações cada vez mais interligadas, mas sim reivindicam, indiretamente, a perpetuação ou retorno até sua anterior e privilegiada posição dentro do sistema. Aquilo que fornecerá os sedimentos do posicionamento dos Estados-nação, como também das instituições supranacionais e as corporações, se apresenta enquanto uma ideologia neoliberal que se relaciona com o globalismo, visto que pressupõe uma ordem capitalista que é mundial, conectiva e regulamentária.

É inútil nutrir mitologias como a mitologia liberal da “mão invisível”, isto é, de uma providência que regula o mercado sem sujeito. Existem sempre mãos, mãos ativas, regras mais ou menos visíveis, de qualquer modo eficazes e sempre manipuladoras, que correm no mercado e em toda sociedade. Não

⁶² VALENÇA, Marcelo; SEIXAS, Bruno. A pele do leviatã e a geopolítica do vírus: a noosfera como território político dos afetos, p. 118.

⁶³ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Empire, Twenty Years On: Rethinking Empire in the Age of Trump. New Left Review.

se pode desencarnar o cenário do mercado e muito menos o cenário da globalização⁶⁴.

Nesse ponto, o nível do governo de muitos eleva-se enquanto aquele caracterizado pelos elementos menos legíveis e, conseqüentemente, é identificado como de difícil interpretação, contemplando os Estados-nações considerados em uma posição de subordinação, empresas capitalistas e suas parafernalias: mídias de todos os tipos, organizações não governamentais e associações religiosas. A gama de forças que é contemplada nesse espectro seria compactada em instrumentos de representação, por exemplo, na Assembleia Geral da ONU, através da qual Estados numericamente minoritários, mas qualitativamente majoritários, exercem uma legitimação dos processos, na medida em que fazem frente aos Estados-nação que se encontram na base da pirâmide que caracteriza a constituição mista imperial. Também, a função representativa dos interesses do povo não é unicamente exercida pelo Estados, mas também as organizações não governamentais se movimentam no intuito de indicar os desejos e necessidades de determinado indivíduos ou grupos que habitam o terreno imperial. Nessa seara, a mídia e as organizações religiosas transparecem, por não serem articuláveis de maneira independente com relação ao capital e o governo, enquanto também dois feixes que trabalham a favor dos processos imperiais⁶⁵. A compactação de demandas, ou até mesmo de grupos, nesse tipo de disposição, mesmo quando desafiam a monarquia e a aristocracia, só o fazem de maneira superficial, servindo, em últimas instâncias, para reforçar a constituição do Império, já que não são caracterizados por movimentações que ameçam efetivamente sua ordem, sendo, na realidade, um dos componentes que acaba por trabalhar ao seu favor, visto que fornece os instrumentos necessários para que exista uma reconfiguração conforme o desenrolar das energias de produção⁶⁶.

Por último, vale ressaltar as observações realizadas por Óscar Agustín a respeito de uma interpretação específica que foi realizada a respeito da noção de Império forjada por Hardt e Negri. A defesa de uma mudança dentro dos paradigmas da soberania, isto é, um deslocamento da soberania moderna até a chamada soberania imperial, a qual é descrita pelos autores enquanto representativa de uma

⁶⁴ NEGRI, Antonio. Cinco lições sobre Império. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 11.

⁶⁵ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Império, pp. 331-334.

⁶⁶ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Empire, Twenty Years On: Rethinking Empire in the Age of Trump. New Left Review.

ruptura que torna obsoletas diversas teorias e projetos políticos modernos, sendo indesejável uma busca do retorno do fortalecimento do Estado-nação frente a transfiguração do cenário até o estabelecimento do Império⁶⁷, visto que sua constituição representa um potencial de liberdade flagrantemente maior do que nas antigas configurações, ponto que será abordado com maior ênfase nas próximas subseções, levou muitos a designarem as descrições dos autores enquanto defesas indiretas da novíssima articulação do capitalismo global⁶⁸. Primeiramente, a disputa argumentativa que busca concluir qual dos dois cenários seria mais benéfico, aquele no qual os Estados-nação detêm o poder ou o panorama no qual eles perdem parte de sua capacidade de agenciamento e integram um complexo sistema de governança, apresenta-se como secundária dentro da filosofia dos autores, já que o ponto principal de sustentação é o de que haveria a impossibilidade de retorno aos antigos projetos políticos. Isso ocorre através de uma mudança que se concretiza no tecido produtivo social⁶⁹ e que não apenas estimulou a reconfiguração global, desembocando no surgimento do Império, mas também sinalizou que as ilusões modernas não têm mais espaço, já que não encontram nenhum tipo de sustentação com relação aos desenrolares que soldaram diferentes formas de organização produtiva⁷⁰.

Se em algum momento Negri e Hardt descrevem - e eles de fato o fazem - que o atual cenário é mais benéfico para o surgimento de subjetividades alternativas, essa descrição jamais foi realizada no sentido de exaltação das articulações imperiais, já que as redes cooperativas e a força de trabalho, mesmo que estejam localizadas dentro do Império, vem sempre em primeiro lugar, sendo caracterizadas por um poder de definição apresentado de maneira mais intensa na contemporaneidade, isto é, que constantemente extrapola o capital e o designa enquanto sistema parasitário amplamente dependente dos canais de produção⁷¹. Dessa maneira, descrições do cenário em questão normalmente são realizadas pelos autores simultaneamente com uma exaltação dos poderes sociais produtivos, como também são empreendidas de maneira conjunta com a sinalização do poder e ameaça que caracterizam as facetas integrantes das novas articulações capitalistas. Nas palavras dos autores: “o capital

⁶⁷ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Império, pp. 322-323.

⁶⁸ AUGUSTÍN, Óscar. Populism and “Empire”: the impossibility of sovereignty. Sul Global. v. 2, n. 1, Rio de Janeiro, 2021, p. 39.

⁶⁹ Esse ponto será apresentado com maior ênfase no próximo capítulo.

⁷⁰ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Bem-estar comum, p. 297.

⁷¹ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Assembly, p. 311.

ainda empunha armas repressoras, é claro, algumas delas ainda mais violentas que as do passado, mas não ousa confrontar diretamente o que vem desde baixo, pois teme destruir as forças cooperativas e reduzir a produtividade”⁷².

1.3. A soberania do Império: entre a guerra-civil e a questão policial

Ao descrever um sistema global de relações, através do qual o Império se expressa, sobretudo, sublinha-se uma novíssima forma de soberania: uma forma de soberania capitalista. De início, essa proposta poderia parecer desconexa frente à tradicional caracterização do capital e da própria soberania - uma combinação flagrantemente contraditória entre aquilo que se entende recorrentemente como a expressão do que é soberano, se baseando na transcendência do Estado, nação ou povo, como também sedimentando-se em uma noção de estratificação de territórios e populações, e o capital, que se apresenta de maneira diversa, isto é, operando no plano da imanência e realizando-se no enfrentamento das fronteiras, visto que objetiva a integração de populações em seus agenciamentos, sempre movimentando-se na direção do estabelecimento de um mercado mundial⁷³. O desenvolvimento do capital acabou por se expressar na articulação com relação a soberania transcendente, apesar disso, na medida em que havia uma explícita oposição de princípios, o processo histórico o qual designa uma nova articulação de subjetividades deslizava drasticamente pendendo ao plano da imanência capitalista, visto que se ancora na desintegração da hegemonia que caracterizava instituições estatais e não estatais. Essa transformação marca a já amplamente trabalhada transição até um novo tipo de sociedade que, através de suas fronteiras anuviadas, permitiu a realização de um mercado global e, conseqüentemente, possibilitou a existência de uma submissão integralizada da sociedade ao capital. Se em tempos modernos as grandes potências, consideradas soberanas, procederam de maneira imperialista, designando o futuro de nações subordinadas, ao mesmo tempo em que expressavam práticas de limitação mútua, no atual paradigma, essas particularidades são deslocadas até algo que se entranha para além qualquer delimitação, na medida em que expressa um poder transnacional que se articula profundamente no plano social. É possível visualizar com

⁷² HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Assembly*, p. 309.

⁷³ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*, pp. 348-349.

maior ênfase, segundo Negri, o estabelecimento do descrito cenário – e sua respectiva violência - através da indicação da crise das normas de regulamentação e das medidas social, as quais esfaleam as barragens que envolviam o capital, processo que, dessa maneira, permitiu o surgimento e desenvolvimento do Império⁷⁴:

Quando os critérios internos que permitem o desenvolvimento se autorregular e autovalorizar desaparecem, a norma estabelece a mais forte violência. No fundo, a ideia de mercado implica na hipótese de uma sociedade que é dominada implicitamente por uma razão que tem uma necessidade e a violência não representa mais do que seu complemento, de forma a garantir o correto funcionamento social e ampliar os termos do mercado. Mas quando o mercado, os critérios de produção e acumulação, atravessam o campo social, quando as normas de regulação e mensuração do social entram em crise, quando surgem outros critérios de valorização alternativos ao primeiro, tanto no campo central como na periferia do sistema capitalista; então a única solução, para as forças sistêmicas que tem o poder de dominar esta, é reconhecer sua irracionalidade: a declaração de um estado de exceção⁷⁵.

Nesse sentido, a guerra entendida meramente enquanto conflitos entre Estados-nação perde o seu sentido. Negri e Hardt, ao utilizarem a famosa fórmula de Carl von Clausewitz, “A guerra é meramente a continuação da política por outros meios”⁷⁶, já bastante trabalhada e, por muitas vezes, lida inversamente por alguns autores, sublinham que o próprio conceber de uma questão política estará sedimentado nas perspectivas da guerra⁷⁷. Tal afirmação baseia-se na perspectiva de que a guerra deixa de ser meramente um instrumento político, um último recurso em situações catastróficas, até a descrição de que é a própria guerra que realiza a função de sustentação da política e, sendo assim, não se relaciona ao resumo de suas práticas enquanto expressões bélicas ou de força bruta, mas sim expressa a indicação de que a guerra se tornar capaz de produzir aquilo que a disciplina e o controle também produzem, por exemplo, a hierarquia e o ordenamento, sendo o exercício da paz não mais visualizando como uma possibilidade através da liquidação de um

⁷⁴ NEGRI, Antonio. Cinco lições sobre Império, pp. 73-74.

⁷⁵ NEGRI, Antonio. La fábrica de porcelana: una nueva gramática de la política. Barcelona: Paidós, 2008, p. 69. (Tradução livre).

⁷⁶ CLAUSEWITZ, Carl Von. Da guerra. Tradução: Luiz Carlos Nascimento e Silva do Valle. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p. 91

⁷⁷ Essa observação é explicitamente perseguida através de Foucault. Nas palavras do autor: “As relações de poder, tais como funcionam numa sociedade como a nossa, têm essencialmente como ponto de ancoragem uma certa relação de força estabelecida em dado momento, historicamente precisável, na guerra e pela guerra. E, se é verdade que o poder político para a guerra, faz reinar ou tenta fazer reinar uma paz na sociedade civil, não é de modo algum para suspender os efeitos da guerra ou para neutralizar o desequilíbrio que se manifestou na batalha final da guerra. O poder político, nessa hipótese, teria como função reinserir perpetuamente essa relação de força, mediante uma espécie de guerra silenciosa”. (FOUCAULT, Michel. Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976). Tradução: Maria Ermantina Galvão. 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999, pp. 22-23).

estado de guerra, mas antes na medida de sua perpetuação⁷⁸. A guerra, portanto, não exterioriza-se mais enquanto a expressão de uma ruptura, mas como o exercício do biopoder imperial que sinaliza uma intervenção contínua e coerente, consolidando seu agenciamento “na/sobre/contra a esfera do biopolítico”⁷⁹. Em síntese, se o solapamento de limites não só permite, como também induz o capital a introduzir-se em todos os aspectos da vida social, para que seja possível manter a segurança necessária às questões de propriedade e mercado, passa a ser demandado um gerenciamento que se realiza, da mesma maneira, por todas essas facetas, sendo a guerra indicada enquanto o instrumento capaz de concretizar a descrita operação⁸⁰.

É possível atribuir algumas consequências do estabelecimento desse novo tipo de guerra através da análise do plano global. Primeiramente, sublinha-se a dificuldade, frente ao definhamento das fronteiras, de distinguir a guerra, tradicionalmente atribuída para designar conflitos entre Estados-nação, e a atividade policial, que se relaciona ao âmbito de segurança interno dos países, sendo possível postular apenas a existência de conflitos que são civis. Se falamos em uma conjuntura que é sem limites, qualquer choque, em qualquer local, é exibido enquanto uma questão civil, sendo a divisão entre a política dos diferentes países e aquilo que designa as relações internacionais colocada cada vez mais em uma situação nebulosa, traduzindo, dessa maneira, a existência de uma perspectiva dual no paradigma da soberania imperial: ao mesmo tempo em que engloba o absoluto em suas malhas, apagando qualquer perspectiva de um exterior, a soberania imperial é limitada internamente, visto que, como qualquer soberania, ela não é visualizada enquanto autônoma, sendo definida justamente pela relação entre os governados e o governante⁸¹. Marcelo Valença e Bruno de Seixas designam que, segundo Negri e Hardt, a descrição do surgimento de guerras especialmente civis poderia sugerir que conflitos entre Estados-nação seriam progressivamente solapados, sendo tal argumentação não passível de verificabilidade em termos práticos⁸². Pode-se afirmar que o designar de que todo conflito passa a deter um caráter civil, não é o mesmo do que afirmar que países não entrarão mais em conflito, sejam eles armados ou não,

⁷⁸ NEGRI, Antonio. Cinco lições sobre Império, p. 188.

⁷⁹ NEGRI, Antonio. La fábrica de porcelana: una nueva gramática de la política, p. 165. (Tradução livre).

⁸⁰ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Multidão: guerra e democracia na era do Império, p. 34.

⁸¹ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Multidão: guerra e democracia na era do Império, p. 415.

⁸² VALENÇA, Marcelo; SEIXAS, Bruno. A pele do leviatã e a geopolítica do vírus: a noosfera como território político dos afetos, p. 118.

mas sim se trata do sublinhar de que esses espectros agora são composições de uma ordem superior, centralizada e global. Também, conforme foi observado, a disputa entre os Estados-nação para alcançar os degraus mais altos do Império, isto é, para estabelecerem-se em posições privilegiadas dentro do arranjo imperial, é algo relativamente corriqueiro, fazendo parte do deslocamento de construção e desconstrução de hierarquias que caracterizam o Império.

Para mais, a determinação da guerra não será apenas espacial, mas também temporal. Se a guerra é criada para manter a ordem social, ou seja, para que a paz seja mantida, então ela não tem um tempo determinado, passando a criar e perpetuar, inclusive, inimigos imaginários para que seja possível encontrar legitimidade para o exercício de suas práticas. Como Negri explicita, “o inimigo, com efeito, deve ser aqui continuamente construído, inventado, paradoxalmente não pode ser vencido ou, se for vencido, é preciso que haja outro, o inimigo é o perigo público, é o sintoma de uma desordem ordenada”⁸³. Dessa maneira, as características da guerra se expressam em ações de violência que são individualizadas e direcionadas, através do designar de um indivíduo ou grupo temerário, mas também podem emergir através de tecnologias de controle que se apresentam em medidas que são diretamente globais, por exemplo, através da construção de armas de destruição em massa, sendo tais atividades articuladas sem que existe nenhum tipo de contradição, visto que a evidenciação da guerra enquanto atuante permanente no plano social, ou ela mesma sendo expressa como uma relação social, acaba por pressupor uma variedade de táticas enlaçadas em prol de um objetivo central.

É nesse ponto que a atividade da guerra enquanto ação policial se torna cada vez mais explícita: não se trata mais tanto de destruição, mas sim uma expressão de sua capacidade de produzir e ordenar as organizações de subjetividades, que poderá ser visualizada também através da mudança realizada entre a questão da defesa territorial até a construção de um cenário no qual a questão da segurança é prioritária - uma transfiguração que observa a passagem de uma posição reativa frente à determinados estímulos externos até uma postura que é, antes de tudo, construtiva, tanto no exterior, mas também no interior dos países. Nas palavras de Negri e Hardt, “a segurança exige que se esteja constante e ativamente condicionando o ambiente através de ações militares e/ou polícias. Só um mundo ativamente condicionado pode

⁸³ NEGRI, Antonio. Cinco lições sobre Império, p. 188.

ser considerado seguro”⁸⁴. Dessa maneira, é claro que a constituição imperial se realiza através do espectro tradicional de guerra, apesar disso, ela jamais transparece enquanto uma força que desestabiliza o Império, mas sim é um mecanismo que propulsiona ações constantes que transformam e, conseqüentemente, reforçam a atual ordem global⁸⁵, por exemplo, através do criação de programas políticos que são exteriores à determinados territórios, mas que propõe a destruição e, posteriormente, a construção de determinadas nações, sustentando-se através de perspectivas de mudança de regime ou, até mesmo, orientando-se pela intenção de impor sistemas supostamente democráticos, demonstrando, dessa maneira, a perpetuação da necessidade de existência das nações dentro dos programas de segurança, já que expressam ainda uma capacidade de manter a ordem e controle, conforme o desejo das influentes autoridades nacionais, na medida em que perpetuam suas capacidades de projetar hierarquias dentro do sistema global.

A partir desses apontamentos, podemos iluminar melhor os sedimentos da guerra e relaciona-los até anteriores descrições. Em outras palavras, falar em de atividades de guerra-civil e de polícia, é descrever também uma violência que é considerada legítima, contudo, a lógica da legitimação não poderá se realizar como previamente. Se antes os Estados-nação tinham, indiscutivelmente, o monopólio da violência, tanto no exterior quanto interior de suas fronteiras, posteriormente tal cenário é sucedido por um desmonte que se relacionou ao avanço do direito internacional que retirou progressivamente a legitimidade, anteriormente atribuída *a priori* e considerada individualmente, dos atos realizados pelos países – um Estado jamais poderia promover guerras externas com base em suas próprias leis, por exemplo. Mas o movimento imperial foi além, enquanto o direito internacional ainda se relacionava com o reconhecimento da soberania dos Estados, como pode ser visualizado através do estabelecimento de organismos como Conselho de Segurança da ONU, a justiça que deriva do exercício imperial emprega dispositivos que objetivam

⁸⁴ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Multidão: guerra e democracia na era do Império, p. 43.

⁸⁵ Vale ressaltar que, na visão de Negri e Hardt, a designação da guerra enquanto um elemento que é construtivo não se assemelha a indicação da guerra enquanto um poder tem características constituintes, visto que ela apenas reproduz, reforça e regula uma ordem que já se encontra em vigência. Em suma, na filosofia de Negri e Hardt, dizer que o poder produz é diferente de dizer que ele é propriamente constituinte. (HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Multidão: guerra e democracia na era do Império, p. 45). Nas palavras de Negri: “o poder constituinte é a capacidade [...] de propor e afirmar novas dimensões públicas na distribuição dos poderes, uma inovação radical da constituição formal que se baseia na reformulação radical da constituição material”. (Tradução livre) (NEGRI, Antonio. La fábrica de porcelana: una nueva gramática de la política, p. 150).

desestruturar totalmente o emprego de direitos e qualquer corroboração com relação às soberanias nacionais, através do manuseio de determinadas práticas que se expõe como supranacionais e se realizam de maneira invertida: não se trata de uma violência que tem sua legitimidade atribuída antes da realização de determinadas ações, mas sim de uma força que apenas se legitima conforme as consequências que são produzidas, isto é, são justificadas na medida em que reforçam ou não a já amplamente descrita nova ordem global⁸⁶.

Em últimas instâncias, são expostas práticas que são extremamente instáveis, justamente porque pressupõe muitas vezes a criação de um inimigo que é invisível, abstrato e hostil, sendo perpetuada uma atitude de segurança imperial necessariamente fluida, na medida em que suas ações respondem diretamente às produções de subjetividade que ameaçam sua estabilidade e conservação. Está aberta a possibilidade de vincular as guerras promovidas pelo biopoder com as transmutações que se realizam no plano das atividades econômicas, isto é, no âmbito de desenvolvimento do capital⁸⁷. É claro que a guerra sempre esteve interligada aos desenrolares econômicos, apesar disso a passagem da modernidade até a pós-modernidade trouxe consigo um novo tipo de economia que é, sobretudo, social e imaterial, sendo as tecnologias e técnicas de guerras transfiguradas até um contemplar generalizado da vida, as quais se sustentam através da produção, informação e comunicação, expressando assim a descrita existência de dispositivo de biopoder capitalista, visto que suas intervenções não poderão mais se limitar apenas ao espectro militar, mas também moral, jurídico e econômico, para que seja possível ordenar propriamente as expressões vitais⁸⁸.

1.4. Sedimentação imperial: financeirização e extração do comum

Conforme indicado anteriormente, a substituição do agir capitalista que se relaciona com o nacional, sendo dependente dos Estados-nação para atingir seus objetivos, até a emergência de técnicas que sustentam as dinâmicas globais do capital, sinalizou o aparecimento de uma governança imperial, composta por uma estrutura

⁸⁶ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Multidão: guerra e democracia na era do Império, p. 55.

⁸⁷ A relação entre atividades econômicas, trabalho imaterial e subjetividades será abordada com maior ênfase no próximo capítulo.

⁸⁸ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Multidão: guerra e democracia na era do Império, p. 67.

extremamente complexa, sendo caracterizada por diversas divisões internas, que mesmo estrando em conflitos em si, agem em prol das mesmas finalidades. Será necessário, portanto, a indicação de mais uma faceta que integra a sustentação dessa novíssima estruturação, sendo possível garantir sua perpetuação dentro do novo paradigma – na dissolução da dicotomia moderna entre o público e o privado, entra em cena a questão do comum enquanto componente central para a reprodução e produção do mundo, que se torna suscetível às novas forças de extração⁸⁹. Se o Império poderá ser sublinhado enquanto aquilo que engloba a extensão global, dos âmbitos mais amplos até os espaços mais íntimos, a nova configuração será indicativa de uma forma de expropriação que substitui, de maneira forçada, os antigos métodos do capital. Em análise, a produção passa a ser cada vez mais socializada e o desenvolvimento do capitalismo sofre um processo de adaptação através do qual cria mecanismos de extração para que seja possível cooptar valor dos fluxos sociais que passam a caracterizar as novas formas de trabalho, transformando as riquezas elaboradas de maneira comum em propriedades consideradas privadas⁹⁰.

Importante ressaltar que, apesar da indicação da transformação de antigas empreitadas do capital, essa mudança não é sinalizadora de que a chamada extração ecossistêmica foi apagada, ao contrário, intensificou-se a designada operação do “capital contra a Terra”⁹¹. Antes, a destruição ambiental era visualizada enquanto extremamente localizada e passível de gerenciamento, já atualmente a não-limitação imperial estabelece um ponto crítico, no qual não existe mais volta com relação a destrutividade das indústrias de extração – a contínua empreitada do capital contra a terra, segundo Negri e Hardt, produz um cenário no qual “um ou outro podem sobreviver, não ambos”⁹². De maneira mais específica, as análises concernentes às mudanças climáticas muito podem oferecer para a realização de um breve esboço do daquilo que já foi concretizado, mas também indica o desenrolar do que está por vir conforme os indicativos do desenvolvimento imperial. Longe de generalizar a espécie humana e sinaliza-la enquanto responsável pelas passadas e futuras catástrofes ambientais, quem fortemente está por de trás da articulação de um eminente desastre

⁸⁹ O comum enquanto principal fonte de produção na contemporaneidade, tanto como seu papel na perspectiva de dissolução das concepções de público e privado, serão trabalhados com maior ênfase no próximo capítulo.

⁹⁰ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Bem-estar comum, p.160

⁹¹ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Assembly, p. 225.

⁹² HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Assembly, p. 225.

planetário são as corporações e suas ânsias pela extração e acumulação do comum, como indica Bill McKibben, “a mudança climática opera em uma escala e período geológico, mas não é uma força impessoal da natureza; quanto mais cuidadosamente você faz a matemática, mais completamente você percebe que esta é, no fundo uma questão moral; encontramos o inimigo e ele é a Shell”⁹³. Dessa maneira, os solos, as florestas, os mares, e qualquer designação que seja uma faceta daquilo chamamos de Terra, são composições caracterizadas pelo comum, isto é, são comuns a todas as pessoas, não porque são uma propriedade que está sob domínio dos indivíduos, mas sim porque são integrantes dos desenrolares produtivos, sendo distribuídas e entranhadas nos processos cooperativos, como se fossem o palco que sustenta os circuitos, mas também os atores que participam ativamente dos espetáculos⁹⁴.

Para mais, quando falamos das facetas do comum que são visadas enquanto um alvo da extração capitalista dentro do Império, não se abarca apenas o sentido tradicional da palavra, isto é, aquilo que se relaciona diretamente com o que é entendido como ecossistêmico, como a extração que se relaciona com a Terra propriamente dita, mas também a abertura até uma extensão do entendimento sobre o que de fato poderá ser caracterizada enquanto um processo de extração, movimento que se realiza através da integração do biopolítico dentro dessa concepção. Nesse limiar, ao designar práticas de extração e acumulação, são indicadas as afluências de privatização, mas é possível também visualizar esses movimentos através do estabelecimento de infraestruturas públicas que sustentam esse tipo de operação, as quais aparecem, por diversas vezes, como intermediárias em uma diversidade de experiências que se relacionam à comunicação e o deslocamento dos indivíduos. Em ambos os casos, é possível tatear o surgimento do chamado capitalismo cognitivo, através do reconhecimento do *general intellect*⁹⁵ enquanto primordial dentro da

⁹³ MCKIBBEN, Bill. Global Warming’s Terrifying Math, Rolling Stone, 19 de julho de 2012. Disponível em: <https://www.rollingstone.com/politics/politics-news/global-warmings-terrifying-new-math-188550/>. Acessado em: 16/02/2021. (Tradução livre).

⁹⁴ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Assembly, p. 225.

⁹⁵ O conceito marxiano de *general intellect* é amplamente utilizado, pelos teóricos que abordam a questão do trabalho imaterial, para designar o uso do intelecto. (CAMARGO, Sílvio. Considerações sobre o conceito de trabalho imaterial. Revista Pensamento Plural. n. 9, Pelotas, julho/dezembro de 2011. pp. 37-56). A fase de desenvolvimento caracterizada pela hegemonia *general intellect* é indicada por uma mudança no interior do sistema capitalista, através da qual a produção passa a ser fortemente, de maneira qualitativa e quantitativa, caracterizada pelo trabalho cognitivo. (VERCELLONE, Carlo. Capitalismo cognitivo y economía del conocimiento: una perspectiva histórica y teórica. In: CABALLERO, Francisco Sierra; MANIGLIO, Francesco. Capitalismo financiero y comunicación. Ecuador: Ediciones Ciespal, 2016, pp. 17-50). Esse ponto será desenvolvido com maior ênfase no próximo capítulo.

amplitude dos processos produtivos, facilitando assim o observar das interferências diretas que recaem sobre as redes cooperativas, por exemplo, no transformar de determinados conhecimentos tradicionais em propriedade, como também na visualização de técnicas de cooptação de informação que se relacionam até a mercantilização de elementos genéticos como uma prática recorrente⁹⁶.

Nessa linha, a indicação da mineração de dados emerge enquanto outra faceta que poderá ser indicativa do conceito de extração e seu atravessamento nas redes de produção: sobre os dados sociais, que estão misturados e disponíveis, como o petróleo ou o gás, a mineração e a extração são realizadas, sendo essas respectivamente estruturadas e comercializadas - o conhecimento, inteligência e conexão de usuários que utilizam mídias sociais, passam a serem detectados enquanto uma explícita fonte de valor. Nesse sentido, a extração também irá se relacionar intimamente ao mundo reprodutivo, basicamente, seu foco será direcionado às produções que poderiam ser descritas enquanto intelectuais e afetivas, visto que os seres humanos passam a ser observados enquanto passíveis de extração, como também demarcados enquanto propriedades privadas⁹⁷: circulação emocional, determinadas dinâmicas culturais, habilidades sociais e linguagens consideradas inovadoras são, portanto, produções que explicitam a cooperação criadora comum, sendo cada vez mais requisitadas dentro do mercado de trabalho. Hardt e Negri, se aproximando de Mezzadra e Neilson, agregam suas concepções através das descrições concernentes às práticas extrativistas do capitalismo contemporâneo como atravessadas pelas atividades do âmbito social:

A heterogeneidade das operações que circundam e preparam o terreno para a extração se concatenam de maneiras que são constitutivas de uma fração particular do capital que podemos chamar de capital extrativo. Da mesma forma, qualquer uma dessas operações – tome, por exemplo, a dimensão financeira da prospecção mineral – pode se enredar em outras concatenações que apoiam as atividades extrativas e fazem parte da formação de outras frações de capital. Essa concatenações e cruzamentos devem ser analisados de forma atenta às entradas humanas e às relações de propriedade que sustentam e perpetuam o impulso do capital para a acumulação sem fim⁹⁸.

⁹⁶ MEZZADRA, Sandro; NEILSON, Brett. The politics of operations: excavating contemporary capitalism. Durham: Duke University Press, 2019, p.145.

⁹⁷ Esse ponto será desenvolvido com maior ênfase no próximo capítulo.

⁹⁸ MEZZADRA, Sandro; NEILSON, Brett. The politics of operations: excavating contemporary capitalism, p.141. (Tradução livre).

Dessa forma, no espectro da extração comum, o exercício de administração neoliberal que objetiva a captação da produtividade, emerge enquanto uma das facetas primordiais do Império, sendo o capital financeiro uma de suas principais expressões, visto que detém a capacidade de manifestar-se nos circuitos da vida social, mas também interfere nas riquezas e recursos naturais que são captados pela extração convencional⁹⁹. Primeiramente, quando se designam novas características que compõe a produção e o trabalho, como também a emergência da finança enquanto dispositivo que tem a capacidade de captar e acumular frente as novas formas de riqueza, indicam-se movimentações que serão fundamentadas através de códigos, linguagens, programas – basicamente, tudo aquilo que é produzido de maneira comum. É a partir desse ponto que a financeirização opera, como designa Verónica Gago: “[...] A financeirização a partir de cima opera como uma forma de ler, se apropriar e reinterpretar formas populares vinculadas a determinadas práticas de autonomia produtiva e reprodutiva”¹⁰⁰, a qual é acompanhada por Negri e Hardt, na medida em que afirmam que “se você quiser entender a extração desde cima, *siga o dinheiro*, se quiser compreendê-la desde baixo, é preciso *seguir o comum*”¹⁰¹. Nesse sentido, a financeirização operada em prol da extração, poderá ser visualizada, por exemplo, através de instrumentos de microcréditos direcionados, principalmente, até comunidades pobres¹⁰², sendo a dívida um dispositivo fundamental que estabelece não apenas obediência frente as exigências do capital, como também se manifesta enquanto instrumento que detém o potencial de manter e reconfigurar as hierarquias já consolidadas que caracterizam o sistema global, sendo suas expressões representativas das operações imperiais, já que o movimento financeiro aparece, sobretudo, enquanto um exercício que representa um realce que realiza a função de envolvimento para dentro do Império. Se trata de uma constante operação de indicação e englobamento, visto que existem parcelas da população que são produtivas, mas não são capitalizadas e, sendo assim, serão estimuladas através de um discurso de inclusão através da financeirização¹⁰³, acabando por formar dinâmicas

⁹⁹ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Assembly, pp. 218-219.

¹⁰⁰ GAGO, Verónica. Financialization of popular life and the extractive operations of capital: a perspective from Argentina. South Atlantic Quarterly. v. 114, n. 1, Durham, 1 de janeiro de 2015, p. 16. (Tradução livre).

¹⁰¹ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Assembly, p. 231.

¹⁰² HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Assembly, p. 230.

¹⁰³ LAZZARATO, Maurizio. Fascismo ou revolução? O neoliberalismo em chave estratégica. São Paulo: N-1 Edições, 2019, p. 30.

extremamente atraentes para os dispositivos financeiros, os quais utilizam a dívida como condicionante do presente dos sujeitos, mas também o futuro:

Quando falamos de terror financeiro, também nos referimos a como as finanças (nas mãos de bancos e das suas empresas subsidiárias: do dinheiro aos cartões de crédito passando por outras dinâmicas mais informais) se apoderaram através do endividamento popular das economias domésticas e familiares. Hoje, a financeirização da vida cotidiana faz com que os setores mais pobres (e agora não apenas esses setores) devam endividar-se para pagar alimentos e remédios e para financiar em parcelas com juros descomunais o pagamento de serviços básicos. Ou seja: a subsistência por si só gera dívida¹⁰⁴.

A finança, nesse sentido, é um dispositivo de comando que articula o capitalismo dentro de um contexto contemporâneo, realizando empreitadas que interferem de maneira brusca na vida social, através da mediação do consumo, do estabelecimento das formas de emprego que serão aceitas, como também a partir de interferências sobre os tipos de direito sociais que serão disponibilizados¹⁰⁵. Em um âmbito mais abrangente, é possível observar que conflitos monetários que ocorrem em uma escala global passam a serem mediados pelos mercados financeiros, podendo ser observada a relação cada vez maior entre o controle bancário, sendo expresso pela concentração de dinheiro em seus aparatos, e o capital industrial, aqui descrito enquanto o estabelecimento de taxas gerais do mais-valor em sua relação com a produção comum dos circuitos de produção, indicando uma uniformidade da exploração que sustenta a existência do mercado que é mundial. De maneira conjunta, é possível observar grandes bancos, resguardados pelos Estados, que passam a ter uma supremacia frente a qualquer tipo de concorrência raquítica que se estabeleça, indicando, dessa maneira, a concretização de grandiosos monopólios do capital financeiro¹⁰⁶. Mesmo quando o valor que deriva da produção se apresenta como algo que é imensurável dentro dos novos paradigmas produtivos¹⁰⁷, “os mercados financeiros conseguem imprimir-lhes quantidades que, conquanto arbitrárias, em certo sentido, permanecem bastante reais e eficazes”¹⁰⁸. Isto é, o biopoder capitalista surge também enquanto a expressão do poder exercido pelo

¹⁰⁴ CAVALLERO, Luci; GAGO, Verónica. Uma leitura feminista da dívida. Porto Alegre: Criação Humana, 2019, p. 28.

¹⁰⁵ GAGO, Verónica; MEZZADRA, Sandro. Para una crítica de las operaciones extractivas del capital: patrón de acumulación y luchas sociales em el tempo de la financiarización. Nueva Sociedad. n. 255, Argentina, janeiro/fevereiro de 2015, p. 45.

¹⁰⁶ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Assembly, p. 220.

¹⁰⁷ Esse ponto será abordado com maior ênfase no próximo capítulo.

¹⁰⁸ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Assembly, p. 224.

capital para quantificar e homogeneizar a produtividade dos corpos, colocando-as à serviço do lucro. Nesse sentido, o capital é visualizado enquanto apropriador que atua em processos que violentam o âmbito comum, tanto em seus contornos que se revelam nas matérias primas do planeta, mas também naqueles que estão disseminados pelas sociedades e suas redes de produção – do mundo natural até o mundo social, o comum é delimitado, extraído e acumulado.

1.5. A virada operaista nas sociedades de comunicação

Com a propulsão de teorias sociais modernas esvaziaram-se progressivamente determinadas noções que atribuíam moldes pré-sociais às subjetividades. Dessa maneira, práticas realizadas no âmbito de análise institucional transpareciam enquanto componentes centrais dentro da dinâmica de geração, sendo as instituições sociais, como a família, a escola e a prisão, locais encobertos nos quais os indivíduos seriam formatados. Nesse limiar, se perpetua uma delimitação regular e fixa dos sujeitos, através de uma clara diferenciação entre o exterior e interior que caracteriza as localidades de produção¹⁰⁹. É na descrição da transição até o momento denominado enquanto pós-moderno, cenário no qual o Império está se materializando¹¹⁰, que, apesar das instituições ainda serem exprimidas enquanto pontos nevrálgicos da moderação subjetiva, será possível indicar, por exemplo, para além do solapamento do poder dos Estados-nação, o abalo de suas composições estáticas e suas lógicas acercadas. Negri e Hardt apontam que as sociedades contemporâneas estão se desintegrando por toda a parte, apesar disso, não se trata do assinalamento de um processo que indica um caminho de eminente destruição, mas sim que expressa a implementação de um *modus operandi* de metamorfose contínua - um novíssimo período no qual fundações antifundacionais passam a formatar as conjunturas, como se fossem programas de *software* que carregam em sua composição diversos vírus corruptivos¹¹¹.

¹⁰⁹ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Império, p. 215.

¹¹⁰ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Império, p. 11.

¹¹¹ Negri e Hardt utilizam a noção de corrupção, ou onicrise, para ultrapassar o conceito de crise. A corrupção é um conceito utilizado para sinalizar, de maneira mais ampla e profunda, o novo estágio de fluidez das formas que é concretizado através do um processo generalizado de composição e recomposição, formação e deformação, geração e degeneração, que caracterizam as redes flexíveis de microconflitos que compõe o tecido imperial. (HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Império, pp. 220-222).

Essa descrição é explicitamente construída através dos caminhos indicados por Deleuze em seu famoso texto “*Post-Scriptum sobre as sociedades de controle*”¹¹², no qual o autor introduz o conceito de sociedade de controle para tentar contemplar as transformações do capitalismo global, afirmando, em últimas instâncias, a descrita crise generalizada que perpassa a integralidade dos meios confinamentos. Deleuze propõe-se a abarcar a formatação e, posteriormente, a transformação de três moldes societários: primeiramente, a chamada sociedade de soberania, que faz um investimento na morte e produz súditos através de sua centralidade e mecanização. Também, a sociedade disciplinar, que realiza processos de organização de vida, formatando corpos dóceis dentro das instituições fechadas e separadas. Por último, as sociedades de controle¹¹³, caracterizadas por moldagens autodeformantes, que indicam a amplitude da liberação dos fluxos de forças. A transição das sociedades disciplinares até as sociedades de controle contempla a mudança na relação entre subjetividade-instituição que desenha o vigente paradigma: se as sociedades disciplinares eram marcadas pela instalação de mecanismos que majoritariamente prescreviam comportamentos normais e desviados, segmentando indivíduos e grupos através do contato direto com as formas institucionais, no atual estágio do capitalismo os artefatos de comando se tornam cada vez mais democráticos. As condutas de exclusão ou integração são interiorizados pelos sujeitos e por eles são reproduzidas, tornando desnecessário o estabelecimento de limites fixos para que se concretize um processo de ordenação da sociedade. Dessa maneira, a análise do cenário enquanto uma passagem entre momentos diferenciais não sinaliza um apagamento concernente às problemáticas que derivam das soberanias e disciplinas, mas, sobretudo, reposiciona-as até um distinto patamar, não sendo a emersão das sociedades de controle, por exemplo, relacionada a uma supressão de práticas disciplinares, mas indicativa de seu desbloqueio, isto é, de sua intensificação¹¹⁴.

¹¹² DELEUZE, Gilles. *Post-Scriptum sobre as sociedades de controle*. In: DELEUZE, Gilles. *Conversações (1972-1990)*. Tradução: Peter Pál Pelbart. 3ª ed. São Paulo: Editora 34, 2013, pp. 223-230.

¹¹³ Deleuze indica Foucault como um autor que discorreu amplamente sobre as sociedades disciplinares e de controle, mas, sobretudo, o indica enquanto o primeiro filósofo a teorizar a passagem entre os dois modelos: “Foucault analisou muito bem o projeto ideal dos meios de confinamento, visível especialmente na fábrica: concentrar; distribuir no espaço; ordenar no tempo; compor no espaço-tempo uma força produtiva cujo efeito deve ser superior à soma das forças elementares. Mas o que Foucault também sabia era da brevidade deste modelo”. (DELEUZE, Gilles. *Post-Scriptum sobre as sociedades de controle*. In: *Conversações (1972-1990)*, p. 223).

¹¹⁴ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*, pp. 42-43.

Negri questiona Deleuze¹¹⁵, na entrevista denominada “Controle e devir”¹¹⁶, a respeito da constituição sociedades de controle, descrevendo-as enquanto um “cenário que remete à mais alta perfeição da dominação”¹¹⁷, apesar disso, acrescenta uma observação a respeito da potencialidade das minorias¹¹⁸ que emana na atual conjuntura: “por outro lado, nunca tanto quanto hoje todos os homens, todas as minorias, todas as singularidades foram potencialmente capazes de retomar a palavra, e, com ela, um grau mais alto de liberdade”¹¹⁹. A pergunta realizada por Negri fornece indícios de como o autor aborda a formatação das sociedades de controle, sinalizando a maneira através da qual ele não apenas as descreve, mas também localiza a possibilidade existente de um declínio das novas formas de dominação. Em outras palavras, se fosse possível que pelo menos o último trecho da pergunta, “o comunismo ainda é pensável? Na sociedade de comunicação ele é menos utópico que antes?”¹²⁰, tivesse sido pronunciado de Deleuze para Negri, a respostaria seria que sim, o comunismo ainda é pensável, como também reluz enquanto menos utópico nas sociedades de comunicação ou controle. A definição de comunismo para Negri, como também para Guattari, é “criar condições para a emergência de uma renovação permanente da atividade e da produção social a partir da implantação de um processo de singularização, auto-organização e autovalorização”¹²¹, sendo amplamente proporcionado pelo surgimento de inéditas formas de cooperação que, ao induzirem

¹¹⁵ A pergunta indicada no texto, realizada por Negri para Deleuze, transcrita integralmente, é a seguinte: “Em seu livro sobre Foucault e também na entrevista televisiva ao Institut National de L’Audio-visuel (INA), você propõe aprofundar o estudo de três práticas do poder: o soberano, o disciplinar, e sobretudo o de controle sobre a “comunicação”, que hoje está em vias de tornar-se hegemônico. Por outro lado, este último cenário remete à mais alta perfeição da dominação, que toca tanto a ala como a imaginação, mas por outro lado, nunca tanto quanto hoje todos os homens, todas as minorias, todas as singularidades foram tendencialmente capazes de retomar a palavra, e, com ela, um grau mais alto de liberdade. Na utopia marxiana dos Grundrisse, o comunismo se configura justamente como uma organização transversal de indivíduos livres, sobre uma base técnica que lhe garante as condições. O comunismo ainda é pensável? Na sociedade da comunicação ele é menos utópico que antes?”. (DELEUZE, Gilles; NEGRI, Antonio. Controle e devir. In: DELEUZE, Gilles. Conversações (1972-1990). Tradução: Peter Pál Pelbart. 3ª ed. São Paulo: Editora 34, 2013, p. 219).

¹¹⁶ DELEUZE, Gilles; NEGRI, Antonio. Controle e devir. In: Conversações (1972-1990), pp. 213-222.

¹¹⁷ DELEUZE, Gilles; NEGRI, Antonio. Controle e devir. In: Conversações (1972-1990), p. 219.

¹¹⁸ A expressão minoria não se relaciona com uma questão numérica, ambos autores a utilizam enquanto uma expressão de qualificação menor frente às máquinas administrativas e institucionais de dominação, sendo “o que define a maioria é um modelo ao qual é preciso estar conforme”. (DELEUZE, Gilles; NEGRI, Antonio. Controle e devir. In: Conversações (1972-1990), p. 218). De maneira oposta, aquilo que caracteriza a minoria é justamente seu devir, ou seu processo criativo, que permite o escapar da limitação estrutural através de caminhos desconhecidos. Se trata, sobretudo, da expressão das diferenças que integram a composição dos sujeitos e de suas trajetórias.

¹¹⁹ DELEUZE, Gilles; NEGRI, Antonio. Controle e devir. In: Conversações (1972-1990), p. 219.

¹²⁰ DELEUZE, Gilles; NEGRI, Antonio. Controle e devir. In: Conversações (1972-1990), p. 219.

¹²¹ NEGRI, Antonio; GUATTARI, Félix. As verdades nômade: por novos espaços de liberdade, p. 10.

um processo de transformação, um processo legítimo de tomada da palavra ou tomada da realidade, empoderam heterogeneidades e deslocam o capital até uma situação paradoxal que circunscreve seu possível definhamento¹²².

Para afirmar tanto, Negri e Hardt retomam Marx e sua passagem na análise da subsunção formal, fase da manufatura e de mais-valor absoluto, até a subsunção real¹²³, momento da grande indústria e do mais-valor relativo, através da qual é possível visualizar o desenvolvimento histórico do modo de produção capitalista, bem como a reconfiguração das categorias de exploração¹²⁴. É nesse ponto que a recente configuração das forças produtivas e o conceito de classe operária são colocados no centro da questão¹²⁵. Os autores, apesar de acompanharem Marx em um caminho de redirecionamento da análise, desembocam em uma concepção diferencial acerca das resultantes desse processo, na medida em que perseguem Deleuze, Guattari e Foucault¹²⁶ na descrição das sociedades de comunicação: “na passagem da sociedade disciplinar para a sociedade de controle, portanto, pode-se dizer que a relação cada vez mais intensa de mútua implicação de todas as forças sociais que o capitalismo buscou durante todo seu desenvolvimento foi plenamente realizada”¹²⁷, assim sendo, a descrição da última fase da organização produtiva, entendida como uma subsunção cognitiva da sociedade, é realizada em especial através do conceito de *general intellect*. Como foi abordado anteriormente em diferentes termos, se trata da evidenciação de uma fase financeirizada que não se limita às dimensões

¹²² HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Assembly*, pp. 203-205.

¹²³ MARX, Karl. *O Capital, Crítica da Economia Política: Livro I, O processo de produção do capital*. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2015, p. 383.

¹²⁴ Segundo Negri, “o capitalismo pós-moderno deve ser entendido primeiro, ou como uma primeira aproximação, em termos do que Marx chamou de fase da real subsunção da sociedade ao capital. Na fase anterior (a da subsunção formal), o capital operava uma hegemonia sobre a produção social, mas ainda havia numerosos processos de produção que se originaram fora do capital como sobras da era pré-capitalista. O capital subsume esses processos estrangeiros formalmente, colocando-os sob o domínio das relações capitalistas. Na fase de subsunção real, o capital não tem mais um fora no sentido de que esses processos externos de produção desapareceram. Todos os processos produtivos surgem dentro do próprio capital e, portanto, a produção e a reprodução de todo o mundo social ocorrem dentro do capital. As regras especificamente capitalistas de relações produtivas e exploração capitalista que foram desenvolvidas na fábrica agora vazaram para fora dos muros da fábrica para permear e definir todas as relações sociais - este é o sentido em que insistimos que a sociedade contemporânea deve agora ser reconhecida como uma sociedade-fábrica”. (Tradução livre) (HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Labor of Dionysus: a critique of the state-form*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2003, p. 14). Para uma explicação mais aprofundada das subsunções formal e real, ver: MARX, Karl. *O capital, Livro I, Capítulo VI* (Inédito). São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978, p. 55-70.

¹²⁵ NEGRI, Antonio. Uma experiência marxista de Foucault. In: NEGRI, Antonio; MARINO, Mario A. *Quando e como eu li Foucault*. São Paulo: N-1 Edições, 2016, p. 201.

¹²⁶ NEGRI, Antonio. Um novo Foucault. Uma entrevista. In: NEGRI, Antonio; MARINO, Mario A. *Quando e como eu li Foucault*. São Paulo: N-1 Edições, 2016, p. 18.

¹²⁷ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*, 2001, p. 44.

econômicas ou sociais, mas que expressa um processo que contempla o desenvolvimento da vida, basicamente, a subsunção real acaba por ser incrementada pela escalada das estruturas produtivas, ou seja, através dos desdobramentos do trabalho designado enquanto imaterial¹²⁸- a subsunção real da sociedade passa a ser visualizada ao lado das atividades do biopoder, ambos conceitos compreendidos enquanto expressivos de uma ordem relacionada à produção e sua respectiva exploração globalizada¹²⁹. Observa-se, em últimas instâncias, um processo de transmutação que se realiza no transpassar entre a organização disciplinar até o estabelecimento dos sistemas de controle, isto é, ilumina-se o apropriar do principal componente produtivo da contemporaneidade: o comum¹³⁰.

Quando falamos subsunção real da sociedade ao capital (isto é, da atualidade do desenvolvimento capitalista), certamente entendemos a mercantilização da vida, o desaparecimento do valor de uso, a colonização das formas de vida pelo capital; mas também entendemos a construção de uma resistência neste novo horizonte. Uma das especificidades da pós-modernidade é aquele caráter de reversibilidade que caracteriza seus efeitos: toda dominação é sempre também uma resistência¹³¹.

Para Negri e Hardt, o diagnóstico realizado sobre as novas formas de exploração proletária não fornece um atestado de derrota, mas de maneira totalmente oposta, conforme mencionado, provê o vislumbrar de uma promessa revolucionária. A reorganização das sociedades de comunicação realoca as forças de produção de vida enquanto o sedimento primordial da escalada capitalista, movimentando as resistências, isto é, a criação de subjetividades alternativas, em direção aos centros de desenvolvimento e sustentação do capital¹³². Dessa maneira, a transição da sociedade disciplinar até a sociedade de controle caracteriza-se pelo surgimento de um contexto que é essencialmente biopolítico, nas palavras dos autores: “só a sociedade de controle está apta a adotar o contexto biopolítico como terreno exclusivo

¹²⁸ A análise de Negri acompanha Marx em sua descrição a respeito da crescente importância do *general intellect* nos desenrolares produtivos, contudo, vai além através da apresentação do valor do trabalho através de uma perspectiva biopolítica, isto é, que traduz a requalificação laboral, tornando o trabalho completamente integrado a vida e, por consequência, imensurável. Como observam Mendes e Cava: “É aí, nesse ponto, que Negri radicaliza o materialismo crítico. Ele rejeita por completo a teoria do valor. Não há distinção de natureza entre valor e mais-valor [...] o valor como um todo deve ser desmontado por umas práxis constituinte”. (MENDES, Alexandre; CAVA, Bruno. A constituição do comum: antagonismo, produção de subjetividade e crise no capitalismo, p. 225). Esse ponto será trabalhado com maior amplitude na próxima subseção.

¹²⁹ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Império, pp. 386-387.

¹³⁰ NEGRI, Antonio. Kairós, Alma Venus, Multidão: nove lições ensinadas a mim mesmo. Tradução: Orlando dos Reis e Marcello Lino Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 29.

¹³¹ NEGRI, Antonio. La fábrica de porcelana: una nueva gramática de la política, p. 46. (Tradução livre).

¹³² HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Assembly, p. 309.

de referência”¹³³, visto que na esfera biopolítica a “vida é levada a trabalhar para a produção e a produção é levada a trabalhar para a vida”¹³⁴, sendo essa a tradução daquilo que é designado enquanto uma virada operaísta. Se a perspectiva geral operaísta¹³⁵ sustentava que as análises deveriam ser realizadas no atravessar do interior das lutas, argumentação essa que é acompanhada por Negri até os dias atuais, será através de uma troca de lentes, ou seja, através da visualização do proletariado em termos não reduzidos - em um processo de enriquecimento do conceito que desemboca na apresentação de um novo sujeito histórico - que a primazia e autonomia do trabalho com relação ao capital é acompanhada, sendo essa uma das formas através das quais o operaísmo foi empregado por Negri em suas abordagens concernentes à contemporaneidade¹³⁶.

Conclui-se que no atravessar do contexto que ilumina a biopolítica, ou a potência produtiva de vida, a questão do desenvolvimento do conceito de trabalho imaterial é apresentado enquanto central, sendo o termo que caracteriza inicialmente a flexibilidade e mobilidade, através das quais passam a ser observados tanto o trabalho, quanto os sujeitos e, dessa maneira, é possível apontar os holofotes até um estágio de independência produtiva com relação ao capital¹³⁷- uma situação incongruente, na qual é demandado o alargamento produtivo das formas de vida para que o capital continue se sustentando, ao mesmo tempo em que existe a necessidade de limitação dessas expressões para que não o ultrapassem, formando-se, dessa maneira, um cenário caracterizado por ameaças. A visualização dessa progressão fornece os substratos para a descrição da última fase do capital, isto é, esculpe o processo de alargamento do Império, o qual acaba por implicar uma refundação dos

¹³³ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Império, p. 43

¹³⁴ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Império, p. 51.

¹³⁵ Para uma leitura mais ampliada a respeito da dinâmica existente entre o conceito de operaísmo e pós-operaísmo, através da perspectiva de Antonio Negri, ver: NEGRI, Antonio. Postoperaísmo? no, operaísmo. EuroNomade: Inventare il comune sovvertire il presente. 29 de abril de 2017. Disponível em: <http://www.euronomade.info/?p=9189>. Acessado em: 16/04/2021.

¹³⁶ Vale ressaltar, que Negri atribui à Mario Tronti o mérito de ter formalizado hipóteses teóricas que possibilitaram a leitura da classe operária em outros termos, isto é, análises que visualizam o operário enquanto capaz de constituição social, na medida em que faz frente ao determinismo causal clássico de uma ultrapassada perspectiva dogmática marxista. (NEGRI, Antonio. Cinco lições sobre Império, pp. 54-55). Nas palavras de Tronti: “Nós também vimos primeiro o desenvolvimento capitalista, depois as lutas operárias. É um erro. Cumpre inverter o problema, mudar o sinal, começar do princípio: e o princípio é a luta de classe operária. Ao nível do capital socialmente desenvolvido, o desenvolvimento capitalista é subordinado às lutas operárias, vem depois delas e a elas deve corresponder o mecanismo político da produção”. (TRONTI, Mario. Lênin na Inglaterra. Cadernos de Ética e Filosofia Política. v. 2, n. 29, São Paulo, 2016, p. 158).

¹³⁷ NUNES; Rodrigo. Forward How? Forward Where? I: (Post-) Operaísmo Beyond the Immaterial Labour Thesis. Ephemera: theory & politics in organization. v. 7, 2007, p. 183.

sedimentos através dos quais a noção de trabalho se ampara, tanto quanto reconstrói a concepção de proletariado. Em últimas instâncias, tal tarefa é realizada preliminarmente através do estudo da predominância do trabalho imaterial que, ao se interligar aos processos de produção de subjetividade, é capaz de demonstrar o reposicionamento do capital e incrementar as inspeções que sinalizam até novas categorizações da dominação, mas também de resistência¹³⁸.

*

Até esse ponto, perpassou-se os principais tópicos apresentados por Negri, de maneira específica, no âmbito concernente ao conceito de Império, tanto como foi descrita a sua forma de atuação, a qual acaba por ser representada pelo conceito de biopoder imperial. Nessa sequência, na medida em que o autor explicita o Império como algo que “está se materializando diante de nossos olhos”¹³⁹, acabando por indicar sua forma de funcionamento como um processo contínuo de transfiguração, foi necessário também sinalizar até as posteriores observações a partir das quais Negri, conjuntamente com Hardt, renova a caracterização imperial. Tal reanálise foi perseguida através do texto denominado “Impero, vent’anni: Il nuovo ordine della globalizzazione”¹⁴⁰, o qual sublinha as mudanças com relação à constituição mista do Império, sobretudo, indicadas através do declínio do poder monárquico dos Estados Unidos, mas, principalmente, as novíssimas ponderações acabam por desembocar na apresentação de um cenário representado por esferas que estão fora de sincronia, sendo através desse horizonte possível apreender a última grande variação sublinhada pelos autores: a transfiguração das práticas do capital até a emergência de um contexto assinalado pela hegemonia da exploração extrativa financeira. Dessa maneira, as descrições do Império foram realizadas objetivando pincelar as oscilações realizadas com intuito de controlar desenrolares produtivos das vidas em cooperação, sendo elas capazes de introduzir ligeiramente a existência de um cenário biopolítico, no qual a multidão e seu processo de produção comum – afetivo, cooperativo e comunicativo – emerge enquanto como figura que trava batalhas dentro do terreno

¹³⁸ NEGRI, Antonio. Gilles-Felix. In: NEGRI, Antonio; VIEL, Jefferson. Deleuze & Guattari: uma filosofia para o século XXI. Tradução: Jefferson Viel. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019, p. 39.

¹³⁹ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Império, p. 11.

¹⁴⁰ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Empire, Twenty Years On: Rethinking Empire in the Age of Trump. New Left Review.

imperial. É a partir desses substratos que o próximo capítulo se articula, isto é, através da valorização de uma perspectiva ontológica que ilumina a criação de embates, representativos da dinâmica entre biopoder e biopolítica, enquanto determinados pela preponderância da multidão.

2. MULTIDÃO E BIOPOLÍTICA DO COMUM

No presente capítulo serão apresentadas as características as quais fundamentam o conceito de trabalho imaterial, tanto como as transfigurações que sustentam a emergência da perspectiva de trabalho biopolítico. Em outras palavras, objetivou-se descrever um novo momento no qual a subjetividade, as formas de vida e as relações sociais passam a serem entendidas enquanto movimentações que compõem o trabalho e, dessa maneira, desembocam na substituição do espectro do trabalho-fábrica até uma descrição ampliada, a qual contempla a conjunção indistinguível entre trabalho e vida que se realiza na metrópole. Prosseguindo, a produtividade da vida em geral será apresentada de maneira aproximada ao conceito de comum, sendo ele exposto com o intuito de explicitar um novo modo de produção, os produtos que dele advêm, como também forma através da qual ambos – produção e produto – são definidos de maneira simbiótica. A descrição do comum, além de incrementar a definição dos novos desenrolares de produção, os quais fazem parte da caracterização do trabalho enquanto biopolítico, também serão utilizados para sustentar a crítica realizada com relação às noções de propriedades públicas e privadas, as quais são apresentadas como conceitos que camuflam o modo de produção comum, permitindo a extração dos produtos que dele resultam.

Posteriormente, serão introduzidas a noção de realismo político e a concepção de carne biopolítica, na medida em que se perpassa por diferentes autores, os quais são explicitamente perseguidos com o objetivo de interligar o descrito trabalho biopolítico e a indicada produção comum em uma perspectiva que contempla uma concepção ontológica materialista, sendo ela capaz de fornecer os substratos últimos para a descrição da multidão. Nesse movimento, o conceito de multidão é apresentado enquanto resgatado do âmago do pensamento político moderno, sendo mais tarde reconfigurado. Isto é, através de uma série de comparações realizadas com relação às determinadas entidades políticas como as massas, o povo e as classes, serão explicitadas as características as quais são utilizadas para formular o conceito de multidão. Por último, para complementar a perspectiva multitudinária, será explicitada a noção de democracia absoluta e sua respectiva organização política, sendo as descrições que abalam as concepções modernas de Sujeito cruciais para amarrar o mutualismo entre os indicados termos.

2.1. As transformações do trabalho: produção imaterial e subjetividade

O texto “trabalho imaterial e subjetividade”¹⁴¹, escrito por Antonio Negri e Maurizio Lazzarato em 1991, caracterizado por Giuseppe Cocco como “um verdadeiro programa de trabalho teórico e empírico”¹⁴², não somente introduz o conceito de trabalho imaterial, como também o coloca enquanto central no campo das análises concernentes à transfiguração das atividades produtivas que compõe o redirecionamento do desenvolvimento das sociedades. Nesse sentido, a proposta do supracitado texto, como o próprio título indica, é a de pensar a produção de subjetividades interligadas ao trabalho, porém, de maneira inédita, visto que escapa de descrições que às enclausuram, por exemplo, em características regularmente atribuídas à descrição de regimes fordistas, formais e industriais. Em últimas instâncias, existe a indicação do trabalho imaterial enquanto tendencialmente hegemônico, como também a sinalização do conceito enquanto sedimentar na articulação do novo engendramento social designado enquanto pós-fordista:

[...] podemos avançar na verificação da nossa tese se conseguirmos definir as condições que estão na base do desenvolvimento da sociedade pós-fordista: 1) O trabalho se transforma integralmente em trabalho imaterial e a força de trabalho em “intelectualidade de massa” (os dois aspectos que Marx chama *General Intellect*). 2) A intelectualidade de massa pode transformar-se em um sujeito social e politicamente hegemônico¹⁴³.

O trabalho imaterial produz bens que são imateriais, mas é caracterizado pela materialidade, visto que mobiliza corpos e mentes em seu processo conceutivo. Esse tipo específico de trabalho aparecerá em duas formas fundamentais: primeiramente, como trabalho linguístico ou intelectual, que produz coisas como textos, códigos e símbolos. Já segunda forma, refere-se ao que Hardt e Negri designam como trabalho afetivo, sendo aquele que elabora relações sociais e impulsiona sensações múltiplas. É possível visualizar que as duas formas de trabalho imaterial frequentemente se entrelaçam, como também se encontram em uma íntima aproximação com relação as

¹⁴¹ LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antonio. Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade. Tradução: Mônica Jesus. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, pp. 25-41.

¹⁴² COCCO, Giuseppe. Introdução. In: LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antonio. Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade. Tradução de Mônica Jesus. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, pp. 7 -23.

¹⁴³ LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antonio. Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade, p. 27.

formas materiais do trabalho. Funcionários do espectro de saúde, por exemplo, ao auxiliarem pacientes para realização de exames, consomem tarefas que estão no plano afetivo, intelectual e linguístico, ao mesmo tempo em que são contempladas em suas atividades práticas a realização de trocas de curativos, preparo de instrumento para o uso e a esterilização de ambientes¹⁴⁴. Nesse limiar descritivo, é possível iluminar o entranhamento do trabalho imaterial em outras modalidades do trabalho, como também seu conseqüente reposicionamento até uma primordialidade produtiva, sobretudo, sendo tais transformações sinalizadas através da nítida substituição da tradicional linha de montagem por um modelo de produção que, na medida em que apresenta uma estruturação em formato de rede, fortalece formas cooperativas e socializadas de produção, acabando por modificar de maneira profunda a anterior organização que pautava o relacionamento entre o capital e o trabalho¹⁴⁵. O sublinhar dessa transfiguração frequentemente é acompanhada por afirmações acerca do da concepção do trabalho imaterial, como a realizada por Ramón Grosfoguel:

A novidade é como o trabalho imaterial tornou-se hegemônico em escala mundial no sentido que subordinou todas as outras formas de trabalho sob seu controle e dominação. O problema com “Império”, de Hardt e Negri, é quando eles inscrevem os novos processos de “trabalho imaterial” e do “capitalismo cognitivo” em uma narrativa linear da história em que seriam substituídos, com o passar do tempo, pelas “velhas” formas de processos de trabalho e acumulação, em vez de reorganizá-los¹⁴⁶.

No sentido contrário da argumentação apresentada, uma descrição pela hegemonia do trabalho imaterial apenas se expressa em termos qualitativos e não quantitativos. Em outras palavras, Negri e Hardt não indicam que o trabalho imaterial será realizado pela maioria dos trabalhadores, como também não comentam o desaparecimento de formas de trabalho definidas pela tradição, mas sim expressam que o trabalho imaterial tendencialmente passa a impor suas características sobre todas as outras formas de produção e, dessa maneira, faz com que outras categorias de trabalho se modifiquem conforme suas modulações - justamente no espectro sinalizado por Grosfoguel enquanto de maior coerência, isto é, que se realiza através de uma reorganização constante¹⁴⁷. Outros aspectos gerais complementam a

¹⁴⁴ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Multidão: guerra e democracia na era do Império, p. 150.

¹⁴⁵ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Império, p. 316.

¹⁴⁶ GROSGOUEL, Ramón. Del imperialismo de Lenin al Imperio de Hardt y Negri: “fases superiores” del Eurocentrismo. Universitas humanística. n. 65, Colômbia, junho/julho de 2008, p. 23. (Tradução livre).

¹⁴⁷ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Multidão: guerra e democracia na era do Império, pp. 150-15.

descrição da metamorfose dos processos de produtivos: a atual tendência a feminização, por exemplo, que se expressa de maneira quantitativa, através do aumento da proporção de mulheres no mercado de trabalho, como também de maneira qualitativa, se relacionando à uma ampla flexibilidade que frequentemente aparece nas jornadas laborais. Como terceiro indicativo, é possível visualizar a feminização do trabalho através da demanda e valorização de traços que se interligam à determinadas normas de gênero já consolidadas, como a afetividade constante e um manejo considerado hábil das relações sociais¹⁴⁸. Para mais, na via do trabalho imaterial e de seu assinalamento enquanto feminizado, a atual composição do trabalho passa a se apresentar através de um inédito padrão migratório e consequentes processos de mistura social. As hierarquias imperiais, conforme comentado em subseções anteriores, necessitam dos fluxos de migração que permitam que mercados locais se transfigurem em um amplo mercado global, ao mesmo tempo em que projetam a determinação e divisão dos entrepostos que o compõe através do estabelecimento de perfis migratórios entre as regiões¹⁴⁹.

Nesse ponto, à título de maiores esclarecimentos sobre o sentido de imaterial que é proposto, vale dizer sublinhar que Gorz, entre as décadas de 1980 e 1990, isto é, antes da publicação de sua obra “O imaterial”¹⁵⁰, descrevia que o processo de emancipação não seria concretizado através do trabalho, mas sim pela superação do trabalho. O autor indicava que determinadas atividades humanas, descritas como atividades não associadas ao trabalho, seriam propulsoras na busca da autonomia e emancipação. Também, Sílvio Camargo apresenta a tese, fazendo referência aos trabalhos de Negri e Lazzarato, de que o tempo trabalhado não seria mais aquilo que baliza a constituição de riqueza e valor dentro do capitalismo, mas sim as atividades exercidas, supostamente, no período em que os sujeitos não estão trabalhando¹⁵¹. Podemos afirmar que Negri se distancia dessas manifestações, primeiramente, com relação a Gorz, visto que as atividades humanas que são localizadas pelo autor como exteriores ao trabalho, são inversamente para Negri movimentações que compõe, de maneira explícita dentro do novo paradigma de produção, o trabalho. Isto é, de fato, Negri visualiza a produção cooperativa, afetiva e intelectual enquanto possíveis

¹⁴⁸ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Bem-estar comum, p. 155.

¹⁴⁹ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Bem-estar comum, p. 157.

¹⁵⁰ GROZ, André. O Imaterial: conhecimento, valor e capital. Tradução: Celso Azzan Jr. São Paulo: Annablume, 2005.

¹⁵¹ CAMARGO, Sílvio. Considerações sobre o conceito de trabalho imaterial, p. 49

propulsoras da autonomia da multidão¹⁵², mas não se alinha aos argumentos de Gorz em sua designação dessas atividades enquanto distintas do trabalho. Quanto em relação à Camargo, no mesmo sentido, observa-se uma asserção que designa o tempo não trabalhado enquanto central na produção entra em choque direto com as descrições de Negri, visto que a designação da imaterialidade do trabalho implica em frisar que as atividades que eram consideradas como extrínsecas com relação ao processo laboral, agora serão visualizadas como comportamentos fazem parte de sua composição e se apresentam como a base de riqueza da sociedade capitalista contemporânea. Em síntese, Negri pressupõe que os sujeitos trabalham na integralidade de suas vidas¹⁵³ e, dessa maneira, o visualizar do trabalho enquanto afetivo e cooperativo, implica em o caracterizar como entrelaçado à valorização social e a transformação de subjetividades, conforme também assinala Maurizio Lazzarato: “O conceito de trabalho imaterial pressupõe e resulta numa ampliação da cooperação produtiva que inclui, inclusive, a produção e a reprodução da comunicação e, portanto, de seus conteúdos mais importantes: a subjetividade”¹⁵⁴.

Seguindo essas pistas, pode-se dizer que há um deslocamento do enfoque da espoliação capitalista, que passa a se relacionar cada vez mais com produção de novíssimas formas de vida, relações sociais e afetos múltiplos. Já em Marx é possível constatar que algumas de suas definições fornecem indícios da narrada transfiguração. Nos “Grundrisse”¹⁵⁵, por exemplo, existe o destaque de que o resultado do processo de produção e de valorização seria, sobretudo, a formatação de uma nova relação entre o capitalista e o trabalhador, isto é, a relação social que se estabelece, indicada através da relação produtiva, emerge enquanto “um resultado do processo mais importante ainda do que seus resultados materiais”¹⁵⁶. Da mesma forma, as descrições sobre a força de trabalho realizadas por Marx provém substratos que apontam para uma valorização de particularidades consideradas imateriais, na medida em que sinaliza a produtividade que emana do corpo: “o valor de uso que o trabalhador têm para oferecer ao capitalista [...] não está materializado em um produto

¹⁵² Esse ponto será desenvolvido com maior ênfase nas próximas subseções.

¹⁵³ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Multidão: guerra e democracia na era do Império, p. 182.

¹⁵⁴ LAZZARATO, Maurizio. Immaterial Labor. In: VIRNO, Paolo; HARDT, Michael. Radical thought in Italy: a potential politics. University of Minnesota Press, London, 1996, p. 139. (Tradução livre).

¹⁵⁵ MARX, Karl. Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. Tradução de Mario de Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

¹⁵⁶ MARX, Karl. Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política, p. 609.

[...] não existe realmente, mas só potencialmente, como sua capacidade”¹⁵⁷. Sandro Chignola comenta o desenrolar dessa relação entre potência de produção e os novos esquemas do capital designando que “o capitalista não compra este ou aquele desempenho. Ele compra a produtividade indeterminada que faz parte do poder na natureza humana [...] o objeto da compra e venda não é de fato um trabalho realmente executado [...] mas a genérica *dynamis* produtiva que faz parte da vida[...]”¹⁵⁸. Nesse sentido, se antes era prudente descrever a capitalização da força de trabalho enquanto restringida ao que se expressa materialmente em espaços da fábrica, em um momento pós-fordista, será a partir de concepções ampliadas que será possível abarcar a possibilidade de análise dos novos entrecruzamentos produtivos:

Hoje, finalmente, começa a surgir a cidade biopolítica. Com a transição para a hegemonia da produção biopolítica, o espaço da produção econômica e o espaço da cidade tendem a se sobrepor. Não existe mais uma muralha separando um do outro, e as “externalidades” já não são externas ao lugar de produção que as valoriza. Os trabalhadores produzem por toda a metrópole, em cada um de seus recantos¹⁵⁹.

É concepção de metrópole que emerge como local fundamental de produção dos sujeitos dentro do novo paradigma de produção, já que se caracteriza como o espaço no qual os indivíduos vivem, se encontram, compartilham e se comunicam. Se, conforme indica André Gorz¹⁶⁰, o trabalho imaterial “repousa sobre as capacidades expressivas e cooperativas que não se podem ensinar, sobre uma vivacidade presente na utilização dos saberes e que faz parte da cultura do cotidiano”¹⁶¹, afirmação essa que desemboca em indicações, como a sublinhada por Paolo Virno, ao trabalhar sua quarta tese a respeito da multidão e o capitalismo pós-fordista: “Trabalho e não trabalho desenvolvem uma produtividade idêntica, baseada no exercício das faculdades humanas genéricas: linguagem, memória, sociabilidade,

¹⁵⁷ MARX, Karl. Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política, p. 328.

¹⁵⁸ CHIGNOLA, Sandro. A vida, o trabalho, a linguagem: biopolítica e biocapitalismo. Cadernos IHUideas. v. 13, n. 228, São Leopoldo, 2015, p. 13.

¹⁵⁹ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Bem-estar comum, p. 279.

¹⁶⁰ Como exposto por Silvio Camargo, apesar das variadas distinções concernentes à maneira de conceber a sociedade e a política, Antonio Negri e André Gorz se comunicam na tematização do trabalho imaterial. (CAMARGO, Sílvio. Considerações sobre o conceito de trabalho imaterial). Giuseppe Cocco indica que, apesar de uma inicial resistência de André Gorz com relação ao conceito de trabalho imaterial, indicado por Negri e Lazzarato, mais tarde, Gorz passa a utilizá-lo como referencial fundamental para a análise do novo regime de acumulação. (COCCO, Giuseppe. Introdução. In: Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade, p. 8). Negri e Hardt fazem indicações ao trabalho de Gorz e o utilizam para sedimentarem, em alguma medida, suas argumentações. (HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Bem-estar comum, p. 154).

¹⁶¹ GROZ, André. O Imaterial: conhecimento, valor e capital, p. 19.

inclinações éticas e estéticas, capacidade de abstração e aprendizagem”¹⁶², será através de um movimento de extensão do visualizar de criação, que apresenta a metrópole enquanto o local que é composto por uma diversidade de relações e, portanto, o espaço que deverá ser lido enquanto tradução de todos os componentes que participam dos processos de produção, que será impossibilitado a concretização de uma indistinção entre o tempo da vida e o tempo do trabalho. Dizendo de outro modo, a atividade produtiva é integralmente visualizada no tempo da vida que está localizada na metrópole e, sendo assim, a força de produção do trabalho se transfigura imediatamente em geração de vida social, sem que exista nenhuma diferença substancial entre o que se produz no tempo do trabalho com relação à produção realizada em um período designado superficialmente enquanto de não trabalho. Da mesma maneira, passa a existir uma impossibilidade de indicação concernente à uma diferença drástica na forma através as diferentes produções são desenvolvidas, visto que o *general intellect* passa a transparecer como primordial dentro dos desenrolares conceptivos e, dessa maneira, o trabalho é sempre um trabalho social, sendo suas condições interligadas de maneira íntima aos processos que formatam o trabalhador contextualizado pela metrópole¹⁶³.

Com base nessa exposição, duas categorias centrais marxistas são posicionadas em um campo de problemática: o trabalho produtivo e o trabalho improdutivo. Segundo Marx, “só é trabalhador produtivo aquele possuidor de capacidade de trabalho que diretamente produza mais-valia”¹⁶⁴, acrescentando que só é considerado como trabalho produtivo “aquele trabalho que seja consumido diretamente no processo de produção com vista à valorização do capital”¹⁶⁵. Dessa maneira, o trabalho produtivo seria aquele que gera capital de maneira direta, sendo possível falar que são trabalhos assalariados, mas que não participam da constituição de um produto que vai além do próprio trabalho, isto é, que não desembocam na construção de uma obra independente, sendo, dessa maneira, considerado improdutivo¹⁶⁶. A descrição da conjectura coetânea e a indicação do *general intellect* como um dos produtores de valor direto, acaba por proclamar as referidas definições

¹⁶² VIRNO, Paolo. Gramática de la multitud: para um análisis de las formas de vida contemporáneas. Madrid: Traficantes de Sueños, 2003, p. 108. (Tradução livre).

¹⁶³ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Bem-estar comum, p. 156.

¹⁶⁴ MARX, Karl. Capítulo VI. Inédito de O Capital, p. 108.

¹⁶⁵ MARX, Karl. Capítulo VI. Inédito de O Capital, p. 108.

¹⁶⁶ VIRNO, Paolo. Gramática de la multitud: para um análisis de las formas de vida contemporáneas, p. 53.

enquanto insuficientes para abarcar a nova distribuição do tecido produtivo, visto que sinalizam como improdutivos determinados componentes vitais que sedimentam os processos cooperativos de produção, sendo possível caracterizar, no final das contas, “[...]O conjunto do trabalho pós-fordista um trabalho produtivo (de mais-valia).”¹⁶⁷.

Para mais, a amplitude da análise pressupõe o deslocamento definitivo da abordagem sobre a composição do trabalho e sua produtividade, visto que é continuamente aberto um conflito sob o qual é possível compreender as condições subjetivas e objetivas da exploração através de, novamente, um manejo dos conceitos explorados por Marx, como o de trabalho morto, ou capital fixo, e o trabalho vivo, entendido como capital variável. Esses conceitos são utilizados tradicionalmente para indicar o processo produtivo de valor, sendo o trabalho vivo, caracterizado como “[...] fogo vivo, conformador; a transitoriedade das coisas, sua temporalidade como sua conformação pelo tempo vivo”¹⁶⁸, que é arrebatado pelo trabalho morto, como Marx explicita: “[...] o trabalho vivo aparece como simples meio para valorizar o trabalho objetivado, morto, para impregná-lo de uma alma vivificante e perder no trabalho morto sua própria alma”¹⁶⁹. Quando a exploração passa a depender da circulação e reprodução social em sua integralidade, sendo destacada uma diferencial matéria-prima primordial, observa-se também uma necessidade de incremento na forma através da qual os conceitos serão dispostos. O capital fixo não aparecerá mais em suas formulações anteriores, visto que é constantemente reapropriado pelo trabalho vivo, que emerge enquanto trabalho imaterial hegemônico e se destaca por extrapolar ao controle e organização capitalista, na medida em que metamorfoseia todos os planos que compõe a relação entre o capital e o trabalho¹⁷⁰. Em linhas gerais, o trabalho vivo passa a ser representativo tanto dos processos que compõe o mundo, como também das estruturas que o integram, sendo essa edificação sinalizadora, de maneira primordial, de um processo indefinido que abarca a formatação dos sujeitos – “o próprio sujeito continua a se transformar por meio do mundo que

¹⁶⁷ VIRNO, Paolo. Gramática de la multitud: para un análisis de las formas de vida contemporáneas, p. 64. (Tradução livre).

¹⁶⁸ MARX, Karl. Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política, p. 445.

¹⁶⁹ MARX, Karl. Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política, p. 613.

¹⁷⁰ NEGRI, Antonio. O comum como modo de produção. In: SANTIAGO, Homero; TIBLE, Jean; TELLES, Vera. Negri no Trópico 23º 26' 14". Rio de Janeiro-São Paulo: Autonomia Literária, N-1 Edições e Editora da Cidade, 2017, pp. 236-237.

construiu, remodelando-se e remodelando-se”¹⁷¹. Sendo, dessa maneira, o social, o político, os seres, as instituições, os valores e as lógicas que buscam descrever a ordenação da realidade, suas estruturações e tecnologias, só passíveis de visualização enquanto entrelaçados em uma perspectiva ontológica¹⁷². Nas palavras de Negri e Hardt, é necessário reconhecer “o equívoco presente em se postular uma separação ontológica – ou até uma oposição - entre vida humana e máquina”¹⁷³. Marx, ao trabalhar o mais-valor e a produtividade, indica possíveis deslocamentos do plano de investigação enquanto possibilidade de apreensão de outros olhares que recaem sobre a produção, assim como também antecipa indiretamente as características relacionais que são indicadas por Negri e Hardt como causadoras do movimento do capital até uma encruzilhada pós-moderna:

Todas as proposições nessa abstração são concretas unicamente para relação sob o ponto de vista considerado. Vão intervir outras relações que as modificarão consideravelmente. A totalidade, na medida em que de modo geral não se [apresenta] por interior, *pertence de fato à teoria do lucro* [...]. Em geral, temos até o presente: o desenvolvimento da força produtiva do trabalho – antes de tudo, o pôr do trabalho excedente – é a condição necessária para o crescimento do valor ou para a valorização do capital. Como impulso infinito ao enriquecimento, o capital tende, conseqüentemente, ao aumento infinito das forças produtivas do trabalho, e as engendra¹⁷⁴.

Em últimas instâncias, é destacada a necessidade da transfiguração do mais-valor de uma categoria de produção tênue até uma categoria produtiva que se interligue ao social, ao ser externalizado por Negri e Hardt que “precisamos a esta altura de uma nova teoria do valor”¹⁷⁵. Se a concepção de mais-valor continuasse sendo utilizada da mesma maneira como métrica, sendo compreendida como o produto derivado da habilidade do capitalista de controlar o trabalhador - controlar o seu “fogo conformador” - isto é, sua capacidade de apropriação do capital interligada à produção de valor no chão de fábrica¹⁷⁶, aquilo que ela teria que abarcar seria a atividade vital como um todo, visto que a jornada de trabalho não poderá ser mais ser compactada em locais e horários específicos. Em vista disso, a afirmação anterior de que o trabalho vivo se modifica, passando a englobar o capital fixo em seu processo

¹⁷¹ NEGRI, Antonio. O poder constituinte: ensaio sobre as alternativas da modernidade, p. 339.

¹⁷² NEGRI, Antonio. O poder constituinte: ensaio sobre as alternativas da modernidade, pp. 339-340.

¹⁷³ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Assembly, p. 148.

¹⁷⁴ MARX, Karl. Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política, p. 427.

¹⁷⁵ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Bem-estar comum, p. 347.

¹⁷⁶ HARVEY, David. Para entender o capital: Livro I. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 224.

de produção, implica também na expressão de que as medidas de expropriação de valor não conseguem mais interligar-se até a contabilização do tempo, seja ele individual ou coletivo, mas sim passa a se relacionar com a captura do valor produzido de maneira conjunta, sendo a nova forma da mais-valia compreendida através da exploração daquilo que é comum¹⁷⁷. Essa descrição é sublinhada por Negri e Hardt ao analisarem a relação entre vida e produção e o consequente desconjuntamento da dinâmica do capital com relação aos processos de geração:

A relação entre capital e vida social produtiva já não é orgânica no sentido em que Marx entendia a expressão, pois o capital é cada vez mais externo desempenha um papel cada vez menos funcional no processo produtivo. Em vez de ser um órgão funcionando no interior do corpo capitalista, a força de trabalho torna-se cada vez mais autônoma, limitando-se o capital simplesmente a planar de maneira parasitária sobre ela, com seus regimes disciplinares, seus aparelhos de captura, seus mecanismos de expropriação, suas redes financeiras e quejandos¹⁷⁸.

Postulações desse caráter podem dar a entender que Negri descarta progressivamente o método de Marx, como Camargo afirma ao fazer um paralelo entre Daniel Bell, Negri e Gorz: “Daniel Bell [...] propunha o esgotamento do modelo marxiano, em um campo ideológico oposto ao dele se desenvolveram teses similares, defendidas por Antonio Negri e André Gorz [...]”¹⁷⁹, como também no trecho, descrevendo uma relação entre Habermas, Gorz e Negri “[...] para os teóricos do imaterial, a teoria de valor-trabalho de Marx deixou de ser o aspecto principal de crítica e compreensão da sociedade capitalista moderna”¹⁸⁰. Muito longe de um abandono, apesar dos conceitos marxistas serem aplicados de uma maneira não convencional por Negri, principalmente ao assumir uma associação íntima entre Marx e Foucault em seus escritos¹⁸¹, trata-se de ultrapassá-lo, andar lado a lado e, em alguns momentos, perceber-se como conduzido por ele¹⁸². Nesse sentido, é possível dizer que algumas das principais temáticas trabalhadas por Marx são mantidas no

¹⁷⁷ NEGRI, Antonio. Cinco lições sobre Império, p. 252. Esse ponto será descrito com maior ênfase nas próximas subseções.

¹⁷⁸ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Bem-estar comum, p. 165.

¹⁷⁹ CAMARGO, Sílvio. Considerações sobre o conceito de trabalho imaterial, p. 40.

¹⁸⁰ CAMARGO, Sílvio. Considerações sobre o conceito de trabalho imaterial, p. 39.

¹⁸¹ NEGRI, Antonio. Uma experiência marxista de Foucault. In: Quando e como eu li Foucault, p. 204.

¹⁸² Nas palavras de Negri e Hardt: “Em termos simplificados, para seguir os passos de Marx temos realmente de ultrapassá-lo, desenvolvendo, com base em seu método, um novo aparato teórico adequado à nossa atual situação. Estranhamente, contudo, como veremos, depois de começarmos a caminhar dessa maneira à frente de Marx, temos constantemente a sensação de que ele já havia passado antes pelo mesmo lugar”. (HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Multidão: guerra e democracia na era do Império, p. 189).

pensamento de Negri e Hardt e suas respectivas exposições são capazes de fornecer maiores substratos para a compressão da modificação do trabalho apresentada pelos autores: primeiramente, é possível assinalar uma semelhança na apresentação do trabalho, como também de suas inovações, enquanto capaz de caracterizar a história como entrelaçada aos indivíduos, contudo, Negri e Hardt acabam por conferir maior ênfase à mudança realizada na passagem definitiva de uma produtividade hegemonicamente material até o entendimento da centralidade das atividades cognitivas – ponto que já havia sido eventualmente indicado por Marx em sua utilização do conceito de *general intellect* enquanto fonte real de produção de riqueza, sendo definida por características sociais e coletivas – ou seja, sublinhada através do conceito de indivíduo social e sua subjetividade contemporânea:

A natureza não constrói máquinas nem locomotivas, ferrovias, telégrafos elétricos, máquinas de fiar automáticas, etc. Elas são produtos da indústria humana; material natural transformado em órgãos da vontade humana sobre a natureza ou de sua atividade na natureza. Elas são órgãos do cérebro humano criados pela mão humana; força do saber objetivada. O desenvolvimento do capital fixo indica até que ponto o saber social geral, conhecimento, deveio força produtiva imediata e, em consequência, até que ponto as próprias condições do processo vital da sociedade ficaram sob o controle do intelecto geral e foram reorganizadas em conformidade com ele. Até que ponto as forças produtivas da sociedade são produzidas, não só na forma do saber, mas como órgãos imediatos da práxis social; do processo real da vida¹⁸³.

Outra faceta de amarração, conectada abruptamente à anterior, poderá ser assinalada através das descrições de Marx relacionadas às perspectivas revolucionárias e sua associação íntima ao trabalho. Em outras palavras, a atividade cognitiva se expande e o trabalho não apenas se transfigura, mas se espalha, podendo ser visualizado na integralidade da vida e, dessa maneira, todos os aspectos da existência passam a serem passíveis de exploração¹⁸⁴, movimento esse que, ao mesmo tempo, pode ser lido em seu aspecto emancipador, visto que um controle capitalista em escala global – que objetiva se espalhar por todo terreno social – é acompanhado por uma generalização do antagonismo que deriva do trabalho vivo enquanto a “[...] força vital sempre já atuante nas dinâmicas redes de cooperação, na produção e reprodução da sociedade, que flui dentro e fora do tempo imposto pelo

¹⁸³ MARX, Karl. Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política, pp. 943-944.

¹⁸⁴ NEGRI, Antonio. Cinco lições sobre Império, pp. 99-100.

capital”¹⁸⁵, observação essa que é acompanhada por Marx ao explicitar que “as relações burguesas de produção e de troca, as relações burguesas de propriedade, a sociedade burguesa moderna que gerou, como por encanto, meios de produção e de troca tão poderosos assemelha-se ao feiticeiro que já não consegue dominar as potências demoníacas que evocará”¹⁸⁶.

No atual paradigma contemporâneo, portanto, a reestruturação da noção de trabalho se sustenta através da visualização de manifestações do singular pela lente de uma multiplicidade cooperativa, que surge como fogo vivo e expressa a capacidade dos indivíduos de modelar o mundo, sendo os modos de vida imediatamente produtivos, acabando por serem lidos através da concepção de trabalho¹⁸⁷. Do outro lado, está o capital que, apesar de ser um elemento que, como foi descrito no capítulo anterior, ainda realiza a extração da produção, se encontra cada vez mais externo com relação à organização produtiva, justamente porque os mecanismos necessários para a produção passam a se localizar no próprio trabalho, isto é, na própria vida. A designação da desconexão entre esses dois elementos será indicado enquanto a base que permite, cada vez mais, o capital ser passível de visualização não mais como um orquestrador da produção, mas sim como uma estruturação parasitária que é excedida, passando a ser forçada a atualizar seus rumos conforme o desenvolvimento das forças de produção que vem de baixo¹⁸⁸.

2.2. Do imaterial ao comum: desestabilização da dicotomia público/privado

Apesar do conceito de comum aparecer na consagrada obra de Negri e Hardt, “Império”¹⁸⁹, será no posterior trabalho denominado “Multidão: guerra e democracia na era do Império”¹⁹⁰ que os autores o manejam até a elevação em um distinto patamar. É através da indicação da expansão da informatização, da produção socializada e cooperativa, como também da aproximação entre subjetividade e

¹⁸⁵ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Labor of Dionysus: a critique of the state-form, p. 14. (Tradução livre).

¹⁸⁶ MARX, Karl; ENGLES, Friedrich. Manifesto do partido comunista. Tradução: Sueli Tomazini Barros Cassal. Porto Alegre: L&PM, 2015, pp. 32-33.

¹⁸⁷ NEGRI, Antonio. Uma experiência marxista de Foucault. In: Quando e como eu li Foucault. São Paulo: N-1 Edições, 2016, p. 204.

¹⁸⁸ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Multidão: guerra e democracia na era do Império, p. 194.

¹⁸⁹ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Império.

¹⁹⁰ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Multidão: guerra e democracia na era do Império.

sedimentação do capital, que o comum é iluminado, sendo a hegemonia do trabalho imaterial produtora de relações e formas sociais comuns. Com isso, Negri e Hardt não estão argumentando que a produção comum é derivada exclusivamente de uma conjuntura a qual é composta majoritariamente pelo trabalho imaterial, mas sim que na contemporaneidade a produção do comum carrega um aspecto qualitativamente diferente dos demais períodos, visto que apresenta uma peculiaridade com relação a temporalidade que expressa em seu processo de integração social. A hegemonia do trabalho industrial, por exemplo, produziu efeitos transformadores comuns às outras formas de trabalho, fazendo com que elas se aproximassem das práticas industriais, contudo, a produção do trabalho imaterial é visualizada como imediatamente social e, conseqüentemente, é caracterizada enquanto instantaneamente comum¹⁹¹.

Essa imediatez que assinala o processo de constituição comum não expressa que o trabalho e a produção estejam se uniformizando de maneira integral, mas sim que estão emanando aquilo que é sinalizado enquanto um devir-comum¹⁹². Se trata de apontar não só para o que é produzido e tipificado como comum, mas também para o modo de produção comum: os diferentes trabalhos preservam suas singularidades, continuando heterogêneos entre si, mas suas constituições são concretizadas através de uma comunicação íntima. Nesse ponto, embaralham-se duas palavras que regularmente são visualizadas como opostas: o comum e o singular. A produção de subjetividade e a produção comum estariam em uma “relação simbiótica em forma de espiral”¹⁹³, ou seja, ao mesmo tempo em que a subjetividade está em um processo de metamorfose, visto que está imersa em uma relação cooperativa e comunicativa, a subjetividade que é resultante desse transpassar é ela mesma produtora de novíssimas formas de cooperação e comunicação. Não há, dessa maneira, uma contradição na articulação entre termos explicitados, mas sim uma oposição ao par conceitual identidade-diferença, sendo o comum identificado enquanto uma condição para a produção, ao mesmo tempo em que se apresenta como resultado do processo e, sendo assim, passa a ser destacado como o elemento central dos atuais desenrolares produtivos. Nas palavras de Negri e Hardt:

É verdade que cada forma de trabalho se mantém singular em sua existência concreta, e cada tipo de trabalhador é diferente de todos os demais – o operário da montadora de automóveis do plantador de arroz e do vendedor

¹⁹¹ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Multidão: guerra e democracia na era do Império, p. 156.

¹⁹² HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Multidão: guerra e democracia na era do Império, p. 157.

¹⁹³ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Multidão: guerra e democracia na era do Império, p. 247.

no varejo -, mas esta multiplicidade tende a inscrever-se num substrato comum. Em termos filosóficos, podemos dizer que cada um desses é um modo singular de dar a vida a uma substância comum de trabalho: cada modo tem uma essência singular, e, no entanto, todos eles participam de uma substância comum¹⁹⁴.

Até esse momento, foi realizada a opção de utilizar o conceito de trabalho imaterial com o objetivo de contemplar as descrições que indicam as transformações que interligam o trabalho e a produção de subjetividades, porém, como Negri e Hardt expressam, quando avançamos na análise, o conceito de trabalho imaterial se revela como, além de ambíguo, extremamente limitado, não sendo capaz de abranger a integralidade das complexidades conceituais que passam a envolver as dinâmicas entre a produção e a vida¹⁹⁵. A partir daqui, em um exercício de similar movimentação à aquela utilizada pelos autores, no integrar da descrição do trabalho a concepção concernente ao comum, sublinha-se o trabalho biopolítico como uma possível locução que abarca a integralidade da nova formatação da produção, não apenas no âmbito econômico, mas na amplitude do cenário social¹⁹⁶. Se o conceito de trabalho imaterial foi utilizado como um instrumento para adentrar na discussão da tendência geral das transformações, agora o conceito de produção biopolítica será utilizado para indicar, de maneira definitiva, que as tradicionais distinções entre social, político e econômico, já não são claras, visto que os limites que se erguem entre produção imaterial e material, de vida e, portanto, do próprio comum, se consolidam enquanto indetectáveis. O comum emerge, portanto, como “condição, meio e resultado da produção biopolítica. Ele constitui um verdadeiro espiral no qual a produção se torna imediatamente a base para novas produções e assim sucessivamente”¹⁹⁷.

Nesse sentido, é propício observar a crítica de Nick Dyer-Whiteford que indica uma contradição existente nos textos de Negri e Hardt que, apesar de ser uma concepção superada, visto que se baseia em uma tese que foi definitivamente

¹⁹⁴ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Multidão: guerra e democracia na era do Império, p. 170.

¹⁹⁵ A expressão trabalho imaterial é sublinhada como ambígua como Negri e Hardt, visto que se trata, como foi observado na subseção anterior, de um trabalho material que produz o imaterial. Também, os autores explicam que preferem utilizar o conceito de trabalho imaterial para adentrar inicialmente nas temáticas, apesar dessa ambiguidade, visto que é um termo que traduz de maneira mais simples as transformações econômicas, como também possibilita o pensar preliminar das transformações sociais em um sentido que é geral. (HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Multidão: guerra e democracia na era do Império, p. 150).

¹⁹⁶ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Multidão: guerra e democracia na era do Império, p. 150.

¹⁹⁷ MENDES, Alexandre; CAVA, Bruno. A constituição do comum: antagonismo, produção de subjetividade e crise no capitalismo, p. 200.

abandonada pelos autores em trabalhos posteriores¹⁹⁸, pode fornecer alguns dos sedimentos necessários para iluminar melhor a passagem do trabalho imaterial até o trabalho biopolítico. Em “Império”¹⁹⁹, Negri e Hardt descrevem que “este é um dos absurdos políticos centrais e mais urgentes da presente época: em nossa muito celebrada era da comunicação, *as lutas se tornaram quase incomunicáveis*”²⁰⁰. Dyer-Whiteford observa que essa afirmação é inteiramente incompatível com a afirmação da hegemonia do trabalho imaterial, visto que a tese do trabalho imaterial pressupõe uma ampla circulação comunicacional entre os sujeitos. O autor rejeita a descrita incomunicabilidade das lutas e postula afirmativamente o entrecruzar cooperativo através da concepção de trabalhador universal: “O “Trabalhador Universal” não é um dado, mas uma criação organizacional. É um projeto de recomposição política que aparece na medida em que as insurgências fragmentadas do trabalho “imaterial”, “material” e “miserável” estão conectadas”²⁰¹. Negri e Hardt, ao questionarem a suficiência do conceito de trabalho imaterial, na medida em desenvolvem o conceito de biopolítica sob as bases da produtividade comum, realizam um movimento extremamente semelhante, inclusive, também através da posterior apresentação da chamada classe multitudinária²⁰². Para mais, Alexandre Mendes e Brunos Cava sinalizam que, ainda no indicado trabalho, Negri e Hardt sustentavam outras perspectivas que seriam desconsideradas a partir do processo de desenvolvimento do conceito de multidão, isto é, existia ainda uma confusão entre os conceitos de público e de comum, que se apresentava através de uma falta de definição da relação estabelecida entre as facetas públicas e o exercício de extração comum, a qual parecia sublinhar a possibilidade de redefinição do público através das características imanentes da multidão²⁰³.

¹⁹⁸ Como Negri e Hardt colocam, a noção de incomunicabilidade é superada através da associação entre comunicação e comum: “o comum não se refere a noções tradicionais da comunidade ou do público, baseia-se na comunicação entre singularidades e se manifesta através dos processos sociais colaborativos de produção”. (HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Multidão: guerra e democracia na era do Império*, p. 266).

¹⁹⁹ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*.

²⁰⁰ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*, p. 73.

²⁰¹ DYER-WHITEFORD, Nick. *Cyber-Negri: General Intellect and Immaterial Labor*. In: MURPHY, Timothy; MUSTAPHA, Abdul-Karim. *Resistance in Practice: The Philosophy of Antonio Negri*. London: Pluto Press, 2005, p. 158. (Tradução livre).

²⁰² Esse ponto será desenvolvido nas próximas subseções.

²⁰³ MENDES, Alexandre; CAVA, Bruno. *A constituição do comum: antagonismo, produção de subjetividade e crise no capitalismo*, p. 201.

Dessa maneira, o desenrolar do conceito de comum pressupôs diversas descontinuações: o estabelecimento da existência de uma produção que é essencialmente biopolítica, a qual desembocou no incremento da concepção de multidão. Da mesma maneira, sublinha-se o destaque do comum para além da dicotomia existente entre aquilo que é privado e aquilo que é considerado público – seu desenvolvimento rasga esse paralelismo e demonstra que seus âmagos são demasiadamente semelhantes. Em outras palavras, o conceito de produção do comum objetiva atacar tanto a privatização neoliberal de tudo que é considerado enquanto bens e serviços públicos (ar, água, transporte, educação, assistência à saúde, etc.), como também as expropriações realizadas pelos Estado em nome de um suposto interesse geral²⁰⁴, sendo ambas facetas de uma parceria do Estado e do mercado pela extração comum, as quais demonstram “a falsidade do princípio neoliberal de que tudo é determinado pelo mercado”²⁰⁵, visto que “nem mesmo o mais fanático dos ideólogos neoliberais seria capaz de alegar que este princípio realmente seja abrangente”²⁰⁶. Em últimas análises, o questionamento do modelo de produtividade neoliberal, que argumenta que para o comum ser produtivo precisa necessariamente ser privatizado, como também a indagação concernente à apropriação do Estado desses bens comuns em nome benefício da sociedade, revela a existência de práticas de extração as quais relacionam concepções interligadas ao avanço estratégico de privatizações e a gerência estatal da produção que separa os indivíduos da produção comum²⁰⁷.

Na realidade, o público e o privado passam a ser indistintos: apenas mantêm a sua distinção no campo da alegada ciência do direito, ou seja, no campo das práticas de dominação. O que, ao contrário, perturba o quadro que acabamos de descrever é – certamente, de uma forma às vezes confusa e um pouco mistificada – a revelação, o surgimento do comum²⁰⁸.

Em um sentido mais específico, é possível observar a expansão das patentes e direitos autorais, por exemplo, enquanto movimento alicerçado pela amplitude do conceito de privado, que não se limita ao contemplar da propriedade privada, mas se espalha absorvendo também liberdades sociais. Atributos dos sujeitos passam a

²⁰⁴ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Multidão: guerra e democracia na era do Império, p. 266

²⁰⁵ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Multidão: guerra e democracia na era do Império, p. 267

²⁰⁶ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Multidão: guerra e democracia na era do Império, p. 267

²⁰⁷ MENDES, Alexandre; CAVA, Bruno. A constituição do comum: antagonismo, produção de subjetividade e crise no capitalismo, p. 201.

²⁰⁸ Tradução Livre. NEGRI, Antonio. La fábrica de porcelana: una nueva gramática de la política, p. 90.

serem visualizados como pertencentes ao espectro de sua propriedade individual, como Negri e Hardt indicam: “a própria palavra propriedade é submetida a uma transformação no decorrer do início da era moderna: de natureza ou qualidade (o que é próprio de uma pessoa ou coisa), passou a significar posse ou coisa constituída”²⁰⁹. Aquilo que significa ser humano é diminuído até os termos da propriedade, desenrolar esse que se relaciona com bens materiais, como terras ou bens, mas que se expande até o englobamento de características específicas dos sujeitos através da compactação de subjetividades em descrições econômicas, transformando até mesmo a inteligência em um tipo de posse imaterial. Também, o alastramento da concepção de público concretiza uma indistinguibilidade daquilo que está sob o controle estatal e aquilo que pode ser apreendido como comum, justamente porque o direito subjetivo, compreendido como os direitos da pessoa que detém propriedades individuais, é subsumido ao direito público, visto que é a organização do Estado que garante sua atribuição efetiva e a proteção de suas prerrogativas²¹⁰. É possível afirmar, portanto, que o apagamento da produtividade comum seria realizado no campo abstrato e sua expropriação seria concretizada no campo concreto, através da criação e perpetuação de uma dicotomia existente entre o público e o privado, sendo sua encoberta e pilhagem operada através de duas abordagens que são efetivadas no âmbito social e econômico: “no social, a tendência é para tornar tudo público, e, portanto, suscetível de vigilância e controle por parte do governo; e no econômico, para tornar tudo privado e sujeito aos direitos de propriedade”²¹¹.

Se antes era plausível um ataque ao capital através de noções que explicitam a propriedade privada individual enquanto composta de legitimação através do trabalho próprio²¹², sendo para Marx evidente que nessa relação haveria uma situação-problema, visto que a propriedade capitalista não permanece sob tutela de quem a produziu, mas sim é designada para aqueles que detém os meios de produção, nesse cenário o empasse encontra-se em outro nível: “[...] a força produtiva específica da jornada de trabalho combinada é força produtiva social do trabalho [...]. Ela deriva da própria cooperação. Ao cooperar com outros de modo planejado, o trabalhador supera suas limitações individuais e desenvolve sua capacidade

²⁰⁹ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Assembly*, p. 136.

²¹⁰ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Multidão: guerra e democracia na era do Império*, p. 265.

²¹¹ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Multidão: guerra e democracia na era do Império*, p. 265.

²¹² MARX, Karl. *O Capital, Crítica da Economia Política: Livro I, O processo de produção do capital*, p. 1013.

genérica”²¹³, sendo o desenvolvimento do capitalismo significativo, conforme foi descrito, de uma confusão entre produção associada e atividade social – o estabelecimento da noção de redes produtivas enfraquece as concepções de individualismo, decompondo a sedimentação sob a qual se apoia a perspectiva de propriedade privada, como também de propriedade pública²¹⁴. A polarização entre o público e o privado, dessa maneira, é visualizada em comparação à uma polarização política entre o capitalismo e o socialismo que, apesar de serem posicionados recorrentemente em um conflito infundável, se caracterizam por serem dois regimes que defendem a propriedade, seja ela pública ou privada, e que, conseqüentemente, apagam o comum. O comum não é um gênero de propriedade, ao contrário, ele é um modo de produção biopolítico, ao mesmo tempo em que é produto do trabalho humano subjetivo e cooperativo, transparecendo enquanto a não propriedade por excelência.

Ao surgir o conceito de comum – não como uma entidade pré-constituída nem como uma substância orgânica que é subproduto da comunidade nacional, ou *gemeinschaft*, mas como atividade produtiva de singularidades da multidão, ele rompe a continuidade da soberania do Estado moderno e ataca o biopoder em seu coração, desmistificando seu núcleo sagrado. Tudo que é geral ou público deve ser reapropriado e gerido pela multidão, tornando-se assim comum. Este conceito do comum não só assinala uma ruptura definitiva com a tradição republicana do Estado jacobino e/ou socialista como também marca uma metamorfose no direito, em sua natureza e estrutura, em sua matéria e sua forma²¹⁵.

No atual paradigma produtivo, portanto, as análises que desembocavam em descrições de mecanismos, estruturas e até mesmo corpos sociais unitários, foram solapadas, isto é, narrativas totalizantes encontram-se em um processo de desintegração constante. Perspectivas modernas que concebiam o comum sempre através de uma noção de público, enquanto uma abstração dos desejos e interesses indivíduos, visto que concretizava uma antropologia da individualidade, são substituídas pela emersão de uma negação dessa movimentação em nome da circulação comunicativa - na medida em que indica a atividade e a produção das singularidades, o comum apresenta seus sedimentos como intercambiáveis²¹⁶. Em últimas instâncias, o comum se apresenta como uma categoria distinta, não se limita em nenhum tipo de abstração que é compactada em mãos corporativas ou estatais,

²¹³ MARX, Karl. O Capital, Crítica da Economia Política: Livro I, O processo de produção do capital, p. 502.

²¹⁴ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Assembly, pp. 126-127.

²¹⁵ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Multidão: guerra e democracia na era do Império, p. 269.

²¹⁶ NEGRI, Antonio. Kairós, Alma Venus, Multidão: nove lições ensinadas a mim mesmo, p. 157.

mas sim sinaliza sempre para movimentação das singularidades que estão inseridas dentro do espectro biopolítico e, assim sendo, o entrecruzar do singular e do comum não traz às voltas a formatação de um sujeito político, mas sim é a expressão de uma substância que não poderá ser limitada em hierarquias, visto que as forças vitais resultantes do processo comum não se restringem por tipos de posse, mas se caracterizam pela sua abertura interativa e capacidade de cooperação social²¹⁷. A hegemonia produtiva do comum, nesse sentido, não se fundamenta apenas em transformações no âmbito do trabalho – momento em que se torna imaterial – mas, sobretudo, em uma transformação que subjaz a questão laboral e permite o visualizar das conexões produtivas, as quais desembocam na designação da chamada carne social viva em detrimento do corpo social moderno²¹⁸.

2.3. Realismo político: a monstruosidade da carne biopolítica

A descrição de uma carne social viva e, portanto, autônoma, produtiva e cooperativa, acompanha Gilles Deleuze e Félix Guattari no reconhecimento de um devir que expressa a existência de uma anti-natureza que, na realidade, dentro da filosofia descrita pelos autores, seria a expressão da verdadeira Natureza. Em um movimento de abalo sistêmico dos enclausuramento científicos, tal perspectiva é capaz de expor combinações ou conjuntos relacionais que estão deslocados, por exemplo, com relação às tradicionais estruturações que caracterizam uma reprodução hereditária, mas, ao mesmo tempo, são elementos nevrálgicos para o desenvolvimento e transformação daquilo que é entendido enquanto um indivíduo²¹⁹. No decorrer desse percurso, percebe-se os sujeitos enquanto capazes de estilhaçar aquilo que foi designado enquanto suas filiações engessadas, transfigurando a si mesmos e suas histórias, na medida em que o indicar de elementos sistematicamente excluídos das narrativas são iluminados através da designação da existência da descrita conceituação que apresenta a Natureza – com “N” maiúsculo – enquanto tradução da indeterminação do mundo, isto é, enquanto abertura para a concretização de construções coletivas²²⁰. Nesse sentido, Negri e Hardt descrevem que: “Gilles

²¹⁷ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Assembly*, p. 142.

²¹⁸ NEGRI, Antonio. Uma experiência marxista de Foucault. In: *Quando e como eu li Foucault*, p. 203.

²¹⁹ DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs – capitalismo e esquizofrenia*, vol. 4. Tradução de Suely Rolnik. São Paulo: Ed. 54, 1997, p. 19.

²²⁰ DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs – capitalismo e esquizofrenia*, vol. 4, p. 19.

Deleuze reconhece o monstro no interior da humanidade. O homem, diz ele, é o animal que está mudando sua própria espécie²²¹, sendo o conceito de carne social viva um termo que traz consigo a constatação de uma mudança nas representações sociais que, primeiramente, poderá ser visualizada pelas lentes construídas no desenvolvimento das teorias feministas e queer, especificamente através da concepção de representação, sendo esse um dos termos centrais que se interligam ao entendimento da existência de uma produtividade comum²²².

Para tanto, se Negri se aproxima da noção de performatividade expressa por Judith Butler. Segundo Butler, “a coerência e a continuidade da pessoa não são características lógicas ou analíticas da condição de pessoa, mas, ao contrário, normas de inteligibilidade socialmente instituídas e mantidas”²²³, dessa forma, “dizer que o gênero é performativo é dizer que ele é um certo tipo de representação; o aparecimento do gênero é frequentemente confundido com sinal de sua verdade interna ou inerente”²²⁴. Nesse limiar, é através da indicação dos processos performativos que Butler assinala o reconhecimento da produção e reprodução das representações que são realizadas ininterruptamente sobre o gênero, como também sobre o sexo. Não se trata de afirmar que o sexo não está interligado às questões biológicas, mas sim de demonstrar que a maneira através da qual é possível apreender aquilo é designado como sexo está mergulhada dentro de um contexto social determinado. Butler, portanto, ao designar que é possível construir uma verdade sobre o sexo, aponta precisamente para as práticas reguladoras que são produtoras de identidades e normas de gênero coerentes, ou, em um sentido mais amplo, que são conceptivas daquilo que é indicado como universal e homogêneo.

O descrito adentrar nos fundamentos das descrições que compactam sujeitos e os designam determinadas características naturais, é o que Foucault aponta como

²²¹ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Multidão: guerra e democracia na era do Império*, p. 255.

²²² Negri descreve que o conceito de carne designa “pura potencialidade, a matéria informe da vida, um elemento do ser. Deve-se ter cuidado, toda vida, para não confundir a carne com algum conceito de vida nua, isto é, um conceito que conceba uma forma de vida despida de todas as suas qualidades, um limite negativo da vida. A carne está orientada na outra direção, para a plenitude da vida [...] O que age sobre a carne e lhe dá forma são os poderes da invenção, aqueles poderes que trabalha por meio da singularidade, para tecer em conjunto hibridizações de espaço e metamorfoses de natureza- os poderes, em suma, que modificam os modos e as formas de existência”. (NEGRI, Antonio. *Cinco lições sobre Império*, p. 135).

²²³ BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 38.

²²⁴ BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Tradução: Fernanda Siqueira Miguens. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, p. 39.

um processo de acontecimentalização. De maneira mais específica, Foucault expõe um procedimento de análise, através do qual é possível realizar rupturas com relação as evidências que são utilizadas como sustentação para determinadas práticas e saberes caracterizados pela necessidade²²⁵. Essa intervenção coloca no centro da crítica política os regimes que produzem aquilo que será considerado verdadeiro e falso, desestabilizando-os pela abertura até a desmultiplicação causal e o polimorfismo – uma variedade de referências, elementos e relações, que atuam como indicadores dos processos múltiplos que compõe determinados agenciamentos²²⁶. Butler, percorrendo esse caminho, expressa uma maleabilidade das representações que são arrebatadas por interações sociais, ao mesmo tempo alerta que “o gênero é recebido, mas com certeza não simplesmente inscrito em nosso corpo como se fôssemos meramente uma chapa passiva obrigada a carregar uma marca”²²⁷. O corpo tem algum inscrito do mundo, mas não é apenas um receptáculo de estímulos, ele também se expressa, isto é, representações não são a tradução de uma natureza imutável, como também não são a expressão de uma liberdade individual espontânea, mas sim um tipo de ação que é concretizada por indivíduos que são contextualizados e estão em comunicação e, em vista disso, que demonstram a capacidade de uma performance comum da carne social que agora é compreendida através do queer²²⁸. Nas palavras utilizadas por Negri:

No feminismo da *métissage* e da hibridização, nessas verdades antidialéticas, nessa compreensão correta do fim de todas as formas racionais de dominação (seja patriarcal ou apenas política), em prol da superação de todos os limites disciplinares, tanto na epistemologia quanto nas ciências naturais, lá o poder do monstro é plenamente afirmado hoje²²⁹.

É por esse caminho de percepção de plasticidade da natureza, que detém a capacidade de fazer frente às estruturas limitadoras do biopoder imperial, que, ao retomar Deleuze e Guattari, afirmar-se que “na verdade a natureza é apenas um outro nome para o comum”²³⁰. Essa trajetória implica o entendimento de que a produção

²²⁵ FOUCAULT, Michel. *Estratégia, Poder-saber*. Tradução: Vera Lucia Avellar Ribeiro. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitário, 2006, p. 339.

²²⁶ FOUCAULT, Michel. *Estratégia, Poder-saber*, p. 343.

²²⁷ BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*, p. 38.

²²⁸ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Multidão: guerra e democracia na era do Império*, p. 260.

²²⁹ NEGRI, Antonio. *El monstruo político: vida desnuda y potencia*. In: FOUCAULT, Michel. *Ensayos sobre biopolítica. Excesos de vida: Michel Foucault; Gilles Deleuze; Slavoj Žižek*. Comps. Fermín Rodríguez e Gabriel Giorgi. 1ª ed. Buenos Aires: Paídos, 2001. p. 106. (Tradução livre)

²³⁰ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Bem-estar comum*, p. 196.

biopolítica, ou o monstro biopolítico, é uma questão definitivamente ontológica, visto que “a sociedade constrói em si mesma as funções de comando, que são inseparáveis do desenvolvimento da força produtiva”²³¹, sendo “a força produtiva, a produção imediatamente constituição – e a constituição é a forma na qual a força produtiva revela o ser que é”²³². Conforme foi observado, quando a perspectiva do trabalho biopolítico emerge enquanto hegemônica, isto é, quando se corporifica e passa a expressar precariedade, flexibilidade e mobilidade, a ontologia social passa a se apresentar de maneira diversa: aquilo que é produzido enquanto substância intelectual e cooperativa sempre excede aos processos de expropriação, sendo a imaterialidade imediatamente integrada aos processos relacionais nos quais o comum, em sua dupla agencia produtor-produto, é distribuído nas singularidades – “Aqui está o monstro biopolítico na vanguarda da cena. [...] Até ontem subordinado, classificado hierarquicamente, organizado pelo poder [...] hoje se infiltrou por toda parte, como um rizoma; é a substância comum”²³³. Dessa maneira, a ontologia social transforma-se em ontologia biopolítica e, sendo assim, a própria vida e as subjetividades passam a ser investidas e incrementadas através das movimentações produtivas. É possível, portanto, inventar novas formas sociais e subverter determinadas normas que recaem sobre os indivíduos até a visualização de um novo ser social, ou, até mesmo, uma nova concepção de natureza humana. É nesse sentido que Negri e Hardt, ao percorrerem a partir de Foucault a noção de acontecimento, mesmo que adentrando tais descrições através de uma via interpretativa que não é constantemente interligada ao autor²³⁴, descrevem que:

²³¹ NEGRI, Antonio. *A anomalia selvagem: poder e potência em Espinosa*. 2ª ed. Tradução: Raquel Ramalheite. São Paulo: Editora 34 e Editora Filosófica Politeia, 2018, p. 251.

²³² NEGRI, Antonio. *A anomalia selvagem: poder e potência em Espinosa*, p. 374.

²³³ Tradução Livre. NEGRI, Antonio. *El monstruo político: vida desnuda y potencia*. In: *Ensayos sobre biopolítica. Excesos de vida: Michel Foucault; Gilles Deleuze; Slavoj Žižek*, p. 119.

²³⁴ Negri e Hardt descrevem que “as principais tendências da interpretação dos escritos de Foucault não capturam de maneira adequada a natureza dual da biopolítica”. (HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Bem-estar comum*, p. 74). Isto é, os autores não seguem as consagradas vertentes de interpretação foucaultiana, se distanciando de Roberto Esposito, que observa o terreno da biopolítica enquanto campo de gestão normativa da vida. (ESPOSITO, Roberto. *Bíos: biopolítica e filosofia*. Portugal: Edições 70, 2004), como também não seguem Giorgio Agamben e sua descrição da biopolítica como um campo de conflito. (AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer. O poder soberano e a vida nua I*. Tradução: Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007). Por último, citando Chomsky, Negri e Hardt visualizam uma interpretação da biopolítica que abre certa autonomia para a questão da subjetividade, mas o consideram insuficiente, já que se baseia em estruturas lógico-linguísticas que são invariantes e, portanto, que não poderiam oferecer amplos sedimentos às invocações de vida. (HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Bem-estar comum*, p. 75).

Nossa leitura não só identifica a biopolítica com os poderes produtivos localizados da vida – ou seja a produção de afetos e linguagens através da cooperação social e da interação de corpos e desejos, a invenção de novas formas de relação com o self e outros e assim por diante – como afirma a biopolítica como criação de novas subjetividades, apresentadas ao mesmo tempo como resistência e dessubjetivação²³⁵.

De maneira direta, Negri e Hardt realizam esse caminho através da observação de um ponto que está explícito nos escritos de Foucault²³⁶, isto é, através do entendimento de que o poder funciona também no sentido da produção de subjetividades que são alternativas, visto que a liberdade e a resistência são pré-condições de seu exercício. Nas palavras de Foucault: “a resistência vem em primeiro lugar, e ela permanece superior a todas as forças do processo, seu efeito obriga a mudarem as relações de poder”²³⁷. A liberdade, nesse sentido, é visualizada enquanto anterior a qualquer tipo de dominação, já que o exercício do poder pressupõe uma relação e, sendo assim, necessita de sujeitos livres para se perpetuar, sendo a resistência o esforço para concretizar sustentação dessa liberdade²³⁸. A biopolítica é, dessa maneira, um acontecimento, ou como Negri e Hardt descrevem, “uma densa trama de acontecimentos de liberdade”²³⁹, que irrompem a normatividade e os esquemas de ordem pré-formatados pela apresentação do desenrolar produtivo de novíssimas formas de vida – se trata de uma concepção que visualiza a criatividade da constituição do ser, sendo ela aberta, descontínua, imprevisível, ou seja, intrinsecamente da ordem do acontecimento²⁴⁰. É através desse caminho que podemos visualizar o acontecimento biopolítico como, especialmente, um acontecimento queer, visto que desvela o elo entre poder e liberdade, expondo a

²³⁵ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Bem-estar comum, p. 76.

²³⁶ Esse trecho indica com precisão como Negri e Hardt utilizam Foucault em suas argumentações: “Quando definimos o exercício do poder como um modo de ação sobre as ações dos outros, quando caracterizamos essas ações pelo “governo” dos homens uns pelos outros – no sentido mais extenso da palavra, incluímos um elemento importante: a liberdade. O poder só é exercido sobre “sujeitos livres”, enquanto “livres” – entendendo-se por isso sujeitos individuais ou coletivos que têm diante de si um campo de possibilidade onde diversas condutas, diversas reações e diversos modos de comportamento podem acontecer. [...] não há, portanto, um confronto entre poder e liberdade, numa relação de exclusão (onde o poder se exerce, a liberdade desaparece); mas um jogo muito mais complexo: neste jogo, a liberdade aparecerá como condição da existência do poder [...]”. (FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. 1ª ed. Tradução: Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 244).

²³⁷ FOUCAULT, Michel. Michel Foucault, uma entrevista: sexo, poder e a política de identidade. Revista Verve, n. 5, São Paulo, julho/dezembro de 2004, p. 268.

²³⁸ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Bem-estar comum, p. 76.

²³⁹ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Bem-estar comum, p. 76.

²⁴⁰ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Labor of Dionysus: a critique of the state-form, p. 287.

relação inevitável entre os processos de sujeição e a produção de subjetividades. Em últimas instâncias, a questão da verdade anteriormente explicitada será realocada, não aparecendo mais enquanto uma expressão que objetiva abarcar uma totalidade subjetiva, mas como uma reivindicação de uma multiplicidade de origem, conforme Foucault expressamente sublinha: “o ser humano não se caracteriza por um certo relacionamento com a verdade, mas detém, como pertencente a ele de fato, simultaneamente ofertada e ocultada, uma verdade”²⁴¹, sendo essa uma verdade que percorre um caminho comum, já que vem de baixo para cima, rasgando as perspectivas de caráter absoluto:

O que o governado, como tal, deve fazer – admitindo que se possa falar de dever no terreno da criatividade que produz diretamente suas instituições – é assumir subjetivamente o direito de colocar aquelas “questões de verdade”, como Foucault as chama, que barrem a rotina burocrática e interrompam os circuitos da operatividade do governo. É uma tarefa que concerne à ética do trabalho intelectual – seu necessário posicionamento do lado da liberdade e não do poder; aquela posição que salva a filosofia da torsão ideológica que a traduz em teoria política, em saber do príncipe, vazia legislação ideal -, e é a tarefa que incumbe a qualquer um que se ponha diante do governo, obrigando-o a justificar o sentido de sua ação e as estratégias que persegue, obrigando-o, ao mesmo tempo, a reconhecê-lo como sujeito que a ele resiste²⁴².

Afirmar que acontecimento biopolítico é inovação, como também um critério de verdade, não é assumir a posição de legislador ou governante. De forma oposta, se trata de evidenciar a existência de uma oposição frente aos regimes de normalidade, recusando as estruturas transcendentais ou espirituais, como também se mantendo em tensão com relação às legislações universais, visto que há uma sinalização permanente ao entrecruzar das forças imanentes aos corpos. Sandro Chignola observa que “a verdade de uma história se faz pelos efeitos que ela produz, não pelo que ela registra, manifesta ou faz reaparecer. O motor de uma investigação histórica é a urgência do presente”²⁴³, acompanhando Foucault em sua afirmação de que “nenhum de seus episódios localizados [dos micropoderes], pode ser inscrito na história senão pelos efeitos por ele induzidos em toda a rede em que se encontra”²⁴⁴. Nesse sentido, uma descrição histórica não poderá ser exposta meramente como um

²⁴¹ FOUCAULT, Michel. A história da loucura na idade clássica. Tradução: José Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978, p. 575.

²⁴² CHIGNOLA, Sandro. Foucault além de Foucault: uma política da filosofia. Tradução: Augusto Jobim do Amaral, Evandro Pontel, André Rocha Sampaio. Porto Alegre: Criação Humana, 2020, p. 121.

²⁴³ CHIGNOLA, Sandro. Foucault além de Foucault: uma política da filosofia, p. 169.

²⁴⁴ MICHEL, Foucault. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Tradução: Raquel Ramallete. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014, pp. 30-31.

decalque estafado no qual processos de dominação incessantemente formatam as sociedades, mas sim deve ser designada através do destaque da anterioridade das lutas com relação às formatações do poder imperial, isto é, para compreender o caminho traçado por Foucault, como também o caminho percorrido por Negri e Hardt²⁴⁵, é necessário visualizar a configuração e reconfiguração do desenvolvimento histórico através dos antagonismos e resistências biopolíticas ao poder, sem se limitar ao par resistência-poder mas, sobretudo, desvendando o caráter ontológico monstruoso que sustenta a descrita dinâmica.

Por de trás do fluxo político, ou seja, da visualização de um realismo político que indica a dinâmica entre as forças imperais que tentam dominar e as forças monstruosas que buscam resistir, que o acontecimento biopolítico postula a produção da vida como ato de criação e liberdade que, em sua posição de primazia, forçam as estruturas de domínio a acossar aquilo que escapa de seus espectros de cristalização. Política é, em últimas instâncias, a produção dinâmica e contínua de singularidades em cooperação – é o monstro, enquanto “aquele que cria resistência ao desenvolvimento das relações de produção capitalistas; [...] aquele que obstrui a lógica do poder monárquico, aristocrático, populista, sempre eugênico; aquele que rejeita a violência e aquele que expressa insubordinação; aquele que odeia mercadorias e se expande em trabalho vivo [...]”²⁴⁶. O monstro, forjando e transfigurando os caminhos da história, na medida em que se posiciona em um terreno de produtividade comum, sinaliza para existência da chamada multidão, sendo ela apresentada como capaz de expressar a produção de tudo aquilo que é da ordem do material e imaterial, na medida em que projeta a sociedade e os indivíduos em redes expansivas e abertas de cooperação, garantindo assim a perpetuação das possibilidades de rebelião dentro do contexto biopolítico²⁴⁷.

2.4. Entre a classe e a multidão: classe multitudinária

²⁴⁵ Negri e Hardt descrevem a fenomenologia dos corpos em Foucault através de três axiomas, os quais são explicitamente utilizados pelos autores para pensar a produção de subjetividades através das resistências e das lutas: “[...] os corpos são componentes constitutivos da trama biopolítica do ser [...] no terreno político [...] no qual os poderes são constantemente feitos e desfeitos, os corpos resistem [...] a resistência corpórea produz subjetividade, não de uma forma isolada [...], mas na dinâmica com as resistências de outros corpos”. (HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Bem-estar comum, p. 47).

²⁴⁶ NEGRI, Antonio. El monstruo político: vida desnuda y potencia. In: Ensayos sobre biopolítica. Excesos de vida: Michel Foucault; Gilles Deleuze; Slavoj Žižek, p. 103. (Tradução livre).

²⁴⁷ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Assembly, p. 108.

Observa-se que o conceito de multidão é resgatado por Negri e Hardt no interior das controvérsias práticas e teóricas que caracterizaram a modernidade, sendo formulado especialmente através do pensamento de Spinoza. Nesse limiar, o termo já se fazia presente em alternativas abordagens – sua definição era sublinhada em contato com caracterizações que são consideradas negativas, por exemplo, que o exprimem enquanto a tradução de uma falta de organização, isto é, como algo a ser desconsiderado, visto que ainda não encontra-se em determinada formatação²⁴⁸. Tal perspectiva é virada do avesso pelos autores que insistem em um sentido diverso do termo, sendo reativado em uma perspectiva imanentista, através de comparações com aquilo que é designado enquanto uma série de entidades coletivas plurais: primeiramente, aproximam a multidão ao povo, sendo o povo a expressão de uma unidade a qual sintetiza as características de um grupo de pessoas em uma identidade, acabando por nublar as diferenças entre as singularidades. Através dessa descrição, o povo é compreendido enquanto capaz de governar enquanto soberano, visto que sua constituição é intimamente relacionada ao confinamento dos sujeitos dentro da esfera estatal, como é sinalizado através de Thomas Hobbes:

Constitui um grande perigo para o governo civil, em especial o monárquico, que não se faça suficientemente distinção entre o que é um povo e o que é uma multidão. O povo é uno, tendo uma só vontade, e a ele pode atribuir-se uma ação; as nada disso se pode dizer de uma multidão. Em qualquer governo é o povo quem governa. Pois até nas monarquias é o povo quem manda, porque nesse caso o povo diz uma vontade através da vontade de um homem, [...] embora isso pareça um paradoxo, o rei é o povo²⁴⁹.

Tal operação realizada por Hobbes se baseia na ideia de indivíduos egoístas e apropriadores que estão posicionados em um cenário no qual a discórdia se perpetua através da competição, extrema desconfiança do outro e busca incessante pela glória, sendo esse o panorama expressivo da multidão enquanto inerente ao estado de natureza – um modo de ser plural, porém, visualizado como repulsivo, já que se mostra incapaz forjar pactos duradouros e alcançar um *status* de pessoa jurídica, sendo representativo de uma recusa à unidade política e ao estabelecimento da sociedade civil, visto que existiria uma incapacidade de transferência de direitos ao soberano, desembocando em sua própria inaptidão para atuar de maneira

²⁴⁸ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Multidão: guerra e democracia na era do Império, p. 411-415.

²⁴⁹ HOBBS, Thomas. O cidadão. Tradução: Janine Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 189.

soberana²⁵⁰. Nesse sentido, para fazer frente a natureza humana que não é sociável, seria necessário um sistema que estabeleça paz, acabando com a instabilidade política de uma guerra não declarada: o desejo pela conservação e segurança constrói um contrato que transfere o poder dos indivíduos até um soberano estatal que restringirá a liberdade, mas irá garantir a proteção dos sujeitos e de suas propriedades, na medida em que integraliza a transformação dos direitos subjetivos enquanto apenas reconhecíveis quando relacionados ao ordenamento jurídico.

A multidão observada de maneira contemporânea ainda guarda resquícios de suas precedentes descrições, mas será emersa através de análises que partem de diferentes premissas. Da mesma maneira, a multidão jamais será designada enquanto algo que é unificado, mas sim que se mantém plural e múltipla, sendo a expressão de um conjunto de singularidades que não podem ser reduzidas à descrita uniformidade. Apesar disso, não se trata de um fragmento incoerente e incapaz de organização que, segundo a tradição moderna, seria somente expressão de caos e desordem. A concepção tradicional de condução política – a transcendência unitária que estabelece ordem social – seria subvertida através da descrição dos processos colaborativos do cenário biopolítico, revelando uma potencialidade organizativa, conforme será desenvolvido nas próximas subseções. Para elucidar melhor esse ponto, a comparação realizada com as massas deverá ser considerada: as massas também se diferenciam do povo através sua incapacidade de redução identitária, mas não conseguem se aproximar do conceito de multidão, visto que sua essência é uma indiferença com relação aos seus componentes internos. Como a multidão sempre mantém uma distinção nítida entre os segmentos que a compõe, ela detém a capacidade de comunicação entre seus componentes, se diferenciando das massas, mas também do populacho e da turba, visto que nesses conceitos existe uma incoerência fundamental entre os indivíduos que fazem parte sua configuração, isto é, não há o compartilhamento de características comuns entre eles, sendo impossibilitada sua cooperação e, dessa maneira, suas partes tendencialmente manter-se-iam inertes²⁵¹. Não se trata de dizer que essas entidades não são capazes de conduzir efeitos sociais, mas sim que esses efeitos são a expressão de uma manipulação externa, visto que se tratam de conceitos fundamentalmente incapazes

²⁵⁰ VIRNO, Paolo. Gramática de la multitud: para um análisis de las formas de vida contemporáneas, p. 11.

²⁵¹ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Multidão: guerra e democracia na era do Império, p. 140.

de demonstrar a comunicação das facetas que caracterizam suas estruturações. A multidão, ao contrário, é caracterizada por uma constituição que não se restringe às identidades, mas que se compõe, como também demarca sua posição ativa, através do relacionamento entre as singularidades e aquilo que é produzido de maneira comum. É porque a multidão se mantém sempre diferente internamente, como também permanece aberta no sentido relacional, que ela consegue expressar sua capacidade cooperativa, desembocando na possibilidade de agir e criar em comum enquanto a expressão de uma autonomia que faz frente e dilacera às descrições tradicionais de condução política²⁵².

A última aproximação, e talvez a mais importante, é a convergência realizada com relação ao conceito de classe. Negri, conjuntamente com Hardt, em seu recente artigo já mencionado “Impero, vent’anni: Il nuovo ordine dela globalizzazione”²⁵³, descreve a modificação do conceito de classe até o conceito de multidão e, posteriormente, explicita uma nova transfiguração que traduz a existência de uma classe de outra categoria – uma classe multitudinária. De maneira inicial, a transformação do conceito de classe até o conceito de multidão se baseia, sobretudo, na ideia de que a classe trabalhadora deverá ser entendida hoje a partir da multiplicidade. Seguir a linha costumeira do marxismo para definir classe é compreender o proletário como a classe explorada dentro do contexto capitalista, como também enquanto sendo uma expressão dos trabalhadores da fábrica dentro do regime fordista. Sendo assim, dentro do pensamento marxista, como mesmo expressa Marx em determinados escritos²⁵⁴, é possível observar uma carência dos conceitos – a homogeneização e limitação daquilo que é entendido como uma classe – desembocando em descrições que uniformizam a complexidade social através da realização de determinadas equalizações.

Sob o olhar da multiplicidade que Negri propõe, a classe operária, de fato, nunca deixou de existir, mas se trata de um conceito que se baseia em exclusões, sendo tradicionalmente utilizado para indicar trabalhadores operários e industriais, ou, esticando até o limite de sua interpretação, utilizado para descrever trabalhadores assalariados em geral. Essa conceituação destaca uma classe produtiva primordial

²⁵² HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Multidão: guerra e democracia na era do Império, p. 140.

²⁵³ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Empire, Twenty Years On: Rethinking Empire in the Age of Trump.

²⁵⁴ MARX, Karl; ENGLES, Friedrich. Manifesto do partido comunista, p. 24.

que não acompanha a mudança da composição interna das formas de trabalho, isto é, não consegue apreender que as produções em termos econômicos não se encerram em si mesmas, sendo compostas por uma produção social que contempla, inclusive, como já foi amplamente observado, as relações e formas de vida²⁵⁵. Se a exploração antes era visualizada enquanto uma exploração de indivíduos, nesse momento ela poderá ser designada enquanto um apanhar daquilo que é concebido através das relações de cooperação, isto é, do conjunto de singularidades que se entranham. A multidão é o conceito forjado para contemplar essas transformações produtivas, sinalizando, sobretudo, uma não-limitação dos processos em espaços fechados, muito pelo contrário, indicando uma potência que expressa a existência da produtividade que está sempre além de qualquer medida e que, conseqüentemente, apresenta uma incompatibilidade com prioridades hierárquicas e até mesmo políticas que são representadas entre as diferentes formas de trabalho.

O próprio conceito de classe se modifica. Isto é, a classe que se opõe ao capital não é mais formada apenas pelos operários fabris, mas pelo conjunto de figuras que trabalham, que são exploradas. O conceito de multidão é isto: o conjunto de todos aqueles que experimentam a exploração do trabalho, o conjunto dessas experiências múltiplas e cruzadas, como os agenciamentos entre trabalho, no sentido clássico, o chamado trabalho feminino, o trabalho doméstico das mulheres negras etc., que envolvem, ao mesmo tempo, questão de gênero, de raça, de classe e a exploração patriarcal²⁵⁶.

Seguindo nessa trilha, Negri descreve que “[...] as diferentes populações trabalhadoras, que sempre existiram, agora rejeitam cada vez mais uma representação unitária”²⁵⁷, sendo a multidão a ênfase que traduz a descrita rejeição, já que se revela enquanto um termo que tem sua composição baseada em uma interdependência dos conceitos de raça, gênero e sexualidade. As diferenças entre as formas de trabalho, estável ou precário, regular ou não-regular, serão mapeadas segundo diferenças de nacionalidade, raça e gênero, sendo indispensável uma análise interseccional²⁵⁸ que permite a visualização do entrecruzar entre os eixos de

²⁵⁵ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Empire, Twenty Years On: Rethinking Empire in the Age of Trump*. New Left Review.

²⁵⁶ NEGRI, Antonio; VIEL, Jefferson. *Ulisses Deleuze e Aquiles Guattari: Negri, sobre Gilles e Félix*. In: NEGRI, Antonio; VIEL, Jefferson. *Deleuze & Guattari: uma filosofia para o século XXI*. Tradução: Jefferson Viel. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019, p. 168.

²⁵⁷ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Empire, Twenty Years On: Rethinking Empire in the Age of Trump*. (Tradução livre).

²⁵⁸ Negri define a interseccionalidade, em um nível primário, como “uma teoria política de multiplicidade, que visa contrastar as estruturas mono-axiais tradicionais da análise política, reconhecendo a natureza interdependente da raça, classe, sexo, gênero e hierarquias sócias” (Tradução livre) (HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Empire, Twenty Years On: Rethinking Empire in the Age of Trump*. New Left Review).

dominação que recaem sobre a múltipla classe trabalhadora. Nesse sentido, a proposta inicial para o pensar da transição da classe até a classe multitudinária é realizada através do conceito de precariedade²⁵⁹. Quando se expõe a questão da precariedade, frequentemente é abordado o ideal de regulamentação dos regimes fordistas, nos quais existiria garantias estáveis de trabalho e proteção dos trabalhadores. Essa é uma das formas através das quais será possível pensar a multidão, visto que contratos de trabalho, com mais ou menos direitos, são atrelados a racialização e mandados de gênero, por exemplo. Apesar dessa possível entrada, ao trabalhar em outros termos o entendimento da precariedade, Negri, mais uma vez, inicia um diálogo com Butler²⁶⁰:

Na verdade, o meu argumento mais forte é simplesmente o seguinte: nenhuma criatura humana sobrevive ou persiste sem a dependência de um ambiente sustentável, das forças sociais de relacionalidade e das formas econômicas que presumem e estruturam interdependência. É verdade que a dependência implica vulnerabilidade, e que algumas vezes essa vulnerabilidade é exatamente as formas de poder que ameaçam ou rebaixam nossa existência, no entanto, isso não significa que podemos legislar contra a dependência ou a condição de vulnerabilidade as formas sociais²⁶¹

Na visão de Butler, as resistências só serão visualizadas através da precariedade que potencialmente poderá fazer frente às condições precárias induzidas socialmente. Em outras palavras, só serão visualizadas através da violabilidade multilateral que conecta os sujeitos e que apresenta, ao mesmo tempo, os sedimentos que compõe as lutas contra esquemas que destituem de importância determinadas vidas. É através do enlace entre essas duas leituras concernentes à

²⁵⁹ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Empire, Twenty Years On: Rethinking Empire in the Age of Trump*.

²⁶⁰ Nesse ponto é necessária uma diferenciação entre a chamada condição precária e a precariedade dentro do pensamento de Judith Butler. Usa-se o termo condição precária para designar a indução, realizada maneira flexível, de determinadas violências em grupos ou indivíduos. Se trata de uma condição que é politicamente induzida. (BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Tradução: Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017, p. 46). Precariedade é um conceito mais amplo, utilizado para indicar uma condição universal dos viventes, isto é, a relação de interdependência que existe entre os sujeitos - uma relação de vulnerabilidade e mútuo afeto, portanto. (BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*, p. 106). Negri e Hardt desenvolvem seu conceito de comum de maneira extremamente próxima a noção de precariedade de Butler, chegando a explicar que “lemos a afirmação de Butler da interdependência, junto com as teorias do comum que afirmam redes abertas e expansivas da cooperação social produtiva dentro e fora da economia capitalista, como uma poderosa base para a geração de formas de vida livres a autônomas”. (HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Assembly*, p. 85).

²⁶¹ BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*, p. 230.

precariedade, uma que se conecta de maneira aos trabalhadores entendidos no sentido tradicional, trazendo à tona a flexibilidade de contratos e direitos em um momento compreendido pós-moderno, como também através de uma noção de precariedade que se interliga a uma via interseccional, que Negri explicita seu núcleo para a teorização do conceito de multidão – “[...] hoje não haverá um projeto de política de classe que não seja também feminista, antirracista e queer”²⁶², afirmam Negri e Hardt. Em últimas instâncias, os autores fazem a transição da classe para a multidão em uma tentativa de tentar contemplar as transformações com relação ao trabalho e a produção de valor, designadas através da transição da fábrica até a metrópole, contudo, o adentrar novamente até a perspectiva de classe – agora classe multitudinária - é o adicionar de uma via interseccional, a qual escapa de leituras estritamente econômicas, isto é, que enclausuram a própria perspectiva de classe em uma concepção simples de oposição ao capital, contemplando, dessa maneira, diferentes formas de dominação e resistência enquanto engendradas²⁶³.

A multidão, deste modo, é um termo que se apresenta em várias facetas, sendo utilizado primordialmente em dois sentidos que fazem referência à diferentes temporalidades. Primeiramente, dentro da descrita perspectiva temporal, a multidão é visualizada do ponto de vista da eternidade, em outras palavras, é compreendida enquanto presente perpétuo, visto que sempre-já poderá ser visualizada. Essa especificidade da multidão transcreve sua faceta ontológica monstruosa, contemplando as possibilidades constantes de constituição do mundo, superação de obstáculos e articulação no agora²⁶⁴, sendo intimamente relacionada ao aspecto comunicativo e produtivo, ou poderíamos dizer acompanhando Butler, de vulnerabilidade, que é expresso nas formas de relação. A outra dimensão da multidão, aquela que é designada como ainda-não multidão e que representa sua composição histórica e política, sendo sua existência possibilitada por “condições culturais, jurídicas econômicas e políticas”²⁶⁵, as quais são amplamente pinceladas por Negri através da descrição de um mundo caracterizado pela flexibilidade pós-fordista. Vale dizer, que as duas formas da multidão não podem ser separadas. A esfera ontológica

²⁶² HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Empire, Twenty Years On: Rethinking Empire in the Age of Trump*. *New Left Review*.

²⁶³ AUGUSTÍN, Óscar. *From Global to Multi-Scalar Sovereignty: Intersectional Political Community as Resistance*. *Open Journal of Political Science*. v. 11, Dinamarca, p. 210.

²⁶⁴ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Multidão: guerra e democracia na era do Império*, p. 285.

²⁶⁵ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Multidão: guerra e democracia na era do Império*, p. 285.

precisa da determinação concreta, assim como a esfera histórica necessita de um pressuposto ontológico, sedimentações essas que já são de alguma maneira palpável: “Se a multidão não estivesse latente e implica em nosso ser social, não poderíamos sequer imaginá-la como projeto político; da mesma forma, só podemos esperar realiza-la hoje porque ela já existe como potência real”²⁶⁶. Dessa maneira, não se trata da explicitação de um movimento do conceito de classe até o conceito de multidão enquanto uma diretiva política, mas sim da exposição de uma maneira utilizada para nomear um processo que já está acontecendo, sendo perceptível através de diversas expressões sociais que impossibilitam a leitura da classe em termos tradicionais²⁶⁷.

2.5. Organização política e o problema da multidão enquanto sujeito

Rodrigo Nunes sublinha uma lúcida crítica apresentando enquanto premissa a diferenciação entre a multidão enquanto totalidade coletiva (Sujeito) e a multidão como totalidade distributiva (o plano da imanência), argumentando que, em últimas instâncias, a multidão que não é constituída enquanto Sujeito permanece não sendo capaz de expressar um poder auto-organizativo que seja verdadeiramente efetivo e, se assim o faz, acaba por adentrar um processo de implosão de sua composição conceitual²⁶⁸. Nesse caminho, alguns pontos sinalizados por Nunes podem ser utilizados enquanto base para explicitar de maneira mais direta a argumentação de Negri e Hardt concernente ao espectro de organização da multidão: primeiramente, conforme indicado na subseção anterior, os autores trabalham o conceito de multidão interligando a esfera política e ontológica e, sendo assim, tal percepção desemboca até a conclusão de uma temporalidade inusitada e dupla que a caracteriza: “sempre-já e ainda-não”²⁶⁹. A multidão é sempre-já porque já estão dados os requisitos, no plano da imanência²⁷⁰, das singularidades serem apreendidas através da

²⁶⁶ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Multidão: guerra e democracia na era do Império*, p. 286.

²⁶⁷ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Empire, Twenty Years On: Rethinking Empire in the Age of Trump*.

²⁶⁸ NUNES, Rodrigo. *Multidão e Organização: Plano ou Sujeito*. In: SANTIAGO, Homero; TIBLE, Jean; TELLES, Vera. *Negri no Trópico 23° 26' 14"*. Rio de Janeiro-São Paulo: Autonomia Literária, N-1 Edições e Editora da Cidade, 2017, pp. 135-136

²⁶⁹ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Multidão: guerra e democracia na era do Império*, p. 286.

²⁷⁰ Negri designa a palavra imanência enquanto significante de que “deste mundo, não há um *fora*. Que neste mundo existe apenas a possibilidade de viver (de se mover e de criar) *aqui dentro*. Que o ser no qual nós somos, e do qual não podemos nos liberar (porque somos feitos desse ser, e qualquer coisa que façamos nada mais é que um agir sobre, ou seja, um agir desse nosso ser), é um devir, não fechado, não prefigurado ou pré-formado, mas produzido”. (NEGRI, Antonio. *Políticas da imanência*,

multiplicidade que não se reduz às identidades. Já a multidão histórica, a ainda-não multidão, é representativa de “condições culturais, jurídicas, econômicas e políticas que hoje tornam possível a multidão. Esta segunda multidão é política [...]”²⁷¹.

A crítica realizada parece levar em conta a descrição do entrecruzar que Negri e Hardt realizam entre uma análise material e histórica da multidão e seus pressupostos ontológicos. Apesar disso, a conclusão sobre a existência de uma ambiguidade entre os descritos planos desemboca na descrição de um Sujeito político criado no próprio cenário imanente. Como ele descreve: “[...] neste gesto - ato de autocompreensão que a obra de Negri e Hardt pretende ao mesmo tempo promover e expressar – que a multidão se faz Sujeito do ponto de vista cognitivo, na medida em que é autoconsciente: multidão para si”²⁷². Essa concepção organizativa bloquearia o desenrolar constitutivo multitudinário, visto que estaria pressuposta uma externalidade que está distanciada e, dessa maneira, a organização dependeria necessariamente da capacidade de auto-organização da multidão. Os planos se chocariam, portanto, visto que é forjada uma barreira entre o imanente, aberto e múltiplo, e o plano constituído, fechado e externo²⁷³, sendo sua conclusão a de que “a consequência de fazer da multidão um Sujeito puramente ativo e virtuoso, fonte de toda criação, cuja corrupção viria sempre de fora, é transformar o poder constituído efetivamente num Fora, no Outro que a desnatura e desbloqueia”²⁷⁴, como se as estruturações resultantes do processo de constituição – o poder constituído - não fossem produzidas através do movimento multitudinário ou estivessem apartadas com relação à ele.

Para observar essa questão, vale lembrar que Negri explicita, a partir de Spinoza, a noção de democracia absoluta, a qual é caracterizada enquanto aberta, não sendo passível de limites e medidas. O conceito moderno de democracia, que se interliga até a perspectiva de uma soberania nacional e espaços geograficamente delimitados, é solapado também através de uma perspectiva que não se relaciona de nenhum modo ao espectro representativo, isto é, não se interliga a concepção de um corpo social unificado, designado enquanto povo, e o respectivo ato contratual que o constitui. Dessa maneira, qualitativamente a democracia absoluta designa o próprio

políticas da transcendência: ensaio popular. Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea. v. 4, n. 2, Brasília, 2017, p. 130).

²⁷¹ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Multidão: guerra e democracia na era do Império, p. 285.

²⁷² NUNES, Rodrigo. Multidão e Organização: Plano ou Sujeito. In: Negri no Trópico 23º 26’ 14”, p. 131.

²⁷³ NUNES, Rodrigo. Multidão e Organização: Plano ou Sujeito. In: Negri no Trópico 23º 26’ 14”, p. 133.

²⁷⁴ NUNES, Rodrigo. Multidão e Organização: Plano ou Sujeito. In: Negri no Trópico 23º 26’ 14”, p. 135.

processo de socialização ou metamorfose dos indivíduos em comunidade e, sendo assim, a noção de democracia absoluta não se define enquanto uma forma de governo possível, mas “como esquema de legitimação de todas as formas possíveis de organização política do social”²⁷⁵. É absoluta já que sedimenta a integralidade das formas políticas, sendo a multidão e sua multiplicidade aquilo que fornecerá a sustentação de qualquer tipo de governo, ao mesmo tempo em que sinaliza a descrição da democracia enquanto “uma metamorfose que não cessa, que não termina; ela afirma, sempre e a cada vez mais para o corpo coletivo, “*absolutum*”, potência [...]”²⁷⁶, trazendo à tona a definição democracia absoluta de Spinoza também enquanto a descrição de um não-governo. Não se trata, portanto, da descrição de uma democracia em seu sentido tradicional, mas do sublinhar da existência dos jogos que apontam até as diferentes direções, seja até a multiplicidade ou seja até a unidade, de maneira aberta, sinalizando as atividades sociais de transformação. Colocar as coisas dessa forma é afirmar que a multidão é sempre multiplicidade, sendo o eventual direcionar até a unidade visualizado como parte do desenrolar multitudinário que, em últimas instâncias, reforça seu caráter múltiplo:

O conceito de multidão dá um fechamento lógico à política espinosana, na medida em que não fecha nem sua dinâmica nem sua ideia. Isso significa que a multidão mostra conclusivamente o absoluto da política espinosana como abertura, como incapacidade de colocar freios e mistificações no processo do real. A política espinosana participa de uma verdadeira e própria revolução copernicana: a multidão é um infinito, e a sua potência é um contínuo movimento – um movimento infinito que constitui totalidade, mas que não se identifica nela a não ser como atualidade de uma passagem; não se fecha, mas se abre, produz e reproduz²⁷⁷.

Observa-se a impossibilidade de resolução da ambiguidade existente entre o plano da imanência e entre o plano do sujeito político. Negri diz explicitamente: “esse é o paradoxo central: aquele que se forma entra a natureza física, múltipla, inapreensível, e a natureza subjetiva, jurídica, criadora de direitos de constituição, da multidão. Tal relação é irresolúvel”²⁷⁸. Essa irresolubilidade é visualizada enquanto um dos aspectos que caracteriza profundamente a multidão, visto que “não, a relação entre absoluto e multidão, entre as duas versões da potência, não se fecha: uma

²⁷⁵ NEGRI, Antonio. *Espinosa subversivo e outros escritos*. Tradução: Herivelto Pereira de Souza. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016, p. 226.

²⁷⁶ NEGRI, Antonio. *Espinosa subversivo e outros escritos*, p. 226.

²⁷⁷ NEGRI, Antonio. *Espinosa subversivo e outros escritos*, pp. 66-67.

²⁷⁸ NEGRI, Antonio. *Espinosa subversivo e outros escritos*, p. 66.

impele em direção à unidade do político, a outra se funde em direção à multiplicidade dos sujeitos”²⁷⁹. Se trata de apontar para a abertura contínua de um paradoxo como sinalização de um risco absoluto que contempla, como efeito, uma riqueza absoluta, sendo tal postulação acompanhada por Paolo Virno, o qual é citado por Nunes em sua argumentação²⁸⁰, através de suas contribuições para o conceito de multidão e a respectiva ambivalência do termo, na medida em que designa a figura multitudinária enquanto algo que “não é um jardim de rosas”²⁸¹.

Nunes ao comentar o trecho “hoje estão emergindo as condições que tornam a multidão capaz de tomada de decisões e a soberania desnecessária”²⁸², sinalizando ainda que na descrição da dupla temporalidade multitudinária haveria implícita a postulação de um Sujeito político que se autocompreende, sendo “capaz de tomar as rédeas do processo de sua autoconstituição, orientando-o na direção de sua plena realização histórica e política”²⁸³, parece não levar em conta a descrição do desenvolvimento de uma democracia absoluta, mas a problemática se estende, isto é, não leva em conta a análise material do desenvolvimento histórico do trabalho biopolítico. Em outras palavras, dizer que a soberania se apresenta, cada vez mais, enquanto desnecessária, não é, como sinaliza Nunes, indicar um “futuro iminente onde a soberania tenha deixado por completo de existir”²⁸⁴, mas sim se trata de sinalizar até as novas formas através das quais a produção se apresenta na pós-modernidade. Revela-se uma abertura de possibilidade que emerge dentro do novo contexto contemporâneo de produção de subjetividades, não necessariamente a postulação de aniquilamentos, visto que isso seria contraditório com a própria descrição da democracia absoluta – é na apresentação desse contexto que Negri afirmará: “o caráter absoluto da democracia constitui uma síntese que atrai sua visão da política para aquilo que hoje chamaríamos de uma perspectiva essencialmente biopolítica”²⁸⁵ e, sendo assim, a expressão dos sedimentos os quais são capazes de expressar a base democracia absoluta devem ser lidos como imersos dentro do

²⁷⁹ NEGRI, Antonio. *Espinosa subversivo e outros escritos.*, p. 66.

²⁸⁰ NUNES, Rodrigo. *Multidão e Organização: Plano ou Sujeito.* Negri no Trópico 23º 26’ 14”, p. 133.

²⁸¹ VIRNO, Paolo. *Gramática de la multitud: para un análisis de las formas de vida contemporáneas*, p. 26. (Tradução livre).

²⁸² HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Multidão: guerra e democracia na era do Império*, p. 221.

²⁸³ NUNES, Rodrigo. *Multidão e Organização: Plano ou Sujeito.* In: *Negri no Trópico 23º 26’ 14”*, p. 131.

²⁸⁴ NUNES, Rodrigo. *Multidão e Organização: Plano ou Sujeito.* In: *Negri no Trópico 23º 26’ 14”*, p. 135.

²⁸⁵ NEGRI, Antonio. *Espinosa e Deleuze: o momento propício.* In: NEGRI, Antonio; VIEL, Jefferson. *Deleuze & Guattari: uma filosofia para o século XXI.* Tradução: Jefferson Viel. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019, p. 90.

contexto biopolítico, através do qual é possível sinalizar que as mais diversas criações expressam tendências, por exemplo, de um viés profundamente cooperativo.

Por último, Nunes comenta que na passagem até o plano histórico da multidão é possível visualizar “não mais apenas potência ou plano ontológico de constituição e organização, portanto, mas sujeito histórico e político autocompreendido e auto-organizado”²⁸⁶, na medida em que expressa os preços a serem pagos por Negri e Hardt ao tornarem a multidão um Sujeito, passando a multidão a ser compreendida enquanto um critério de avaliação no qual “para além da multiplicidade de perspectivas internas à multidão, efetivamente houvesse um ponto de vista onde seria possível totalizar o movimento histórico de modo a julgar, a sua luz, cada coisa que acontece”²⁸⁷, e se assim fosse, na medida em que seriam trabalhadas a autocompreensão e auto-organização, o conceito de multidão estaria em um flagrante processo de esfarelamento. Dizer que a multidão é um ponto de vista através do qual seria possível julgar os acontecimentos históricos, parece não levar em conta, novamente, que Negri e Hardt trabalham através da descrição de uma contemporaneidade biopolítica, a qual acaba por se expressar majoritariamente determinadas características e disposições. Dessa maneira, não se trata de julgar a história a partir da perspectiva multitudinária, mas sim apresentar o desenvolvimento da multidão enquanto produto do engendramento de um novo paradigma. Para mais, a eficácia política da multidão não depende da formatação de um indivíduo específico que é dotado de tais características, sendo essa concepção uma visão demasiadamente moderna e insuficiente para contemplar a composição multitudinária. Nesse caminho, existe uma impossibilidade frente às definições realizadas em relação aos indivíduos, na medida em que tais alegações pressupõe o “repousar sua definição em elementos metafísicos: em particular, qualquer elemento de autoconsciência é secundário com relação ao trabalho da multidão, ao produto das relações entre singularidades”²⁸⁸, sendo uma decisão política não a expressão de um corpo unitário, singular e autoconsciente, mas sim aquilo que emerge como “o produto do cruzamento dos corpos da multidão; é o clique dinâmico de toda produção inovadora da multidão”²⁸⁹, acrescentando que uma “decisão é o biopolítico que exprime sua

²⁸⁶ NUNES, Rodrigo. Multidão e Organização: Plano ou Sujeito. In: Negri no Trópico 23º 26’ 14”, p. 131.

²⁸⁷ NUNES, Rodrigo. Multidão e Organização: Plano ou Sujeito. In: Negri no Trópico 23º 26’ 14”. p. 132.

²⁸⁸ NEGRI, Antonio. Kairós, Alma Venus, Multidão: nove lições ensinadas a mim mesmo. p. 142.

²⁸⁹ NEGRI, Antonio. Kairós, Alma Venus, Multidão: nove lições ensinadas a mim mesmo. p. 195.

atividade, precipitando-se sobre a borda comum do ser”²⁹⁰. Hardt apresenta uma distinção entre ordem e organização, sendo ela um instrumento o qual pode ser utilizado para iluminar a relação estabelecida entre as formas de organização da multidão e suas respectivas características:

[...] pela ordem do ser, da verdade, ou da sociedade, entendo a estrutura imposta como necessária e eterna desde cima, de fora da cena material das forças; utilizo organização, por outro lado, para designar a coordenação e acumulação de encontros acidentais (no sentido filosófico, não necessário) e desenvolvimento desde baixo, do interior do campo imanente de forças. Em outras palavras, não concebo a organização como um projeto de desenvolvimento ou como a visão projetada de uma *avant-garde*, mas sim como uma criação imanente ou a composição de uma relação de consistência e coordenação²⁹¹.

Conclui-se que a multidão sinaliza para um processo produtivo que não poderia ser compactado em algum tipo de identidade, visto que ela não é um ser, mas um fazer diferencial - “através da produção de subjetividade, a própria multidão é a autora de seu perpétuo tornar-se outro, num processo ininterrupto de autotransformação coletiva”²⁹². No designar desse processo, a análise da multidão acaba por contemplar a existência de um diferencial, o qual pressupõe o reconhecimento da interiorização da produção comum e sua respectiva distribuição, sendo esses componentes não somente a tradução de uma organização social, mas também de uma organização política. A indicação da potência de produção alimentada através dos relacionamentos subjetivos, intempestivos e aleatórios são indicados enquanto efetivos na construção de novas realidades, as quais expressam, em seus substratos, dinâmicas organizacionais²⁹³. Em últimas instâncias, falar em organização da multidão é apontar para uma questão que emerge como micropolítica²⁹⁴, visto que a alternativa entre racional e irracional é eliminada, tanto quanto seus impasses, em favor da metamorfose resultante do cruzamento entre os corpos, acabando por indicar aquilo que poderá ser sinalizado como a criação de decisões políticas, tanto quanto é capaz de iluminar a existência de um espectro organizativo.

²⁹⁰ NEGRI, Antonio. Kairós, Alma Venus, Multidão: nove lições ensinadas a mim mesmo, p. 195.

²⁹¹ HARDT; Michael. Gilles Deleuze: um aprendizado em filosofia. Tradução de Sueli Cavendish. 1ª ed. Paulo: Editora 34, 1996, p. 17.

²⁹² HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Bem-estar comum, p. 197.

²⁹³ NEGRI, Antonio. Kairós, Alma Venus, Multidão: nove lições ensinadas a mim mesmo, pp. 156-157.

²⁹⁴ Negri define micropolítica enquanto expressão dos “corpos que se apresentam como pluralidade e relação (internas e externas a cada corpo) e como tensão continua que se determina entre partes e/ou totalidades de um corpo, e entre corpo e corpos”. (NEGRI, Antonio. Kairós, Alma Venus, Multidão: nove lições ensinadas a mim mesmo, p. 191).

*

Nesse capítulo objetivou-se apresentar a passagem de um cenário compreendido como fordista até o estabelecimento de um panorama pós-fordista, ou, poderíamos dizer, foi empreitada a substituição de perspectivas modernas até a emersão de uma compreensão pós-moderna do mundo, sendo tal apresentação concretizada majoritariamente através de uma inédita perspectiva interligada ao trabalho. Dessa maneira, é na emersão do conceito de trabalho imaterial, tanto como através do respectivo atravessamento concretizado pela concepção de trabalho biopolítico, o qual é caracterizado pela produtividade comum, que objetivou-se sinalizar para as novas formas através das quais o desenvolvimento da história é delineado. Isto é, em últimas instâncias, a descrição de um cenário biopolítico, tanto como o assinalar do comum como o novo modo de produção contemporânea, é capaz de desbloquear o conceito de trabalho e o entranhar, sobretudo, no processo de criação de subjetividades. Aquilo que é sublinhado acaba por ser uma perspectiva ontológica materialista, a qual baseia-se na vantagem das forças biopolíticas – as forças de produção de vida – na dinâmica antagônica existente entre o Império e a multidão. A multidão é sintetizada, nesse sentido, como a expressão das singularidades que produzem a vida em comum, sendo ela representativa de uma carne social viva que tem a capacidade de decidir e se organizar e, dessa maneira, sinaliza a possibilidade de construção de um futuro alternativo, ou seja, evidencia a indeterminação do mundo e dos indivíduos, acabando por apresentar uma potência de criação que é capaz de conduzir a história até um estágio que está além do Império. “E agora?”²⁹⁵, se questionam Negri e Hardt. Após iluminarem a formatação constante de novas formas de vida, sendo elas capazes de escaparem dos tentáculos imperiais, a questão é conduzida até um diferente patamar, visto que não se trata mais de pensar nas capacidades produtivas em si, mas sim como elas poderão ser engendradas com o objetivo de estimular e perpetuar projetos democráticos.

²⁹⁵ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Assembly, p. 355.

3. ASSEMBLEIA

Buscar-se-á, através desse capítulo, inicialmente, uma retomada das ideias apresentadas no trabalho, com o intuito de apresentar os substratos que permitem a descrição do Príncipe, como também seu respectivo devir-príncipe, os quais são expostos, majoritariamente, através de uma nova leitura concernente às ideias de riqueza e pobreza, sendo seu desenvolvimento intimamente relacionado até descrições que visualizam a multidão em seus desenrolares organizativos. Após uma abordagem inicial a respeito do Príncipe, será desenvolvido o cenário no qual é aberto a possibilidade de suas atuações serem concretizadas. Isto é, através da apresentação e a respectiva superação da dicotomia existente entre modernidade e antimodernidade, objetivar-se-á apresentar a noção de altermodernidade, sendo ela capaz de fornecer os instrumentos necessários para que seja possível pensar em uma nova concepção de reforma, como também de revolução, as quais se interligam a noção da multidão enquanto capaz de produzir contrapoderes – nesse sentido, ela adquire uma postura a qual se espelha às descrições do Príncipe.

No limiar da multidão que age como Príncipe, passam a serem apresentadas suas capacidades estratégicas, tanto como a necessidade de entrecruzamento entre elas: um Hermes, pela renda da singularização, um Dioniso pelo êxodo, o reformismo antagônico e a tomada do poder e, por último, um Hefesto, pelas armas que empunham o poder social. Perseguindo esse caminho, o objetivo passa a ser o de demonstrar que tais capacidades estratégicas da multidão, quando fortalecidas, são capazes de sustentar a subversão das concepções de liderança e estratégias até o enlaçamento de ambas enquanto lideranças táticas e estratégias multitudinárias, sendo essa nova abordagem sedimentada enquanto possível através de um desmantelamento do empreendedorismo neoliberal até o empreendedorismo multitudinário, o qual é capaz de sinalizar nitidamente para capacidade de criação e organização que transparece na atualidade produtiva, se espalhando pela amplitude do terreno social. Por último, o objetivo é realizar uma breve descrição concernente ao conceito de assembleia, o qual, ao sofrer um processo de desbloqueio, acaba por adquirir um sentido substancial, sendo capaz de sintetizar a amplitude do desenvolvimento teórico exposto durante a integralidade do presente trabalho.

3.1. O devir-príncipe da multidão: propriedade e pobreza

Em uma tentativa abrupta de retomada das ideias que foram descritas até esse capítulo, poderíamos dizer, primeiramente, que as novas formas de produção foram traduzidas enquanto uma carne social viva, a qual através de suas formatações monstruosas acaba por expressar a fluência criativa, aberta e múltipla, podendo tal dinâmica assumir determinadas estruturações que representam a compactação realizada através das intervenções do capital. Nesse limiar, o estudo da ontologia apresentada por Negri, a análise do ser enquanto ser desenvolvida pelo autor, é também representativa dos sedimentos da organização política multitudinária que trazem consigo o direcionar até o dualismo e o antagonismo²⁹⁶ forjados em relações irresolúveis e, por consequência, que acabam por sinalizar a movimentação constituinte que demarca os processos de desenvolvimento histórico²⁹⁷. Em outras palavras, as novas características do trabalho biopolítico acabam por empurrar a geração do antagonismo, que antes encontrava-se encarcerado na fábrica, até o terreno de produção de subjetividades, visto que agora o capital passa a ser obrigado a expropriar a vida em um sentido que é geral, sendo, a partir desses pressupostos, aberta a possibilidade de visualizar o seguinte cenário descrito por Negri e Hardt:

O poder capitalista controla drasticamente as novas figuras do trabalho vivo, mas pode apenas controlá-las de fora, já que não lhe é permitido permeá-la de forma disciplinar. Com isso a contradição da exploração é deslocada para um nível altíssimo, no qual o sujeito principalmente explorado (o sujeito técnico-científico, o ciborgue, o operário social) é reconhecido na sua subjetividade criativa, mas controlado na gestão da potência que exprime. E, desse ponto altíssimo de comando que a contradição recai sobre toda a sociedade. E é, portanto, com relação a esse ponto altíssimo de comando que todo horizonte social da exploração tende a se unificar, colocando dentro

²⁹⁶ Negri e Hardt concretizam o conceito de antagonismo através de suas leituras de Marx: “O antagonismo é o terceiro elemento do método marxiano que deveríamos seguir. Hoje, como sempre, a palavra exploração dá nome à constante experiência de antagonismo dos trabalhadores. A teoria da exploração deve revelar a violência estrutural diária do capital contra os trabalhadores, a qual dá origem a esse antagonismo e por sua vez funciona como base para que os trabalhadores se organizem e recusem o controle capitalista”. (HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Multidão: guerra e democracia na era do Império*, p. 198). Mandarini complementa a descrição concernente ao antagonismo, através de uma perspectiva operaísta, explicitando que se trata de uma relação que se dá a partir da “mediação do próprio capital, que visa desorganizar e recompor a organização operária de acordo com suas próprias exigências totalizantes; e a classe trabalhadora, que tenta desorganizar a arrematada capitalista da classe trabalhadora e promover sua própria forma organizacional dinâmica, antagônica e autônoma”. (Tradução livre) (MANDARINI, Matteo. *Antagonism, contradiction, time: Conflict and organization in Antonio Negri*. The Editorial Board of the *Sociological Review*. UK, outubro de 2005, p. 195).

²⁹⁷ NEGRI, Antonio. *Postoperaismo? no, operaismo*.

da relação antagonista todos os elementos de auto-valorização em todos os níveis que surgem²⁹⁸.

Nesse limiar de choque, como foi também observado, o desenvolvimento capitalista de financeirização, envolverá um movimento de extração das formas do comum, sejam elas o ar, a água, o solo, como também as informações, os afetos e os códigos e, dessa maneira, aquilo que é designado como comum nem sempre será encontrado enquanto evidente, visto que passa a ser submetidos aos regimes proprietários, sendo eles expressos em práticas de privatização, como também de estatização. Conforme Hardt e Negri diretamente apontam, as formas produtivas comuns estão cooptados por “normas e regras individualistas e privatistas que são incapazes de captar a nova realidade produtiva e são completamente externa às novas fontes comuns de valor”²⁹⁹. A descrição dessa externalidade, por certo, não se interligará ao sublinhar de forças que não estão em relação ou se integrando mutuamente, mas sim à tradução de um processo de automização produtiva com relação ao capital. Cada vez mais, torna-se nebuloso a anterior consolidada interdependência entre as formas de cooperação e do capital, na medida em que é iluminada uma dependência explícita: o capital necessita do trabalho biopolítico para que seja possível se sustentar, mas não é capaz de controlar o processo de produção conforme anteriores designações de regimes fordistas ou modernos, isto é, não interfere de maneira direta em seus processos organizativos. Essa transfiguração é resumida através da descrição de que “o um divide-se em dois”³⁰⁰, a qual é traduzida por Negri e Hardt ao anunciarem que estão “identificando a crescente incapacidade do capital de integrar a força de trabalho em seu interior e, com isto, assinalando a ruptura do conceito de capital em duas subjetividades antagônicas”³⁰¹.

É nesse sobrevoo da produção ontológica de subjetividades opostas e, principalmente, conflitantes, que é possível indicar que não se trata de uma luta

²⁹⁸ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Labor of Dionysus: a critique of the state-form*, p. 280. (Tradução livre).

²⁹⁹ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Declaração: isto não é um manifesto*. 2ª ed. São Paulo, N-1 Edições, 2014, p. 72.

³⁰⁰ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Bem-estar comum*, p. 323. Alexandre Mendes e Bruno Cava explicam a expressão afirmando que “o Um totaliza e estabiliza, o Dois começa a revolução. O ponto de partida das lutas está em se abrir para um processo de divisão, um Dois em ação. É preciso perceber divisões e assimetrias onde o Um se oferece como estanque, o Um é resultado de sínteses e apaziguamentos, uma produção do poder constituído”. (MENDES, Alexandre; CAVA, Bruno. *A constituição do comum: antagonismo, produção de subjetividade e crise no capitalismo*, p. 283).

³⁰¹ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Bem-estar comum*, pp. 323-324.

aleatória, mas sim uma batalha que é travada pela estabelecimento definitivo de autonomia da multidão com relação ao capital, ou, em outras palavras, se trata de um conflito pela plena produção das subjetividades, a qual só é possível se realizar de maneira eficiente se for estimulada “em seus próprios termos, à sua maneira, com seus próprios mecanismos de cooperação e comunicação”³⁰², em um movimento que não é identitário, mas que expressa um de vir-a-ser dos sujeitos. Dentro desse cenário, a investigação da potência da multidão e suas práticas, desembocam na concepção do “Príncipe”³⁰³ e seu respectivo “devir-príncipe”³⁰⁴, o qual é descrito por Negri e Hardt enquanto “o processo em que a multidão aprende a arte do autogoverno e inventa formas democráticas duradouras de organização social”³⁰⁵, que poderá ser vislumbrado enquanto realizável, justamente porque “todos compartilhados do comum e dele participamos”³⁰⁶. Nesse sentido, é possível expor um dos aspectos do projeto ético que caracteriza o descrito devir-príncipe: se trata de um projeto “que se escora inteiramente na imanência do processo decisório em seu interior”³⁰⁷, ou seja, uma concepção que desconstrói o estabelecimento das identidades enquanto fixas através do iluminar de uma relação não contraditória entre a multiplicidade e a singularidade, que em seu transpassar apresentam o devir-príncipe como a expressão das singularidades enquanto múltiplas e relacionais, conforme indica Hardt, “Como múltiplas coletividades e como múltiplas no tempo”³⁰⁸. Assim sendo, observa-se não

³⁰² HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Bem-estar comum, p. 324.

³⁰³ Negri e Hardt definem o Príncipe indicando que “por Príncipe, é claro, não entendemos um indivíduo, ou mesmo um partido ou conselho de liderança, mas a articulação política que entretece as diferentes formas de resistência e lutas por libertação na sociedade atual. Esse Príncipe, então, aparece como um enxame, uma multidão que se move de forma coesa e, tacitamente, porta uma ameaça”. (HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Assembly, p. xxii).

³⁰⁴ Esse conceito é formulado em íntimo diálogo com Deleuze e Guattari: “quem sabia que a imanência não pertencia senão a si mesma, e assim que ela era um plano percorrido pelos movimentos do infinito, preenchido pelas ordenadas intensivas, era Spinoza. Assim, ele é o príncipe dos filósofos”. (DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. O que é a filosofia?. Tradução: Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Munoz. 3ª ed. São Paulo: Editora 34, 2010, p. 66). Também, é nítida a influência de Maquiavel na formatação do conceito: “Principado é o princípio do poder, é a potência em ato. Sobretudo o principado novo, seu movimento, ou seja, o princípio de determinação da mutação, é o que interessa a Maquiavel. [...] O príncipe não pode ser outra coisa senão uma nova potência, um novo paradigma, uma diferença ontológica. [...] É um princípio constitutivo em ausência de fundação, um princípio heroico em um mundo sem divindades. (NEGRI, Antonio. O poder constituinte: ensaio sobre as alternativas da modernidade, pp. 52-53)

³⁰⁵ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Bem-estar comum, p. 8.

³⁰⁶ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Bem-estar comum, p. 8.

³⁰⁷ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Bem-estar comum, p. 13

³⁰⁸ HARDT, Michael; FITCH, Andy. Plural Experiments and Experiences. Talking to Michael Hardt. Los Angeles Review of Books. 30 de março de 2018. Disponível em: <https://blog.lareviewofbooks.org/interviews/plural-experiments-experiences-talking-michael-hardt/>. Acessado em: 10/06/2021).

apenas um desejo pelo escape das garras do capital em prol de uma produção mais eficaz, mas sim em um tensionamento constante das formas produtivas para que o vir-a-ser das subjetividades se transforme até abertura de possibilidade de ampliação da descrita autonomia – embate no qual a multidão sempre leva vantagem: sua existência para o capital é uma necessidade, sendo as interferências realizadas por ele movimentações que prejudicam o desenvolvimento daquilo que o sustenta e, dessa maneira, “não ousa enfrentar diretamente o que vem desde baixo”³⁰⁹. Além disso, as características multitudinárias envolvem, como também foi observado, uma impossibilidade de indicar e valorar corretamente os processos de produção, como também os produtos em si e, dessa maneira, os excedentes não passíveis de extração por parte do capital são constantes revelados, acabando a multidão – e sua criatividade - por serem incrementadas por fluxos que escapam com relação às tentativas insólitas de controle.

Por outro lado, o descrito projeto ético demonstra especificidades através das quais é possível visualizar a constituição do Príncipe, na medida em que tal conceito é descrito em sintonia com a perspectiva da pobreza, ou mais especificamente, da noção do pobre. Marx expressará que “no conceito de trabalhador livre já está implícito que ele é pobre [...] ele é simples capacidade de trabalho viva, ou seja, dotado das necessidades da vida. Estado de necessidade em todos os aspectos, sem existência objetiva como capacidade de trabalho para sua realização”³¹⁰. Em síntese, é identificado por Marx a capacidade de um trabalho vivo, inserida em um trabalhador que é livre, ou seja, que é pobre, visto que não está trocando sua capacidade de trabalho e, sendo assim, é considerado “pobre em potência”³¹¹. Conforme indicam Alexandre Mendes e Bruno Cava, essa descrição de um sujeito designado enquanto “pobre em potência” é subvertida por Negri e Hardt em seus argumentos concernentes às novas conjunturas, isto é, conforme foi sublinhado, as novas formas de produção pressupõem um desenvolvimento comunicativo que é ilimitado, sendo o pobre plenamente inserido dentro dos circuitos produtivos, como também mais

³⁰⁹ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Assembly*, p. 309.

³¹⁰ MARX, Karl. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*, p. 806.

³¹¹ MARX, Karl. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*, p. 807.

desprendido da propriedade, argumentação que desemboca na inversão da enunciação realizada por Marx através da visualização de uma “potência do pobre”³¹².

A indicada analogia é realizada na medida em que Hobbes, como também a generalidade do pensamento inglês do século XVII, são iluminados nas descrições de Hardt e Negri. Hobbes, como foi também observado anteriormente, alega que não é possível declarar a existência da multidão no âmbito político, visto que não foi reduzida ao espectro do povo, suas ações e vontades unitárias. Nesse sentido, como Macpherson sublinha, ao abordar temáticas relacionadas aos indivíduos e suas posses, que a teoria moderna do sujeito, que se apresenta conjuntamente com a ideologia capitalista, caracteriza-se pela propulsão do individualismo, sendo a propriedade o âmbito nevrálgico de sua fundamentação³¹³ e, assim sendo, é possível visualizar a aproximação realizada por Negri e Hardt da constituição do povo, cada vez mais, até a noção da propriedade. Em últimas instâncias, se observa a descrição de um povo que é proprietário e uma multidão que é pobre, ou, nas palavras dos autores, o povo é como “uma identidade exclusiva, cuja unidade e homogeneidade é garantida pela propriedade”³¹⁴ e a multidão “não é uma identidade [...] mas sim uma formação de todos os inseridos dentro dos mecanismos de produção social [...]”³¹⁵.

Já agora é fácil entender porque, da perspectiva do capital e da estrutura do poder global, todas essas classes são tão perigosas. [...] elas são perigosas, isto sim, porque não apenas os trabalhadores imateriais e industriais como também os agrícolas e até mesmo os pobres e migrantes estão incluídos como sujeitos ativos na produção biopolítica, sua mobilidade e sua partilha são uma ameaça constante de desestabilização das hierarquias e divisões globais de que depende o poder capitalista global. [...] essas classes perigosas estão permanentemente perturbando a constituição do ontológica Império: em cada interseção de linhas de criatividade ou fuga, as subjetividades sociais tornam-se mais híbridas, misturadas e miscigenadas, escapando ainda mais aos poderes fusionais de controle³¹⁶.

Em vista disso, a equivalência com os pobres é realizada através da constatação da conjuntura imperial enquanto predominantemente compactada dentro do espectro proprietário, conjuntamente com a descrição da multidão enquanto uma não propriedade, isto é, que se caracteriza por ser uma fonte diferencial de riqueza.

³¹² MENDES, Alexandre; CAVA, Bruno. A constituição do comum: antagonismo, produção de subjetividade e crise no capitalismo, p. 205.

³¹³ MACPHERSON, Crawford Brough. A teoria política do individualismo possessivo: de Hobbes até Locke. Tradução de Nelson Dantas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

³¹⁴ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Bem-estar comum, p. 62.

³¹⁵ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Bem-estar comum, p. 62.

³¹⁶ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Multidão: guerra e democracia na era do Império, pp. 185-186.

Não se trata apenas de sua designação enquanto agente que sinaliza para o amplo espectro de produção biopolítica, mas sim, antes de tudo, de uma caracterização que se relaciona com a potência e a abundância, visto que emerge enquanto a expressão dos meios cooperativos que são capazes de produzir o excedente comum sobre o qual as revoltas se sedimentam. Compreender afirmativamente, portanto, o enunciado “a privação pode gerar raiva, indignação e antagonismo, mas só a revolta só surge com base na riqueza, ou seja, um excedente de inteligência, experiência, conhecimento e desejo”³¹⁷, é sinalizar a multidão dos pobres enquanto uma ameaça efetiva aos espectros da propriedade. Enquanto a propriedade estimula e existência de subjetividades individuais e unificadas enquanto classe – reproduzindo uma fórmula de equilíbrio entre individualismo e interesses imperiais, acabando por se sustentar, por exemplo, na construção de espectros jurídicos – a pobreza multitudinária jamais é visualizada enquanto miséria ou carência, mas sim designa a produção de uma subjetividade alternativa, que faz frente as estruturações sociais constituídos através de características fundamentalmente proprietárias.

3.2. Entre a reforma e a revolução: pela instituição de contrapoderes

“O pretense realismo político das esquerdas oficial e socialista pôs o reformismo como único caminho razoável e eficaz”³¹⁸, anunciam Negri e Hardt, em uma tentativa de sinalizar que uma associação ao capitalismo, apesar de ser visualizado enquanto um intuito afável de determinados setores da esquerda, visto que objetivam criar melhores condições de trabalho, salário e bem-estar social, representa uma grande ilusão. Não se trata de falar contra as tentativas de reforma progressistas, mas, sobretudo, de indicar que as mudanças concernentes à produção social acabam por inviabilizar o conceito em suas formatações anteriores: primeiramente, pela utilização de determinadas reformas cooptadas para dentro do espectro neoliberal, movimento que acaba sendo a expressão da transferência do domínio exercido pelos Estados até as dimensões mercadológicas. A outra razão – e essa parece fundamentar a primeira – é a de que existe uma mudança, conforme amplamente trabalhado, com relação à composição da classe operária industrial, transição a qual não aparece acompanhada pelos espectros reformistas de esquerda,

³¹⁷ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Multidão: guerra e democracia na era do Império, p. 275.

³¹⁸ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Assembly, p. 331.

acabando por reproduzirem e fortalecerem o sistema capitalista. Dessa maneira, aquilo que emerge enquanto a proposta não é jamais uma volta às antigas perspectivas reformistas entendidas enquanto socialistas ou progressistas, mas sim um repensar das bases sob as quais uma reforma poderá se sustentar e, sendo assim, o próprio conceito de reforma acaba por exigir que lhe sejam atribuídos novos contornos, sendo tais perspectivas trabalhadas sem que exista um retorno à prevalente dicotomia entre reforma e revolução. Isto é, explicitar um cenário contemporâneo é explanar a necessidade de atualização de ambos conceitos, os quais serão reconstruídos e entrelaçados em diversas linhas de ação³¹⁹.

Nesse sentido, uma nova abordagem concernente à reforma, seja em um contexto revolucionário ou democrático, exigirá a constituição dos chamados contrapoderes, sendo eles sinalizados através do panorama da antimodernidade até a altermodernidade, o qual emerge “contra a história moderna dominante”³²⁰. Se trata, sobretudo, de reforçar algumas características que compõe o atual paradigma imperial, tanto no âmbito da dominação, quanto no espectro da resistência. Não há um campo exterior que contempla as movimentações as quais buscam estilizar perspectivas modernas em um direcionamento de fora para dentro, mas sim um reconhecimento de que as diferenças se entrelaçam, como também se afrontam, no interior da modernidade – são relações de poder, portanto, que acabam por revelar a resistência no âmago da dominação moderna³²¹. No limiar de uma adjacência, a história da antimodernidade é sinalizada, majoritariamente, através de três aspectos: tais resistências não objetivam uma volta ao pré-moderno ou algo considerado não moderno, mas sim indicam o terreno da resistência e liberdade, sendo esse, conforme observado no capítulo anterior, o espectro primordial das relações de poder modernas. Tal caracterização leva ao próximo ponto, isto é, a antimodernidade não é temporalmente exterior à modernidade, visto que não se trata de uma reação. De maneira contrária, é a modernidade que se estrutura para conter as alternativas que emanam das formas de produção. Nesse sentido, também não é possível apontar para uma externalidade geográfica da antimodernidade com relação à modernidade. Se as partes do mundo consideradas subordinadas estão marcadas pelo horizonte moderno, de mesma maneira os cenários entendidos enquanto dominantes são

³¹⁹ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Assembly*, pp. 331-332.

³²⁰ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Assembly*, p. 337.

³²¹ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Bem-estar comum*, p. 87.

incessantemente atravessados pelas rebeliões e movimentos de libertação³²². Para dar um passo além, sinalizam Negri e Hardt:

Altermodernidade tem uma relação diagonal com a modernidade. Assinala o conflito com as hierarquias da modernidade da mesma forma que as da antimodernidade, mas orienta as forças de resistência mais claramente para um terreno autônomo. [...] Com a expressão “altermodernidade”, pretendemos indicar um rompimento decisivo com a modernidade e a relação de poder que a define, pois, em nossa concepção, altermodernidade surge das tradições da antimodernidade – mas também se afasta da modernidade, estendendo-se além da oposição e da resistência³²³.

Nesse limiar, aquilo transparece enquanto exposto é a superação de uma dualidade entre a modernidade e a antimodernidade – uma passagem que deixa de ser definida pela oposição e torna-se essencialmente um caminho de ruptura e transformação³²⁴. Um dos maiores exemplos que contemplam a possibilidade dessa transição é sinalizado através dos movimentos e escritos que se relacionam ao indigenismo desenvolvido nas Américas e no Pacífico. Ao mesmo tempo em que os povos indígenas utilizam-se da afirmação de determinadas identidades e tradições enquanto estratégia de defesa que faz frente ao que poderá ser explicitado como tentativas de colonização, a “ideologia do multiculturalismo liberal, comum às sociedades coloniais [...] convoca ou mesmo obriga a apresentar uma identidade autêntica”³²⁵. Isto é, a perpetuação ou reestabelecimento dessas identidades legítimas, sua organização e modos sociais, nada mais é que do que a expressão de um enlace que não permite mover-se para além da oposição modernidade-antimodernidade, ao contrário, transparece como a reprodução da modernidade dentro do espectro da antimodernidade. Negri e Hardt, ao comentarem o trabalho da romancista Leslie Marmon Silko, contemplam o movimento de transformação dos povos originários que abala o descrito vértice e desemboca na superação do esguio espectro da mera resistência: “seus protagonistas nunca esquecem do passado [...] mas para manter a tradição viva [...] precisam estar constantemente criando de novo o mundo e, com isto, transformando a si mesmos”³²⁶. A altermodernidade aflora, portanto, como a constituição de alternativas, ou melhor enfatizando, como a construção de alternativas que se baseiam no comum – emerge enquanto questão

³²² HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Bem-estar comum, pp. 121-122.

³²³ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Bem-estar comum, p. 123.

³²⁴ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Bem-estar comum, p. 124.

³²⁵ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio, pp. 124-125.

³²⁶ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Bem-estar comum, p. 126.

cultural e civilizacional, mas é, antes de tudo, uma questão de produção e, sendo assim, o conceito de multidão é transversalmente reerguido: em um mundo de criação, metamorfose e mistura social, as especificidades das lutas não são diluídas, mas antes reposicionadas até um cenário caracterizado pela multiplicidade. Os movimentos considerados, através de seus aspectos de inovação, enquanto altermodernos “são deslocados por uma nova fisionomia de lutas que postula a multiplicidade como um elemento primordial do projeto político”³²⁷, desembocando em um cenário no qual “as cores estão constantemente mudando para formar novos e mais belos padrões, e mesmo se misturando para formar novas cores”³²⁸, sendo esse o sentido da história da altermodernidade como a história da constituição de contrapoderes que desagregam as fronteiras que dividem o mundo.

Em últimas instâncias, ao realizar uma abertura que vai além da modernidade e da antimodernidade, é possível superar as descrições anteriores concernentes à revolução e as reformas, visto que os contrapoderes, sobretudo, engendram, criam e reivindicam de maneira não soberana com relação ao poder. Em outras palavras, o conceito de revolução, que emerge como o oposto da ideia de reforma, sendo a expressão a qual deverá ser supostamente enaltecida já que sinaliza para o caminho que fornece os meios de verdadeiramente fazer frente ao espectro da dominação, é visualizado enquanto vazio, expressando nada mais do que uma relação da soberania contra soberania. Negri e Hardt traduzem tal perspectiva, anunciando que “precisamos construir uma revolução não soberana que se sobreponha e se misture à ação reformista – desde que por “reforma” compreendamos a instituição de contrapoderes”³²⁹. Se trata, dessa maneira, da expressão de reformas que visam um espectro revolucionário, isto é, um reformismo subversivo, o qual contempla a multiplicidade da vida e suas transformações, tanto quanto viabiliza a emersão de estratégias que se relacionam à valorização produtiva em geral. A multidão consiste na constituição de contrapoderes, nas formas de vida e instituições alternativas frente à soberania capitalista e, nesse movimento de construção, é possível vislumbrar a silhueta do Príncipe, ou, dizendo de outra maneira, como será exposto nas próximas subseções, é aberta a possibilidade da multidão agir como um novo Príncipe, na

³²⁷ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Bem-estar comum, p. 132.

³²⁸ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Bem-estar comum, p. 133.

³²⁹ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Assembly, p. 338.

medida em que os “produtores e reprodutores [...] desenvolvem projetos e exercem sua força contra os espaços de dominação desde o interior desses espaços”³³⁰.

3.3. O Príncipe e suas capacidades estratégicas: Hefesto, Dioniso e Hermes

Para Negri e Hardt, as descrições realizadas sobre as novas formas de cooperação que caracterizam o momento contemporâneo e, conseqüentemente, a postulação de um Príncipe que emana na atualidade produtiva e reprodutiva, são capazes de esboçar os contornos dos poderes que caracterizam e advêm da já descrita multidão, e, a partir dessas indicações, é possível pensar nas estratégias a serem agenciadas no terreno que compõe conjuntura biopolítica. Não se trata de dizer que o Príncipe representa a multidão, mas sim que a multidão passa a atuar da mesma maneira que o Príncipe, demonstrando sua capacidade de agir politicamente e, no final das contas, sua capacidade de criar um projeto democrático³³¹. Pensar no Príncipe, portanto, pressupõe perguntar “de que forma pode [a multidão] enxergar ao longe, construir contrapoderes capazes de combater as formas existentes de comando, mobilizar forças sociais em instituições duradouras e criar novas formas de vida”³³². Para Hardt e Negri, tais objetivos apenas passíveis de serem alcançados, como também garantidos ao longo da passagem do tempo, através do “estabelecimento das capacidades estratégicas da multidão”³³³, as quais são descritas através de três indicações realizadas em analogia à mitologia grega: trata-se da indicação de um Hefesto, aquele que poderá armar a multidão, um Dioniso, de três faces, que tem a capacidade governar o comum, como também de um Hermes, como quem cunha as moedas do comum. É no caminho pelo reconhecimento da complementariedade potencial dessas estratégias – sendo elas insuficientes se visualizadas de maneira individual - tanto como no vislumbrar dos sedimentos sob os quais tais entranhamentos podem ser descritos de maneira não tradicional, que será possível vislumbrar os esboços que podem levar até a chamada democracia multitudinária do comum, visto que o fortalecimento de tais capacidades é capaz de

³³⁰ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Assembly*, p. 339.

³³¹ HARDT, Michael; FITCH, Andy. *Plural Experiments and Experiences. Talking to Michael Hardt*. Los Angeles Review of Books.

³³² HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Assembly*, p. 355.

³³³ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Assembly*, p. 355.

sustentar, conforme será trabalhado na próxima subseção, a perspectiva das lideranças táticas e os movimentos que são considerados estratégicos.

Quando é observada a postulação de Hefesto, aquele que arma a multidão, é necessário sublinhar uma pergunta fundamental realizada pelos autores: “de quais armas a multidão precisa para se proteger?”³³⁴, visto que é nítido que “armas e bombas não protegem ninguém, sobretudo nos países dominantes”³³⁵. Nesse sentido, aquilo que está pressuposto é uma ampliação da concepção de arma, como também um deslocamento da própria questão inscrita – não se trata de apenas questionar sobre que outros tipos de armas podem ser utilizados pela multidão, mas sim interrogar sobre a própria finalidade desse armamento, já que insistir no uso de armas pela defesa dos indivíduos é a declaração de uma não observância, de maneira integral, concernente à potencialidade que uma nova concepção de arma poderá contemplar. Negri e Hardt descrevem que funcionalidade de uma arma pode ser apresentada pela indicação de duas direções: uma que é exterior, em direção ao inimigo, mas também há uma faceta que é interior, aquela que busca uma transformação dos sujeitos³³⁶. Dentro do quadro explicitado, fica nítido que a primeira direção, sendo indicativa de um cenário externo, só poderá encontrar concretude em um processo de transformação se for realizada através da segunda funcionalidade. Dizendo de outra forma, atacar um inimigo é, antes de tudo, uma atividade que só poderá ser eficaz se for realizada através dos desenrolares do âmbito que é interno, em um movimento de desenvolvimento de autonomia e, conseqüentemente, da intensificação da possibilidade de extrapolação de novas formas de vida que subvertem os comandos do Império. As verdadeiras armas, portanto, são aquelas que “nascem do poder social e político de nossa subjetividade coletiva”³³⁷, sendo tal perspectiva perseguida através de Deleuze e sua descrição sobre as linhas de fuga:

As linhas de fuga são o que há de criador em alguém. As linhas de fuga não são linhas que consistem em fugir – se bem que isso consiste em fugir, mas é a fórmula de que eu gosto muito, de um prisioneiro americano que lança o grito: “eu fujo, sem parar, mas fugindo procuro por uma arma”. Procuro por uma arma, ou seja, eu crio alguma coisa³³⁸.

³³⁴ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Assembly*, p. 356.

³³⁵ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Assembly*, p. 356.

³³⁶ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Assembly*, p. 356.

³³⁷ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Assembly*, p. 357.

³³⁸ DELEUZE, Gilles. Trechos selecionados da aula Anti-Édipo e outras reflexões. *Fractal: Revista de Psicologia*, n. 1, v. 28, Rio de Janeiro, janeiro-abril de 2016, p. 165.

É nesse sentido que pensar o uso de armas exclusivamente para a defesa não encontrará concretude na filosofia de Hardt e Negri, isto é, o armamento postulado pelos autores jamais será visualizado, de maneira primordial, como defensivo, ele é, antes de tudo, a expressão de uma ofensiva, sendo as estruturas capitalistas que se consolidam na contemporaneidade o sublinhar de uma tentativa de defesa que ainda objetiva, mesmo com os recursos cada vez mais limitados, conter as novas postulações produtivas e extrair aquilo que é necessário para manter sua sedimentação, contudo, o comum sempre vem antes, sendo “anterior a qualquer outra configuração social”³³⁹. Isso não significa, é claro, que o uso de armamentos tradicionais não seja visualizado enquanto necessário em algumas situações, necessidade essa que é compreendida por Negri e Hardt através da análise de algumas conjunturas específicas: “não temos nada além de admiração pela perícia militar e pela bravura dos soldados curdos em tal batalha”³⁴⁰, sendo esse comentário realizado na descrição da defesa da cidade de Kobanî, em Rojava, que estava sob ataques do Estado Islâmico. Apesar disso, o exemplo curdo é considerado um caso de vitória, não pelas tradicionais armas que eram portadas, ou até mesmo pelas incríveis habilidades através das quais os combatentes manejavam essas armas, mas sim, em primeiro lugar, pela subversão das antigas formas sociais, reveladas através da decomposição de usuais táticas de organização que se realizavam em campos nos quais o conflito direto se perpetuava, sendo essa sim uma transfiguração que é capaz de sinalizar os desenrolares que são biopolíticos³⁴¹.

A multidão, portanto, caracteriza-se como fugitiva, mas não se trata, como foi precisamente apresentado através de Deleuze, de uma pretensão de deslocamento até outros locais, mas sim da visualização da possibilidade de transformação das relações e dos sistemas sob os quais se vive, sendo ela indicativa, em últimas instâncias, de um processo inventivo que tem a capacidade de transbordar o comando capitalista - “o povo se faz Príncipe quando pega em armas”³⁴². Dessa maneira, a postulação dos deslocamentos, conjuntamente com os processos de construção, se

³³⁹ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Assembly*, p. 311.

³⁴⁰ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Assembly*, p. 358.

³⁴¹ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Assembly*, p. 358. Para relacionar as movimentações implementadas em Rojava, a atuação das mulheres curdas e a produtividade biopolítica, ver: NEVEN, Brecht; SCHÄFERS, Marlene. *Jineology: from women's struggle to social liberation*. ROAR. 25 de novembro de 2017. Disponível em: <https://roarmag.org/essays/jineology-kurdish-women-movement/>. Acessado em: 11/11/2021.

³⁴² NEGRI, Antonio. *O poder constituinte: ensaio sobre as alternativas da modernidade*, p.317.

traduzem como uma dinâmica de movimentações que só são passíveis de serem visualizadas de maneira relacional, sendo a fuga armada do sistema sempre uma escapatória conjunta com os pobres, como também a expressão de um processo de hibridização, na medida em que abre-se uma mobilidade pelo globo e as barreiras transcendentais são estilhaçadas³⁴³. Trata-se de apontar até procedimentos revelados enquanto componentes de um processo contínuo que transfigura os indivíduos e, conseqüentemente, a história, através de uma fatura ontológica, visto que “a produção de subjetividade não depende puramente de elementos de elevação de consciência, mas também de uma espécie de depósito ontológico, que acumula o ser social geologicamente, de modo sedimentar, camada sobre camada”³⁴⁴, sendo tal processo representativo das características da fuga criativa descrita por Deleuze. O primeiro nível ontológico, da imaginação, das paixões, da inteligência, os quais são inscritos no transpassar dos corpos e sinalizadores de um acúmulo realizado no ser, quando deslocados e observados no plano social acabam por sublinharem a existência de próteses criadoras, as quais sobredeterminam, de maneira criativa e relacional, o tecido ontológico de primeira instância³⁴⁵. De outro modo, acaba-se por explicitar a produtividade comum, seu desenvolvimento, pressupostos e produtos.

Já, ao abordar Dioniso, designa-se uma tarefa de governo que aparece em cena enquanto primordial à multidão que se comporta como Príncipe, isto é, seu empenho atual passa pela tomada de decisões que se relacionam à organização da sociedade. Para Negri e Hardt, assim como o Império detém sua gerência através de uma constituição mista e seu triplo imperativo, a multidão também deverá se sustentar através de três caminhos que se entrecruzam, ou seja, a partir de três estratégias que se encontram entrelaçadas, para que seja possível a constituição de um princípio de democracia absoluta, sendo elas: o êxodo, o reformismo antagônico e a chamada estratégia hegemônica. Primeiramente, o êxodo³⁴⁶ é a descrição de um processo no qual as instituições dominantes são negadas e, em um âmbito reduzido, novas

³⁴³ NEGRI, Antonio. Kairós, Alma Venus, Multidão: nove lições ensinadas a mim mesmo, pp. 230-231.

³⁴⁴ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Assembly, p. 311

³⁴⁵ NEGRI, Antonio. O poder constituinte: ensaio sobre as alternativas da modernidade, p. 336.

³⁴⁶ Em trabalhos anteriores, o êxodo é descrito de maneira alternativa, sendo visualizado de maneira mais ampla, podendo, inclusive, contemplar o objetivo do uso das três estratégias de Dioniso. Conforme designam Hardt e Negri: “O êxodo [...] não é uma recusa da produtividade da força de trabalho biopolítica, mas antes uma recusa dos empecilhos cada vez mais restritivos que o capital impõe às suas capacidades produtivas. É uma expressão das capacidades produtivas que excedem a relação com o capital, alcançada através da abertura da relação social do capital [...] transformando as relações de produção e o modo de organização social sob os quais se vive”. (HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Bem-estar comum, p. 175).

relações sociais são criadas, sendo tal movimentação eficaz para a criação de formas de vidas, visto que as instituições reinantes têm enquanto parcela de suas atuações a reprodução de determinadas relações sociais. Apesar disso, existem limitações expressas nessa abordagem estratégica, por exemplo, a dificuldade em criar relações alternativas quando se está cercado pelas reproduções dominantes, acabando, muitas vezes, por reproduzir moralismo e policiamento interno, como também por expressar uma ineficácia em afetar uma conjuntura considera exterior, sendo experiências engajadas de maneira limitada sem que se possa enfrentar a ordem imperial e constituir alternativas sociais de maneira ampla³⁴⁷.

Por outro lado, há o chamado reformismo antagônico, descrito em comparação com o reformismo social-democrático: “em contraste com o que poderíamos chamar de reformismo colaborativo, cuja função é meramente compensar as insuficiências do sistema corrente, atenuar os danos que causa, o reformismo antagônico visa transformações sociais mais fundamentais”³⁴⁸, sendo suas linhas sublinhadas através da designação de um amplo campo de atuação, indicadas, por exemplo, através de processos eleitorais e projetos jurídicos e institucionais que objetivam fazer frente às hierarquias estabelecidas e reestabelecidas pelo capital. Tais agenciamentos podem ser visualizados pelas tentativas de elevar a qualidade de vida das pessoas através de projetos de habitação, proteção à violência sexual, consolidação de direitos trabalhistas e programas que buscam oferecer segurança para os migrantes. Apesar disso, assim como a estratégia do êxodo, suas limitações são flagrantes, sendo as instituições dominantes não suscetíveis à amplas modificações, tanto pela sua própria maneira de estruturação, isto é, seus propósitos sedimentares, mas também pela suscetibilidade dos sujeitos que, através de uma via interna, objetivam a transformação dos arcabouços de poder, acabando por entrar em sintonia com o sistema imperial vigente³⁴⁹.

No sentido da estratégia hegemônica, aquela que objetiva tomar o poder e criar instituições para uma nova sociedade, o intuito é transformar a sociedade como um todo, não se interligando à primeira disposição descrita, na medida em que não divide o externo e o interno, como também não objetiva nenhum tipo de reforma das instituições, mas suas destituições integrais - se trata de tomar o poder, sendo essa

³⁴⁷ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Assembly*, p. 364.

³⁴⁸ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Assembly*, p. 364.

³⁴⁹ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Assembly*, p. 166.

captura um movimento integralmente distanciado de sua conseqüente reprodução em termos tradicionais. Em outras palavras, “tomar o poder requer transformar o poder”³⁵⁰ e, dessa maneira, o poder da multidão ou a democracia absoluta, são designações que jamais poderão ser relacionadas ao Estado. Apesar disso, a fragilidade dessa concepção também é visualizada, sendo a movimentação ela tomada de poder, mesmo que em uma escala nacional, significante uma resposta direta da estruturação de governança capitalista: o cerceamento dos Estados-dominantes e das forças não estatais que compõe a conjectura imperial prontamente minam as forças de poderes alternativos, sendo o resultado provável de tal empreitada resumida na indicação de que “mesmo aqueles que são bem-sucedidos em tomar o poder acabam por ter pouquíssimo poder em mãos”³⁵¹.

Por último, para que seja possível o surgimento de um Hermes, aquele que desenvolve a moeda do comum, pressupõe-se o sublinhar do comum enquanto o fundamento de uma organização social que pode ser visualizado enquanto alternativo ao capital e, sendo assim, nas palavras Baronian e Vercellone, dois autores que estão em íntimo diálogo com Negri e Hardt, “[...] a questão do status e modo de regulação do dinheiro torna-se inevitável”³⁵². Negri e Hardt avançam nesse caminho argumentado que, apesar de ser nítida, dentro das sociedades contemporâneas controladas pelas finanças, a violência que é exercida através do dinheiro, ele em si não é o problema: determinadas tendências relacionais estão estabelecidas, sendo os desenrolares monetários apenas seus sintomas. Dizendo de outra maneira, na atual conjuntura, o dinheiro é concebido e sustentado através das relações de propriedade e, nesse sentido, é necessário um desmantelamento da propriedade e a propulsão do comum para que seja possível realizar uma nova caracterização do dinheiro, isto é, para que ele seja usado em diferentes atribuições e demonstre novas finalidades³⁵³. Uma das propostas, novamente entrecruzada à Vercellone e Baronian, que é capaz de colocar os sujeitos mais próximos do dinheiro comum, é a exigência de uma renda básica universal, ou, para os autores mencionados, a criação de uma

³⁵⁰ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Assembly*, p. 367.

³⁵¹ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Assembly*, p. 367.

³⁵² BARONIAN, Laurent; VERCELLONE, Carlo. *Monnaie du commun et revenu social garanti*. OpenEdition Journals. 2015. Disponível em: <https://journals.openedition.org/teth/377?lang=en>. Acessado em : 27/04/2021). (Tradução livre).

³⁵³ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Assembly*, p. 371.

moeda que é comum³⁵⁴. De maneira sintética, o estabelecimento de uma renda básica é capaz de concretizar um movimento de separação entre a renda e o trabalho assalariado e, dessa maneira, aquilo que acaba por ser indiretamente reconhecido, como também remunerado, é a produção que é realizada na amplitude dos circuitos sociais, enfraquecendo assim a aliança entre a produção de riqueza e a perpetuação da propriedade.

Apesar dessa possível aproximação, Negri e Hardt argumentam que “um dinheiro de cooperação supera a renda básica garantida”³⁵⁵. Se a renda básica se relaciona até uma perspectiva, em grande medida, de afirmação de igualdade, uma produção comum é, como foi indicado anteriormente, uma expressão de singularidades que se relacionam, não sendo passível de serem contempladas por uma massificação das necessidades. O dinheiro da cooperação é a indicação da necessidade de fluxos monetários que consigam abarcar as múltiplas expressões que surgem através da constituição multitudinária. Nas palavras dos autores, “a questão, aqui, não é a renda, mas a alocação de recursos sociais para um planejamento democrático de futuro”³⁵⁶, planejamento esse que pressupõe a disponibilização do dinheiro para a sustentação da educação, transporte, comunicação, como também disponibilizado para a preservação da Terra em um sentido geral, isto é, sublinha-se um investimento que é social e planetário e, nesse sentido, tal proposta poderá ser entendida enquanto demasiadamente utópica e desconectada das esferas de possibilidade de ação. Assim como a designação das outras linhas estratégicas propostas para o enfrentamento do capital, trata-se de um exercício que aponta até uma realidade social e política que torna-se latente, como também indica possíveis formas de rearranjo dos fluxos produtivos – “em última análise, um dinheiro do comum somente integrará a ordem do dia quando as relações sociais do comum, que ele pode servir para institucionalizar, tiverem sido plenamente articuladas na prática”³⁵⁷.

3.4. Empreendedorismo: liderança tática e a estratégia multitudinária

³⁵⁴ BARONIAN, Laurent; VERCELLONE, Carlo. *Monnaie du commun et revenu social garanti*. OpenEdition Journals.

³⁵⁵ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Assembly*, p. 373.

³⁵⁶ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Assembly*, p. 374.

³⁵⁷ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Assembly*, p. 375.

Negri e Hardt, dentro de uma concepção moderna de organização das movimentações revolucionárias, designam a dicotomia entre aqueles que devem liderar e aqueles que devem seguir as orientações, sendo os primeiros os responsáveis pelo campo estratégico e o segundo grupo responsável pela aplicação do âmbito tático. Os líderes estrategistas são aqueles que têm como requisito “*enxergar ao longe, através de todo o campo social*”³⁵⁸, sendo tal aptidão realizada em variadas frentes: temporalmente, no sentido do planejamento ao longo prazo, como também perpassa a capacidade de concretizar o interesse geral e não suas ambições pessoais, e, por último, consegue indicar, através de sua posição privilegiada, a força e a vulnerabilidade do inimigo. Já os liderados ou seguidores táticos, caracterizam suas ações por “*agirem em interesse de um grupo específico e possuírem preocupações de curto prazo*”³⁵⁹. Tal tipificação se sustenta através de uma facilidade em reconhecer, de maneira temporal e espacial, os cenários nos quais suas atuações se concretizam, e, dessa forma, se tais seguidores táticos estiverem alinhados com relação ao designado campo estratégico, os arranjos de força revelam o potencial de concretizar planos que se apoiam na ideia de transfiguração do futuro.

Longe de simplesmente reproduzir o descrito arranjo, é através da análise das novas formas de produção que é possível encontrar os sedimentos para argumentar que as capacidades da liderança não são, como afirma o consenso, acessíveis apenas para um pequeno grupo, sendo possível visualizá-las, cada vez mais, enquanto generalizadas na amplitude de espectro social. Em outras palavras, aquilo que é proposto não é uma dissolução da polaridade existente entre esses dois campos, mas sim sua imediata inversão, isto é, a criação de movimentos estratégicos e lideranças que são meramente táticas³⁶⁰. Nesse sentido, agora a liderança deverá ser visualizada como algo que é passageiro, ocasional e variável, sendo ela uma

³⁵⁸ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Assembly, p. 23.

³⁵⁹ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Assembly, p. 23.

³⁶⁰ Segundo Negri e Hardt, esse tipo específico de movimentação já é passível de ser visualizada. Bruno Cava e Giuseppe Cocco sublinham, através da análise dos protestos de 2013 no Brasil, a afirmação de uma “*multidão do trabalho metropolitano que se apresenta e constitui como um sujeito capaz de produzir e afirmar- de maneira constituinte – outros valores [...]. O movimento de junho assinala que a nova composição social do Brasil é um terreno de luta aberto como alternativa radical, entre a sua homologação dentro dos valores exauridos do capital global, e a formação selvagem da nova composição do trabalho metropolitano. [...] de junho até hoje, essa potência selvagem está buscando inventar instituições do comum metropolitano [...].*” (CAVA, Bruno; COCCO, Giuseppe. Queremos tudo: as jornadas de junho e a constituição selvagem da multidão, 25/08. In: CAVA, Bruno. A multidão foi ao deserto: as manifestações no Brasil em 2013 (jun-out). São Paulo: Annablume, 2013, p. 78) (HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Assembly, pp. 27-28).

posição que se estabelece dentro das organizações e instituições multitudinárias, mas que se encontram em uma posição de subordinação - “seu funcionamento deve ser limitado a julgamentos táticos concernentes à forma de aplicação da estratégia social geral durante circunstâncias em mutação”³⁶¹. Apesar disso, para que tal panorama se estabeleça sem que exista a possibilidade de os líderes assumirem funções indevidas, é necessário que a multidão defenda sua posição e, para tanto, faz-se urgente que ela não só reconheça as suas capacidades estratégicas anteriormente mencionadas, mas também trabalhe no sentido dos seus respectivos desenvolvimentos.

Nesse limiar, surge a multidão enquanto estrategista, apresentando uma capacidade de organização ampla, sendo expressa pela possibilidade de participação da construção e implementação de projetos políticos, assim resumem Negri e Hardt: “as pessoas não precisam de uma linha partidária que informe e guie sua prática, pois têm potencial para reconhecer sua opressão e saber o que querem”³⁶². A organização entendida nesse prisma, não pode poderá ser passível de aproximação até a ideia de espontaneidade, visto que “a multidão não é um sujeito político espontâneo, mas um projeto de organização política, desse modo deslocando o debate do ser a multidão, para o fazer multidão”³⁶³. A atividade da produção da multidão já é a expressão de uma constituição organizativa política, sendo indicativa de conhecimentos que caracterizam a nova composição social, as experiências que são vividas e também as estruturas que são criadas nesse tipo de processo, sendo, dessa maneira, qualquer descrição de uma espontaneidade uma desconsideração de relações explicitamente constituintes³⁶⁴. Um embate de forças, portanto, sempre será pressuposto também entre a multidão estrategista e as lideranças táticas, choque o qual é capaz de revelar o empreendedorismo enquanto uma chave crucial para que sejam estabilizadas tais posições: “as redes de cooperação produtiva, a natureza social da produção e da reprodução e, mais ainda, as capacidades do empreendedorismo da multidão são fundamentos sólidos de poderes estratégicos”³⁶⁵, sendo a designação de um

³⁶¹ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Assembly, p. 29.

³⁶² HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Assembly, p. 30.

³⁶³ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Bem-estar comum, p. 194.

³⁶⁴ Tal argumentação é realizada em diálogo com Aldon Morris, o qual argumenta que a onda do “Southern sit-in movement”, concretizada no ano de 1960, “embora pareça ter se desenvolvido de maneira espontânea, descrita pela teoria do comportamento coletivo clássico, na verdade cresceu a partir de instituições e formas organizacionais pré-existentes. A disseminação das manifestações acompanhou as redes dessas relações pré-existentes”. (Tradução livre) (MORRIS, Aldon. Black Southern Student Sit-in Movement: an analysis of internal organization. American Sociological Review. vol. 46, n. 6, Washington, dezembro de 1981, p. 744).

³⁶⁵ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Assembly, p. 197.

empreendedorismo multitudinário aquilo que sinaliza para as capacidade de criação e organização cooperativa de formas de vidas alternativas – se trata de visualizar, de maneira direta, a descrita capacidade através de um caminho que contempla e relaciona a descrição do comum e do trabalho biopolítico.

Para afirmar tanto, é necessário desmistificar o relacionamento entre o neoliberalismo e o empreendedorismo, em uma tentativa de demonstrar que aquilo que é carente nas definições derivadas do empreendedorismo neoliberal é, justamente, as indicadas características da multidão. Pierre Dardot e Christian Laval, ao descrevem a sociedade neoliberal, tanto como uma cultura empresária que caracteriza a formatação de uma nova subjetividade, designam alguns dos fundamentos do empreendedorismo: “pode-se dizer que o primeiro mandamento da ética do empreendedor é “ajuda-te a ti mesmo” e que, nesse sentido, ela é a ética do *self-help*”³⁶⁶, e, posteriormente, descrevem que “o uso da palavra “empresa” não é uma simples metáfora, porque toda atividade do indivíduo é concebida como um *processo de valorização do eu*”³⁶⁷. Nesse sentido, a ideologia neoliberal é visualizada enquanto reprodutora de ideias que suscitam a necessidade de desenvolvimento de uma responsabilidade, cada vez mais, individual dos sujeitos, sendo essa atividade sublinhada como uma tentativa “de interpretar, conter e responder”³⁶⁸ às forças cooperativas multitudinárias. Dizendo de outro modo, através de falsas descrições a respeito das relações que sustentam a produção, é possível desembocar na incitação de um empreendedorismo, que é indicado de maneira individual, enquanto forma de fazer com que os sujeitos rompam as verdadeiras articulações que os caracterizam.

Pelo outro lado, seria necessário desvelar a diferença entre o chamado empreendedorismo social e as táticas neoliberais. Para Cook, Dodds e Mitchell, os quais estão em próximo diálogo com Negri e Hardt, o empreendedorismo social será definido como propostas de “[...] reconstrução do bem-estar através da construção de parcerias sociais entre os setores público, social e empresarial. Os principais aspectos dessa agenda incluem organizações sem fins lucrativos que realizam empreendimentos empresariais e a combinação de fundos de bem-estar do governo

³⁶⁶ DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução: Mariana Echalar. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 334.

³⁶⁷ DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal, p. 335.

³⁶⁸ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Assembly, p. 194.

sob o controle das comunidades locais”³⁶⁹, através da sedimentação de duas premissas que seriam falsas: primeiramente, haveria uma falha em designar quais são os aspectos que propulsionam o desemprego, como também uma fragilidade na indicação de insuficiência dos governos federais em garantir serviços de bem-estar e, em vista disso, acabam por serem propostas uma série de medidas são assinaladas enquanto “indistinguíveis do neoliberalismo”³⁷⁰. É através da argumentação a respeito da necessidade de preencher as lacunas de amparo social, que anteriormente eram preenchidas pelos Estados, que se poderá visualizar a reprodução da lógica neoliberal na medida em que, ao invés de existir um questionamento concernente à desigualdade das sociedades, como também da perpetuação da propriedade privada, apenas objetiva-se amenizar as manifestações do capitalismo em suas novas configurações³⁷¹. Em últimas instâncias, o empreendedorismo social articulado ao neoliberalismo, não apenas oculta as capacidades de produção e reprodução que emergem no tecido social, mas também trabalham enquanto possíveis estimulantes da mentalidade empresarial, por exemplo, no visualizar de empréstimos concedidos através de auxílios internacionais, movimentações filantrópicas e atividades de ONGs, que pouco alcançam os objetivos gerais de reduzir a pobreza e melhorar qualidade de vida, mas antes “destroem as redes comunitárias e os modos de cooperação autônomos que dão suporte à vida social”³⁷², cenários os quais se concretizam através da introdução da financeirização na vida dos sujeitos, desembocando em vidas que passam a serem marcadas pela perpetuação de dívidas de longa duração.

3.5. Assembleia: a liberdade de reunião da multidão

Pode-se dizer que duas indicações primordiais abrem o início do grande último trabalho de Negri e Hardt: “o título deste livro, *Assembly*, visa apreender o poder de se reunir e de agir politicamente em conjunto”³⁷³, sendo o conceito de assembleia

³⁶⁹ COOK, Beth; DODDS, Chris; MITCHELL, William. Social entrepreneurship: false premises and dangerous forebodings. *Australian Journal Of Social Issues*. v. 38, n. 1, Austrália, 2003, p. 57. (Tradução livre).

³⁷⁰ COOK, Beth; DODDS, Chris; MITCHELL, William. Social entrepreneurship: false premises and dangerous forebodings, p. 66. (Tradução livre).

³⁷¹ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Assembly*, p. 195.

³⁷² HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Assembly*, p. 196.

³⁷³ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Assembly*, p. xxii.

indicado enquanto “uma lente que nos permite reconhecer novas possibilidades políticas democráticas”³⁷⁴. Se trata, sobretudo, de uma sinalização que é realizada de antemão não apenas com relação aos caminhos pelos quais os autores pretendem percorrer durante a obra, mas também que transparece como o sublinhar incisivo do desenvolvimento teórico que os acompanhou até então e que, inclusive, permitiu que a concepção de uma assembleia fosse trabalhada em termos diferenciais. Em outras palavras, a noção sobre o que é uma assembleia irá sofrer, da mesma forma que o conceito de classe, uma necessidade de ser atingida por um processo de desbloqueio, sendo passível de ser trabalhada em um nível na qual é concebida de maneira expansiva, conforme expressamente é indicado: “hoje [...] a liberdade de reunião [freedom of assembly] está adquirindo um significado mais substancial”³⁷⁵.

Dessa maneira, falar em uma assembleia, nos termos de Negri e Hardt, não é designar assembleias gerais que tradicionalmente são construídas e exercidas em acampamentos ou ocupações, sendo esse tipo de assembleia apenas um dos indicativos da existência de um desejo pela liberdade de reunião³⁷⁶, isto é, de uma demanda por “direito à cooperação social, o direito de formar novas combinações e novos agenciamentos produtivos [productive assemblages]”³⁷⁷. Tal desejo, nesse sentido, acaba por expressar uma vasta complexidade de movimentações que são visualizadas na amplitude do terreno biopolítico, sendo tais desenrolares produtivos, como foi anteriormente comentado, aquilo que acabou por se transformar no sedimento do capitalismo contemporâneo e, dessa maneira, “esse direito social à reunião [social right to assembly] não é facilmente negado [...]”³⁷⁸ – no momento em que é sinalizado um desejo pela liberdade de reunião, que transparece não apenas

³⁷⁴ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Assembly*, p. xxiii.

³⁷⁵ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Assembly*, p. 387.

³⁷⁶ Vale ressaltar, conforme a indicação de Negri e Hardt, que a caracterização da assembleia é realizada em um diálogo muito próximo aos escritos de Judith Butler, a qual, ao comentar a liberdade de assembleia, sublinha que: “agir em conjunto não significa agir em conformidade; pode ser que as pessoas estejam se movendo ou falando em muitas direções diferentes ao mesmo tempo, até mesmo com objetivos opostos [...] as ações por meio das quais as pessoas se reúnem em assembleia e se afirmam com um povo podem ser verbalizadas ou representadas de outra maneira [...] temos que ser capazes de pensar nesses atos como uma ação plural, pressupondo uma pluralidade de corpos que representam os seus propósitos convergentes e divergentes de formas que não obedecem a um único tipo de ação ou se reduzem a um único tipo de afirmação. O que está em questão para nós e como a política muda quando a ideia dos direitos abstratos reivindicados vocalmente por indivíduos dá lugar a uma pluralidade de atores corporificados que representam suas reivindicações, algumas por meio da linguagem, e outras não”. (BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*, p. 174).

³⁷⁷ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Assembly*, p. 387.

³⁷⁸ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Assembly*, p. 387.

em ações que explicitamente se encontram no campo político, mas também naquilo em que é político, mas que permanece com essa característica anuviada, ou seja, nos circuitos gerais de produção social, aquilo que está sendo indicado é o motor do Império parasitário, o qual não poderá ser solapado, visto que tal empreitada seria o enunciado do próprio definhamento da progressão capitalista.

O capital hoje, precisa de subjetividades, depende delas. Está acorrentando, portanto, e paradoxalmente, àquilo que o solapa, já que qualquer forma de resistência e de afirmação da liberdade do povo dependem inteiramente do poder da inventividade subjetiva, sua multiplicidade singular, sua capacidade de (por meio das diferenças) de produzir o comum. Sem o comum, o capital não pode existir e, no entanto, o comum multiplica infinitamente as possibilidades de conflito, resistência e reapropriação – um paradoxo delicioso de uma era finalmente capaz de se desvencilhar dos andrajões da modernidade.³⁷⁹

A liberdade de reunião, deste modo, é algo que jamais foi e jamais poderia ter sido concedido às pessoas, seja pelos representantes ou através de soberanos instituídos: “é uma conquista dos próprios constituintes”³⁸⁰, afirmam Negri e Hardt, justamente, porque o reunir-se [assembly] denota, antes de tudo, os modos de produção comum, sendo a instância através da qual é possível expressar as alternativas que tem potencialidade de tomar o poder de modo diverso, baseando-se na cooperação social produtiva, na medida em que expressa inéditos agenciamentos de maneira constante. O chamado à assembleia [assembly] é “mais que um imperativo normativo, tal virtude é uma ética ativa, isto é, um processo constitutivo [...]”³⁸¹, sendo, em últimas instâncias, possível a constatação de um processo que já está em vigor, podendo ser observado através das análises que demarcam a descrição de um trabalho que é entendido agora enquanto biopolítico. Nesse sentido, é possível visualizar

[...] a existência do coração pulsante da ontologia plural. Um pluralismo de subjetividades - modelos múltiplos de temporalidade e ampla variedade nos modos de luta, que emerge de diferentes tradições e expressam diferentes objetivos – formam conjuntamente um poderoso enxame, ao qual uma lógica cooperativa confere coesão.³⁸²

Tal coração pulsante tem o intuito de criar um modelo de democracia absoluta que é pressuposta enquanto constituinte, isto é, indica-se uma demanda de espaço

³⁷⁹ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Assembly, p. 42.

³⁸⁰ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Assembly, p. 389.

³⁸¹ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Assembly, p. 389.

³⁸² HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Assembly, p. 95.

no qual as diferenças possam se comunicar de maneira livre e, conseqüentemente, tenham a possibilidade de se organizar de maneira ampla e irrestrita, sendo assim instigados movimentos de criação, de maneira conjunta, de instituições sociais que são duradouras, as quais detêm a capacidade de perpetuar no tempo as descritas demandas. Dizendo de outra maneira, se “damos o nome de multidão ao agente dessa ontologia plural”³⁸³, a multidão é “compreendida como projeto político, é a articulação entre a ontologia social plural e a possibilidade da verdadeira democracia”³⁸⁴, a qual deverá ser entendida como a expressão dos poderes que emanam da vida, sendo ela, na medida em que é interligada necessariamente até um processo constituinte, o assinalamento último de uma ontologia constitutiva. Charles Wolfe, ao comentar a perspectiva ontológica de Hardt e Negri, designa que “essa ontologia é algo político e, na medida em que é "constitutiva", participa de um processo incessante, não apenas de refazer o real, mas também de nós mesmos, uma vez que carecemos de qualquer essência metafísica imutável. [...]”³⁸⁵.

Assim sendo, a subjetividade singular, se visualizada em suas capacidades produtivas concretizadas em cooperação, passa a ser entendida ela mesma como expressão de um poder constituinte fundamentalmente político e democrático. Não é necessário que exista um âmbito externo que legitime tal processo, visto que as singularidades humanas não são entendidas como limitadas ou prescritas em suas atuações, como também não há um bloqueio com relação à suas capacidades relacionais. Nas palavras de Negri, tal processo “[...] é uma democracia, então, sem fundamento, sem lógica ou real limite, sem teleologia. O Um é realmente a multidão e a vida da multidão é a democracia”³⁸⁶. A produção constituinte da multidão expressa, portanto, demandas imediatas de recusa concernente às articulações da modernidade, sendo indicativa de organizações que se realizam sem a necessidade de uma hierarquia e, sendo assim, sinaliza para a necessidade de criação de instituições que não sejam centralizadas, mas sim que se baseiam na construção socializada que é realizada de maneira emancipada com relação ao poder já

³⁸³ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Assembly*, p. 95.

³⁸⁴ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Assembly*, p. 95.

³⁸⁵ WOLFE, Charles. *Antonio Negri's Ontology of Empire and Multitude*. Janeiro de 2011, p. 124. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/291795302_Antonio_negri's_ontology_of_empire_and_multitude. Acessado em: 27/07/2021. (Tradução livre).

³⁸⁶ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Labor of Dionysus: a critique of the state-form*, p. 310. (Tradução livre).

constituído. Dispensando a dualidade da soberania e se apoiando essencialmente na multiplicidade social, a multidão se expressa nos atos de reunião.

*

Torna-se nítido que a concepção de assembleia busca engendrar a multidão e o comum dentro, contra e além, do cenário o qual é sinalizado através das descrições concernentes ao surgimento do Império. Em outras palavras, a assembleia é a expressão da multidão, e sua produtividade comum, enquanto articuladas em um nível alternativo de atuação, isto é, que se apresentam enquanto indicativas do surgimento de um novo Príncipe, visto que detém a capacidade de agir politicamente - governar e inventar formas democráticas de organização que sejam duradouras³⁸⁷. Tal caminho de possibilidade é aberto por Negri e Hardt através da compreensão de um empreendedorismo da multidão, o qual desvinculado de uma noção neoliberal individualista, aponta até a capacidade da produção das singularidades em conjunto. Uma nova versão do empreendedorismo acaba por indicar a possibilidade de criação e organização cooperativa das diferentes formas de vida e, sendo assim, passa a ser possível uma inversão de tradicionais articulações entre lideranças e movimentos: lideranças agora são concebidas como táticas, isto é, momentâneas, já os movimentos são visualizados como estratégicos, visto que conhecem a realidade social e são capazes de anunciar a maneira como querem viver. Tal proposta somente contemplaria uma real capacidade de perpetuação se forem fortalecidas as descritas capacidades estratégicas que advém da multidão, sendo elas sinalizadas através das representações de Hefesto, Dioniso e Hermes, os quais em seu engendramento, propõe um descarte da antiga dualidade entre as concepções de reforma e revolução, em favor da emersão de reformas consideradas subversivas, visto que enaltecem as estratégias que objetivam valorizar a multiplicidade da vida e demonstram o caminho que desemboca na constituição de contrapoderes efetivos.

³⁸⁷ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Bem-estar comum, p. 8.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi observado, a problemática do presente trabalho baseia-se na possibilidade de apresentar a chamada “ontologia plural da política”³⁸⁸ desenvolvida por Antonio Negri, tendo como justificativa a urgente necessidade de investigar o conceito de comum e a produtividade que o caracteriza, sendo circunscrito enquanto indeclinável a demanda concernente ao entendimento da fabricação de novas formas de existência que se realizam na contemporaneidade. O caminho traçado pressupôs, portanto, a necessidade primordial de apresentação de quatro conceitos, o Império, a multidão, o comum e a assembleia, sendo essas exposições representativas dos objetivos específicos que atravessaram o desenvolvimento dessa pesquisa. Tal esforço forneceu a sedimentação para a concretização do objetivo geral do trabalho, isto é, proporcionou os substratos necessários para descrição da ontologia plural da política: perpassando um cenário político descrito enquanto demarcado pela relação que se estabelece entre dois tipos de forças antagônicas, aquelas que buscam dominar e as que permanecem em fuga com relação ao controle, foi possível corroborar que as forças em êxodo transparecem por serem o elemento último de caracterização da política, visto que sua trajetória define os rumos a serem percorridos pelas estruturas parasitárias. Na definição de política, desta maneira, observa-se a produção contínua das singularidades em cooperação enquanto enaltecidas em sua primazia – é o monstro, conforme indicam Negri e Hardt, o qual é capaz de criar alternativas realidades através do engajamento em um embate que objetiva implodir as compactações propulsionadas pelas relações capitalistas. Tal dinâmica, em últimas instâncias, é representada no sublinhar do convívio estabelecido entre o biopoder imperial, a multidão e a biopolítica do comum, os quais, através de uma perspectiva ontológica materialista, expressam os processos de produção de subjetividade enquanto marcados pela subsunção cognitiva, a financeirização, a governança transnacional, mas, antes de tudo, sublinhados pela capacidade de criação aberta e expansiva do ser, a qual é sintetizada pelos autores enquanto plural.

A confiança que Negri e Hardt anunciam sobre a ontologia plural da política é uma confiança na capacidade de criação dos indivíduos que não aparece enquanto passível de repressão integral por nenhum tipo de segmentarização. O movimento

³⁸⁸ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Assembly*, p. 93.

constante e a ininterrupta transformação dos desenrolares de produção instigaram a estruturação de um cenário contemporâneo caracterizado pela existência do Império, o qual foi caracterizado amplamente no primeiro capítulo do presente trabalho, mas não se trata de momento que está estabilizado, ao contrário, é um panorama – como todos os outros – determinado pela abertura de possibilidades. Nesse sentido, enfatizam Giuseppe Cocco e Adriano Pilatti, através de suas análises de Negri, que é sempre possível sinalizar uma síntese na história do capital, mas não há síntese na história da potência³⁸⁹. Conforme foi reiterado no segundo capítulo, é isso que os autores tentam reivindicar através, primeiramente, do conceito de trabalho imaterial e, posteriormente, pela elucidação do trabalho biopolítico e sua integração ao modo de produção comum, os quais em seus desdobramentos acabam por apresentar o poder imperial enquanto a formatação de uma estrutura capitalista que em suas transformações intenta o acompanhar dos desenrolares de produção, acabando por ser caracterizada pelas constituições atrasadas e enfraquecidas pela escassez de suas próprias especificidades. Dessa maneira, reluz uma tendência socializada e cooperativa da produção de vida, a qual é capaz de fornecer os substratos para a confecção coletiva de um novo momento que caracterize a história – “podemos apostar na ruptura da relação do capital e construir politicamente sobre a emergente autonomia do trabalho biopolítico”³⁹⁰, isto é, transparece enquanto possível a aposta pela constituição e estabelecimento de novas maneiras de se relacionar, sobretudo, em uma paisagem biopolítica que apresenta tendências firmes, as quais, baseadas em redes de cooperação e socialização, são evidenciadas a partir do compartilhar cada vez mais estreito da vida social.

No limiar de um projeto que está em explícito andamento, Negri, ainda conjuntamente com Hardt, questiona de maneira peremptória, na abertura de sua última obra conduzida até o público, “porque os movimentos, que contemplam as necessidades e os desejos de tantos, não foram capazes de alcançar mudanças duradouras e de criar uma nova sociedade [...]”³⁹¹. A final proposta engajada pelos autores até então, como é possível observar no terceiro capítulo desse trabalho, manifesta-se enquanto articulada pela necessidade de afastamento de um roteiro

³⁸⁹ NEGRI, Antonio. O poder constituinte: ensaio sobre as alternativas da modernidade, p. xviii.

³⁹⁰ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Bem-estar comum, p. 174.

³⁹¹ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Assembly, p. xiii.

repetitivo e familiar, sendo ele traduzido pela circularidade que é exposta entre o sentimento de insatisfação dos indivíduos, os movimentos de insurreição e o acompanhamento de tal processo pela articulação do capitalismo. Para Negri, a ultrapassagem definitiva desse limiar depende de uma organização política do ser que estimule transformações sociais que são duradouras e, sendo dessa maneira, é necessário um saborear implicado dos processos de experimentação para que, eventualmente, sejam desenvolvidas as capacidades de articulação da produtividade até diferentes direções, sendo esse o instigar proposto pelo conceito de assembleia.

Para além da descrição da produção socializada das atividades biopolíticas, o sublinhar de suas ilimitadas potências inventivas, como também do respectivo relacionamento que é estabelecido em alinhamento com o Império, a assembleia indica os processos de articulação e tradução que devem ser realizados a partir das colisões que advém do conflito entre as forças. A investigação dos poderes que emergem da multidão desemboca no apontamento das aptidões estratégicas multitudinárias para agir e pleitear suas demandas no terreno contemporâneo. Constituir-se como um novo Príncipe, armando a multidão, governando o comum e cunhando sua moeda singular, emerge enquanto o rascunho de possíveis linhas de ação que intentam por uma alternativa mobilização das energias sociais. Em últimas instâncias, através de uma dinâmica de chamados e respostas, na qual a resposta não silencia o chamado, mas sim é significante de uma incrementação comum, o “portulano”³⁹² é desenhado com proposito de sinalizar até a riqueza social, a possibilidade da concretização de inéditos formatos de organização subjetiva e a efetivação de instituições democráticas. Apesar disso, “ainda não vimos o que é possível quando a multidão se reúne”³⁹³, anunciam Negri e Hardt.

Finalmente, transparece enquanto importante ressaltar que a teorização realizada por Negri, a qual é explicitada na amplitude dessa pesquisa, “não é um manifesto”³⁹⁴. A análise concernente às novas articulações esmiuçadas pelo autor, sendo elas sinalizadoras do relacionamento que se estabeleceu entre as transformações do capitalismo contemporâneo e a multidão e sua produtividade comum, busca desvelar os novos princípios e verdades que são expostos desde baixo pela produção social, como também objetiva refletir como tais declarações podem

³⁹² HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Assembly*, p. 378.

³⁹³ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Assembly*, p. 389.

³⁹⁴ HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Declaração: isto não é um manifesto*.

servir de base para que sejam engendrados inusitados modelos societários. Ademais, tal empreitada jamais é considerada enquanto executada de maneira solitária. Negri, para além de Hardt, direta e indiretamente, apresenta-se em parceria com diversos autores, como por exemplo Guattari, Deleuze, Foucault, Marx e Butler, os quais foram citados no decorrer dessa pesquisa – as considerações realizadas por Negri, assim como as investigações de seus companheiros, são expressivas de processos enlaçados, os quais, sempre em um sentido que destaca a produção comum, são realizados de maneira cooperativa, socializada e aberta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. Homo Sacer. O poder soberano e a vida nua I. Tradução: Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

ALTAMIRA, César. Os marxismos do novo século. Tradução: Leonora Corsini. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

ANTUNES, Mario; VIEL, Jefferson. Apresentação. In: NEGRI, Antonio; GUATTARI, Félix. As verdades nômade: por novos espaços de liberdade. Tradução: Mario Antunes Marino e Jefferson Viel. São Paulo: Autonomia Literária e Editora Filosófica Politeia, 2017, pp. ix-xxiii.

ARRIGHI, Giovanni. Adam Smith in Beijing: lineages of the twent-first century. Londres: Verso, 2007.

AUGUSTÍN, Óscar. From Global to Multi-Scalar Sovereignty: Intersectional Political Community as Resistance. Open Journal of Political Science. v. 11, pp. 193-214, Dinamarca.

AUGUSTÍN, Óscar. Populism and “Empire”: the impossibility of sovereignty. Sul Global. v. 2, n. 1, pp. 30-49, Rio de Janeiro, 2021.

BARONIAN, Laurent; VERCELLONE, Carlo. Monnaie du commun et revenu social garanti. OpenEdition Journals. 2015. Disponível em: <https://journals.openedition.org/teth/377?lang=en>.

BUTLER, Judith. Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia. Tradução: Fernanda Siqueira Miguens. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto? Tradução: Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CAMARGO, Sílvio. Considerações sobre o conceito de trabalho imaterial. Pensamento Plural, n. 9, pp. 37-56, Pelotas, julho/dezembro de 2011.

CAVA, Bruno; COCCO, Giuseppe. Queremos tudo: as jornadas de junho e a constituição selvagem da multidão, 25/08. In: CAVA, Bruno. A multidão foi ao deserto: as manifestações no Brasil em 2013 (jun-out). São Paulo: Annablume, 2013. pp. 67-82.

CAVALLERO, Luci; GAGO, Verónica. Uma leitura feminista da dívida. Porto Alegre: Criação Humana, 2019.

CHIGNOLA, Sandro. Foucault além de Foucault: uma política da filosofia. Tradução: Augusto Jobim do Amaral, Evandro Pontel, André Rocha Sampaio. Porto Alegre: Criação Humana, 2020.

CHIGNOLA, Sandro. A vida, o trabalho, a linguagem: biopolítica e biocapitalismo. Cadernos IHUideas. v. 13, n. 228, pp. 3-19, São Leopoldo, 2015.

CLAUSEWITZ, Carl Von. Da guerra. Tradução: Luiz Carlos Nascimento e Silva do Valle. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

COCCO, Giuseppe. Introdução. In: LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antonio. Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade. Tradução de Mônica Jesus. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. pp. 7-23.

COCCO, Giuseppe; MARTINEZ, Jeudiel. "... A nombre de la libertad...": latinoamérica ante la dinastía Jeffersoniana. Sul Global. v. 2, n. 1, pp. 70-110, Rio de Janeiro, 2021.
COOK, Beth; DODDS, Chris; MITCHELL, William. Social entrepreneurship: false premises and dangerous forebodings. Australian Journal Of Social Issues. v. 38, n. 1, pp. 57-72, Austrália, 2003.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução: Mariana Echalar. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELEUZE, Gilles. Post-Scriptum sobre as sociedades de controle. In: DELEUZE, Gilles. Conversações (1972-1990). Tradução: Peter Pál Pelbart. 3ª ed. São Paulo: Editora 34, 2013. pp. 223-230.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Mil Platôs – capitalismo e esquizofrenia, vol. 4. Tradução de Suely Rolnik. São Paulo: Ed. 54, 1997.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. O que é a filosofia?. Tradução: Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Munoz. 3ª ed. São Paulo: Editora 34, 2010.

DELEUZE, Gilles; NEGRI, Antonio. Controle e devir. In: DELEUZE, Gilles. Conversações (1972-1990). Tradução: Peter Pál Pelbart. 3ª ed. São Paulo: Editora 34, 2013. pp. 213-222.

DYER-WHITEFORD, Nick. Cyber-Negri: General Intellect and Immaterial Labor. In: MURPHY, Timothy; MUSTAPHA, Abdul-Karim. (Eds.), Resistance in Practice: The Philosophy of Antonio Negri. London: Pluto Press, 2005. pp. 136-162.

ESPOSITO, Roberto. Bíos: Biopolítica e filosofia. Portugal: EDIÇÕES 70, 2004.

FOUCAULT, Michel. Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976). Tradução: Maria Ermantina Galvão. 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. História da loucura na Idade Clássica. Tradução: José Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Editora Perspectiva, 2013.

FOUCAULT, Michel. Michel Foucault, uma entrevista: sexo, poder e a política de identidade. Revista Verve, n. 5, pp. 260-277, São Paulo, julho/dezembro de 2004.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW; Paul. Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. 1ª ed. Tradução: Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Tradução: Raquel Ramallete. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

GAGO, Verónica. Financialization of popular life and the extractive operations of capital: a perspective from Argentina. South Atlantic Quarterly. v. 114, n. 1, pp. 11-28, Durham, 1 de janeiro de 2015.

GAGO, Verónica; MEZZADRA, Sandro. Para una crítica de las operaciones extractivas del capital: patrón de acumulación y luchas sociales em el tempo de la financiarización. Nueva Sociedad. n. 255, pp. 38-52, Argentina, janeiro/fevereiro de 2015.

GROSGOUEL, Ramón. Del imperialismo de Lenin al Imperio de Hardt y Negri: “fases superiores” del Eurocentrismo. Universitas humanística. n. 65, pp. 15-26, Colômbia, junho/julho de 2008.

GROZ, André. O Imaterial: conhecimento, valor e capital. Tradução: Celso Azzan Jr. São Paulo: Annablume, 2005.

GUATTARI, Félix. Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

HARDT, Michael. Empire: twenty years on. Youtube, 28 de maio de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fsLnNbPRvOo>.

HARDT, Michael; FITCH, Andy. Plural Experiments and Experiences. Talking to Michael Hardt. Los Angeles Review of Books. 30 de março de 2018. Disponível em: <https://blog.lareviewofbooks.org/interviews/plural-experiments-experiences-talking-michael-hardt/>.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Assembly. Tradução: Lucas Carpinelli e Jefferson Viel. 1ª ed. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2018.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Bem-estar comum. Tradução: Clóvis Marques. 4ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2016.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Declaração: isto não é um manifesto. 2ª ed. São Paulo, N-1 Edições, 2014.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Empire, Twenty Years On: Rethinking Empire in the Age of Trump. New Left Review. v. 120, Londres, novembro/dezembro de 2019.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Império. Tradução: Berilo Vargas. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Labor of Dionysus: a critique of the state-form. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2003.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Multidão: guerra e democracia na era do Império. Tradução: Clóvis Marques. 4ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2014.

HARDT; Michael. Gilles Deleuze: um aprendizado em filosofia. Tradução de Sueli Cavendish. 1ª ed. Paulo: Editora 34, 1996.

HARVEY, David. Para entender o capital: Livro I. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

HOBBS, Thomas: O cidadão. Tradução: Janine Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

KARAKILIC, Emrah. Acting up with Hardt and Negri: capitalism in the biopolitical context. CAIRN.INFO: Matières à Réflexion. v. 22, pp. 496-506, França, março de 2019.

LAZZARATO, Maurizio. Fascismo ou revolução? O neoliberalismo em chave estratégica. São Paulo: N-1 Edições, 2019.

LAZZARATO, Maurizio. Immaterial Labor. In: VIRNO, Paolo; HARDT, Michael. Radical thought in Italy: a potential politics. University of Minnesota Press, London, 1996, pp. 133-146.

LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antonio. Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade. Tradução: Mônica Jesus. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MACPHERSON, Crawford Brough. A teoria política do individualismo possessivo: de Hobbes até Locke. Tradução de Nelson Dantas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MANDARINI, Matteo. Antagonism, contradiction, time: Conflict and organization in Antonio Negri. The Editorial Board of the Sociological Review. pp. 192-214, UK, outubro de 2005.

MARX, Karl. Capítulo VI. Inédito de O Capital. 1ª ed. São Paulo: Editora Centauro, 2004.

MARX, Karl. Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. Tradução de Mario de Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos. Tradução: Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. O Capital, Crítica da Economia Política: Livro I, O processo de produção do capital. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2015.

MARX, Karl. O capital, Livro I, Capítulo VI (Inédito). São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

MARX, Karl; ENGLES, Friedrich. Manifesto do partido comunista. Tradução: Sueli Tomazini Barros Cassal. Porto Alegre: L&PM, 2015.

MCKIBBEN, Bill. Global Warming's Terrifying Math, Rolling Stone, 19 de julho de 2012. Disponível em: <https://www.rollingstone.com/politics/politics-news/global-warmings-terrifying-new-math-188550/>.

MENDES, Alexandre; CAVA, Bruno. A constituição do comum: antagonismo, produção de subjetividade e crise no capitalismo. Rio de Janeiro: Revan, 2017.

MEZZADRA, Sandro; NEILSON, Brett. Border as Method, or, the Multiplication of Labor. Transversal.at. Março de 2008. Disponível em: https://transversal.at/transversal/0608/mezzadra-neilson/en#_ftnref1.

MEZZADRA, Sandro; NEILSON, Brett. The politics of operations: excavating contemporary capitalismo. Durham: Duke University Press, 2019.

MORRIS, Aldon. Black Southern Student Sit-in Movement: an analysis of internal organization. American Sociological Review. v. 46, n. 6, pp. 744-767, Washington, dezembro de 1981.

NEGRI, Antonio. A anomalia selvagem: poder e potência em Espinosa. 2ª ed. Tradução: Raquel Ramallete. São Paulo: Editora 34 e Editora Filosófica Politeia, 2018.

NEGRI, Antonio. Carta arqueológica. In: NEGRI, Antonio; GUATTARI, Félix. As verdades nômade: por novos espaços de liberdade. Tradução: Mario Antunes Marino e Jefferson Viel. São Paulo: Autonomia Literária e Editora Filosófica Politeia, 2017, pp. 149-169.

NEGRI, Antonio. Cinco lições sobre Império. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

NEGRI, Antonio. El monstruo político: vida desnuda y potencia. In: FOUCAULT, Michel. Ensayos sobre biopolítica. Excesos de vida: Michel Foucault; Gilles Deleuze; Slavoj Žižek. Comps. Fermín Rodríguez e Gabriel Giorgi. 1ª ed. Buenos Aires: Paídos, 2001. pp. 93-139.

NEGRI, Antonio. Espinosa e Deleuze: o momento propício. In: NEGRI, Antonio; VIEL, Jefferson. Deleuze & Guattari: uma filosofia para o século XXI. Tradução: Jefferson Viel. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019. pp. 80-92.

NEGRI, Antonio. Espinosa subversivo e outros escritos. Tradução: Herivelto Pereira de Souza. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

NEGRI, Antonio. Gilles-Felix. In: NEGRI, Antonio; VIEL, Jefferson. Deleuze & Guattari: uma filosofia para o século XXI. Tradução: Jefferson Viel. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019. pp. 32-45.

NEGRI, Antonio. La fábrica de porcelana: una nueva gramática de la política. Barcelona: Paidós, 2008.

NEGRI, Antonio. O comum como modo de produção. In: SANTIAGO, Homero; TIBLE, Jean; TELLES, Vera. Negri no Trópico 23° 26' 14". Rio de Janeiro-São Paulo: Autonomia Literária, N-1 Edições e Editora da Cidade, 2017. pp. 225-237.

NEGRI, Antonio. O poder constituinte: ensaio sobre as alternativas da modernidade. Tradução: Adriano Pilatti. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

NEGRI, Antonio. Políticas da imanência, políticas da transcendência: ensaio popular. Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea. v. 4, n. 2, pp. 128-136, Brasília, 2017.

NEGRI, Antonio. Postoperaismo? no, operaismo. EuroNomade: Inventare il comune sovvertire il presente. 29 de abril de 2017. Disponível em: <http://www.euronomade.info/?p=9189>.

NEGRI, Antonio. Um novo Foucault. Uma entrevista. In: NEGRI, Antonio; MARINO, Mario A. Quando e como eu li Foucault. São Paulo: N-1 Edições, 2016. pp. 15-29.

NEGRI, Antonio. Uma experiência marxista de Foucault. In: NEGRI, Antonio; MARINO, Mario A. Quando e como eu li Foucault. São Paulo: N-1 Edições, 2016. pp. 199-217.

NEGRI, Antonio; GUATTARI, Félix. As verdades nômades: por novos espaços de liberdade. Tradução: Mario Antunes Marino e Jefferson Viel. São Paulo: Autonomia Literária e Editora Filosófica Politeia, 2017.

NEGRI, Antonio; VIEL, Jefferson. Ulisses Deleuze e Aquiles Guattari: Negri, sobre Gilles e Félix. In: NEGRI, Antonio; VIEL, Jefferson. Deleuze & Guattari: uma filosofia para o século XXI. Tradução: Jefferson Viel. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019. pp. 140-175.

NEVEN, Brecht; SCHÄFERS, Marlene. Jineology: from women's struggle to social liberation. ROAR. 25 de novembro de 2017. Disponível em: <https://roarmag.org/essays/jineology-kurdish-women-movement/>.

NUNES, Rodrigo. Forward How? Forward Where? I: (Post-) Operaismo Beyond the Immaterial Labour Thesis. Ephemera: theory & politics in organization. v. 7, pp. 178-202, 2007.

NUNES, Rodrigo. Multidão e Organização: Plano ou Sujeito. In: SANTIAGO, Homero; TIBLE, Jean; TELLES, Vera. Negri no Trópico 23° 26' 14". Rio de Janeiro-São Paulo: Autonomia Literária, N-1 Edições e Editora da Cidade, 2017. pp. 123-138.

SCANGA, Paolo. Dallo Stato piano al nuovo ordine della globalizzazione. La sovranità in Antonio Negri. *Ética & Política / Ethics & Politics*, v. 20, n. 1, pp. 161-186, Itália, 2018.

TRONTI, Mario. Lênin na Inglaterra. *Cadernos de Ética e Filosofia Política*. v. 2, n. 29, pp. 158-163, São Paulo, 2016.

VALENÇA, Marcelo; SEIXAS, Bruno. A pele do leviatã e a geopolítica do vírus: a noosfera como território político dos afetos. *Sul Global*. v. 2, n. 1, pp. 111-139, Rio de Janeiro, 2021.

VERCELLONE, Carlo. Capitalismo cognitivo y economía del conocimiento: una perspectiva histórica y teórica. In: CABALLERO, Francisco Sierra; MANIGLIO, Francesco. *Capitalismo financeiro y comunicación*. Ecuador: Ediciones Ciespal, 2016. pp. 17-50.

VIRNO, Paolo. *Gramática de la multitud: para un análisis de las formas de vida contemporáneas*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2003.

WOLFE, Charles. Antonio Negri's Ontology of Empire and Multitude. Janeiro de 2011, pp. 109-135. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/291795302 Antonio negri's ontology of empire and multitude](https://www.researchgate.net/publication/291795302_Antonio_negri's_ontology_of_empire_and_multitude).